

# TRABALHO DE GERAÇÕES

UM ESTUDO SOBRE MEMÓRIA DE FAMÍLIAS  
DE SERVIDORES DA UFRGS

Rosângela Gomes da Silva

**TRABALHO DE GERAÇÕES:  
UM ESTUDO SOBRE MEMÓRIA DE FAMÍLIAS  
DE SERVIDORES DA UFRGS**

ROSÂNGELA GOMES DA SILVA



2014

© CirKula 1a Edição 2014

**Projeto gráfico:** CirKula

**Editoração:** Grazielle Borguetto

**Revisão ortográfica:** Malcon Naor Voltz

**Capa:** Mauro Meirelles

**Impressão:** CirKula

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

S586t Silva, Rosângela Gomes da  
Trabalho de gerações: um estudo sobre memória de famílias de servidores da UFRGS [recurso eletrônico] / Rosângela Gomes da Silva ; Prefácio Mauro Meirelles ; Apresentação Carlos Alexandre Netto. – Porto Alegre : CirKula, 2014.  
91 p. : il.  
E-book.

ISBN: 978-85-67442-02-0

1. Memória de famílias – Servidores – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2. Memória institucional. 3. Serviço público federal – Emprego público. I. Meirelles, Mauro. II. Netto, Carlos Alexandre. III. Título.

CDU: 378.4:930.25(816.5)

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos reservados à CirKula Editora

## **CONSELHO EDITORIAL**

César Alessandro Sagrillo Figueiredo (UFRGS)

Cíntia Inês Boll (UFRGS/MEC)

Daniel Gustavo Mocelin (UFRGS)

Graziele Ramos Schweig (UFRGS)

José Rogério Lopes (Unisinos)

Leandro Raizer (IFRS)

Mauro Meirelles (Unilasalle)

Thiago Ingrassia Pereira (UFFS)

Valdir Pedde (Feevale) Valéria Aydos (UFRGS)

## **COMITÊ CIENTÍFICO**

Alejandro Frigério (FLACSO/CONICET) – Argentina

André Corten (UQAM) – Canadá

Antonio David Cattani (UFRGS) – Brasil

Dirléia Fanfa Sarmiento (Unilasalle) – Brasil

Estela Maris Giordani (UFSM/AMF) – Brasil

Hilário Wynarczyk (UNSAM) – Argentina

Marie Jane Soares Carvalho (UFRGS) – Brasil

Stefania Capone (CNRS/EHESS) – França

# SUMÁRIO

<b>Prefácio</b>	<b>9</b>
<b>Apresentação</b>	<b>10</b>
<b>Introdução</b>	<b>12</b>
<b>Uma nota introdutória acerca do meu lugar de pesquisadora e das motivações que me levaram a realização do presente estudo</b>	<b>16</b>
<b>I - PRIMEIRA PARTE</b>	<b>19</b>
1. A memória como referente	19
1.1. Pensando Categorias: Trabalho ou Emprego?	24
<b>II - SEGUNDA PARTE</b>	<b>28</b>
2. O Início da Educação no Rio Grande do Sul e a Gênese da UFRGS	28
2.1. O início do Ensino Superior no Estado do RS	34
2.2. Do Campo da Várzea ao Campus do Vale: a constituição da UFRGS	35
<b>III TERCEIRA PARTE</b>	<b>51</b>
3. Do Material Humano	51
3.1. Da pesquisa	51
3.2 Resgatando memórias para contar a história dos Servidores da UFRGS	55
3.3. Das Famílias da e na UFRGS	60
3.4. Fechando o círculo hermenêutico e abrindo-o as contradições	74
3.4.1. O Fechamento do Círculo: o que há de se considerar	74
3.4.1. Das Contradições: o que há de se considerar	76
<b>Considerações Finais</b>	<b>82</b>
<b>Referências</b>	<b>85</b>

Ao meu pai, **Euclides Gonzaga da Silva** (*in memoriam*), Secretário Executivo, que ingressou como Técnico Administrativo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na década de 1940, antes da sua federalização, pautando sua conduta pelo profissionalismo no serviço público, o respeito ao trabalho dos técnicos e a ética no tratamento das questões públicas. Deixando como legado aos filhos a compreensão de que o servidor é um prestador de serviço aos cidadãos e a nação, e não um servo de interesses privados e conveniências políticas. A minha mãe, **Ana Clair Gomes da Silva**, que ingressou como Técnico Administrativo na mesma Instituição em 1965, para quem, se a fé não mover a montanha, nos dará forças para escalá-la.

## **AGRADECIMENTOS**

Nosso caminhar, assim como nossas realizações, não se faz de forma solitária, uma vez que muitos são os que dela participam, colaboram e auxiliam, aos quais devo meus agradecimentos. Para que o trabalho aqui apresentado chegasse a termo, seja pelas colaborações técnicas, orientações acadêmicas e discussões que só fizeram enriquecer a caminhada, expresso meu reconhecimento aos colegas da UFRGS: Maurício Viegas da Silva, Amarildo Silva dos Santos, Léo Aristides dos Santos, Anajara Carbonell Closs, Yara Coelho Carbonell, Daniela Marzola Fialho, Norma Marzola, Jacira Gil Bernardes, Vilson Correa dos Santos, Hubert Ahlert, Helenice Christaldo, Miguel Ribeiro, Lenise Dido, Elianara Lima, Margarete Ross. Agradeço também aos Doutores Gunter Axt e Mauro Meirelles pelo diálogo.

Não poderia deixar de agradecer aos meus familiares, Valentina, Mauro, Karol, Isadora, Gabriel e Lucas, por terem compreendido os meus momentos de afastamento, além da sobrinha Polyanna que me auxiliou nas pesquisas.

*Que seria de nós, os velhos, se não tivéssemos isto: nosso álbum de lembranças, este tesouro contendo tudo quanto vivenciamos! Seria, então, uma lástima e uma miséria. Mas, com este tesouro, somos ricos, e ao término de tudo e ao olvido não entregamos apenas este nosso corpo gasto. Somos, sim, portadores daquele relicário que vive e rebrilha enquanto respiramos.*

Hermann Hesse (1975: 160).



## PREFÁCIO

Como apresentar algo que já conhecemos? Eis uma questão fundamental a se pensar. Difícil para uns, mais fácil para outros. Mas não pense que estranhar o familiar é mais fácil para os antropólogos do que para você. Sendo assim, tentarei aqui, realizar um exercício, uma vez que, por quase 20 anos, tenho estado ligado a UFRGS de alguma forma, seja como discente, docente ou colaborador, e lá, também possuo vínculos com amigos e pessoas que pelos corredores da Universidade cruzaram por mim.

A UFRGS é um mundo fascinante, cheio de histórias e lendas, anedotas e deambulações. Uma boas, outras ruins. Cheia de oportunidades e sonhos – e isolado lá no Campus do Vale – se sentir orgulhoso de estar lá, de ser parte dessa grande família. De ficar louco com os quase três meses da greve de 1998, ano que entrei no curso de Ciências Sociais, que tivemos que recuperar no verão durante quase dois anos, com mosquitos borrachudos nos mordendo por sobre as calças jeans. Ou de ter que dormir num corredor do prédio da Matemática, com alguns colegas em colchonetes improvisados, num dos muitos encontros de Ciências Sociais realizados, uma vez que havíamos perdido o último ônibus.

Falar da UFRGS é isso, é lembrar das coisas que passamos lá. Se eu, que apenas passava algumas horas dos meus dias tenho muitas histórias para contar, imagine aqueles que lá trabalham, que nasceram e cresceram com seus pais e avós lá dentro, pelos seus corredores, e desde sempre viveram e tiveram em si a “verve do que é ser da UFRGS”. Ser da UFRGS é vestir a camiseta, é estar autorizado a falar coisas boas e más dela, mas não aceitar que ninguém, além daqueles que a conhecem, falem coisas más dela.

Deste modo, escrever um prefácio para este livro, para mim, é quase que falar um pouco de algo que já conheço a quase duas décadas. É realizar uma síntese dialética entre o “eu” e o “texto”, é se dar conta de que essas histórias trazidas pelos servidores e docentes entrevistados não são novas, e são, também, parte de nós. É dar-se conta que quanto mais as coisas mudam, mais elas permanecem as mesmas, como diria Marshall Sahlins. E que, hoje, apesar de condenar-se o nepotismo e a indicação, ainda pedimos cartas de apresentação, e/ou, referências em seleções realizadas na Universidade, e fora dela, isso, algo não muito diverso do que acontecia antes.

E, talvez, aí esteja o grande mérito do trabalho da Rosângela, qual seja, de através de uma leitura sociológica, constatar o óbvio. De que foram-se os anéis, mas ficaram os dedos.

**Mauro Meirelles**

Porto Alegre, 26 de agosto de 2014.

## APRESENTAÇÃO

O presente livro é fruto da Dissertação de Mestrado *Trabalho de Gerações: Um Estudo sobre Memória de Família de Servidores da UFRGS*, elaborada pela socióloga e servidora Rosângela Gomes da Silva, e chega quando a Universidade comemora 80 anos de criação. Inscreve-se na fronteira entre história, patrimônio cultural, memória e identidade, e guia nosso olhar para o interior da UFRGS, para o que lhe dá vida: as pessoas que fizeram sua história e seu presente.

O estudo traz a gênese da UFRGS com a criação das chamadas Escolas Livres, através do Decreto nº 1.232/1891, que possibilitou a criação da Escola Livre de Farmácia e Química Industrial, em 1895, a qual, fundindo-se ao curso de Parto da Santa Casa de Misericórdia, passou à denominação de Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, em 1898. Na sequência, foi criada a Escola de Engenharia, em 1896, dando início a um complexo educacional e técnico, partindo do Ensino Médio com o antigo Instituto Ginásial do Rio Grande do Sul, do Técnico com o Instituto Parobé, e chegando ao Superior nas diferentes áreas da Engenharia. Assim como a Faculdade Livre de Direito, criada em 1900, que serviu de nascedouro da atual Faculdade de Ciências Econômicas.

Essa caminhada historiográfica da Universidade é contextualizada na história do ensino no Estado, na história de Porto Alegre e na urbanização do antigo Campo da Várzea, com a construção dos primeiros prédios históricos da Instituição que, em 1934, passaram a compor a Universidade de Porto Alegre.

Desde a inauguração do prédio da Escola de Engenharia, em 1900, até a implantação do Campus do Vale em 1977, localizado entre os municípios de Porto Alegre e Viamão, passando pelos *Campi* da Saúde e Olímpico, pela Estação Experimental Agronômica, em Eldorado do Sul, e pelo Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (CECLIMAR), em Imbé, a autora retoma a trajetória da Instituição, o empenho dos fundadores, a associação de esforços entre os recursos públicos e particulares, as dificuldades técnicas e políticas, a prestação de serviços à cidade e ao Estado, e a consolidação do ensino superior nas suas diferentes áreas científicas e técnicas no Rio Grande do Sul.

Passando por diferentes dependências administrativas, de Escolas Livres – e, portanto, particulares, à Universidade de Porto Alegre em 1934, Universidade do Estado do Rio Grande do Sul em 1937, até sua federalização em 1950, o quadro funcional da UFRGS tem a característica de reunir grupos familiares, tanto nos segmentos docente quanto técnico-administrativo.

Ao registrar as memórias de servidores, cujos laços familiares formaram-se ao longo de décadas no interior da Instituição, a pesquisa realizada pela autora demonstra que, no âmbito desta Universidade, a indicação de familiares para contratações, com base na Consolidação das

Leis do Trabalho, pela escassez de concursos públicos federais, seguiu aspectos culturais da época, discutidos em obras como “Coronelismo, Enxada e Voto”, de Vitor Nunes Leal (2013), “Carnavais, Malandros e Heróis”, de Roberto DaMatta (1997), e “O Jeitinho Brasileiro – a Arte de ser Mais Igual que os Outros”, de Livia Barbosa (1996).

As relações família/trabalho trazidas por esses grupos deram à UFRGS um sentido que vai além de um espaço de emprego ou de trabalho, constituindo-se em uma missão de transformação social através do ensino, da pesquisa e da extensão, vivenciada por gerações. A carreira dos servidores na Universidade permite ver o resultado de seus trabalhos, seja na formatura dos alunos nos diferentes graus do ensino, nas conquistas institucionais e nos avanços técnicos e científicos promovidos por seus ex-alunos, vivências essas, que estão na base de sua formação identitária.

*Trabalho de Gerações*, para além dos registros históricos, traz a memória como um arquivo que não se reduz à racionalidade humana, posto que se faz também de emoções, numa dialética entre a vida e a matéria. Todo o empenho que a UFRGS realiza quanto à preservação do seu patrimônio histórico faz-se não apenas pela necessidade de manter seu aspecto edificado, mas porque este é um registro material das vidas humanas, anônimas ou não, que ali está imantado pelo trabalho, pelas ideias, pelos ideais e pelos valores.

O maior patrimônio da Universidade é o imaterial, formado por seus servidores, por seus colaboradores e por seus alunos, antigos, atuais e futuros.

**Carlos Alexandre Netto**

Reitor da UFRGS

## INTRODUÇÃO

Toda a instituição traz em si o esquecimento, que se faz não apenas com a extinção da vida das suas personagens, com a perda ou com a deterioração de documentos, mas também, com o desconhecimento da sua micro-história que, segundo Ravel (1998: 9), é *a história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos*.

A micro-história mudou a escala de observação, antes centrada nos grandes fatos e documentações, trazendo-a para o espaço prático do comportamento e das experiências sociais (Ravel, 1998). Nesse espaço, enquadram-se os testemunhos da memória dos servidores mais antigos da UFRGS, que guardam a especificidade de pertencerem à segunda ou à terceira geração trabalhando na Universidade. Fato que sempre chamou a atenção de visitantes, de alunos e de servidores ingressantes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Característica verificável tanto no grupo docente quanto no técnico-administrativo, e que, não raro, provoca situações constrangedoras quando os novatos, desconhecedores dessa peculiaridade do quadro funcional da Universidade, tecem alguma crítica desabonadora sobre um colega, sem saber que estão diante do seu filho ou da sua esposa.

Relatos de servidores, que ao se aposentarem levavam o(a) filho(a) para ser contratado(a) na sua vaga não é folclore, não era a regra, mas também não era exceção. Por muitos anos o ingresso no quadro de pessoal dessa Instituição se deu mediante contrato de trabalho e não por concurso público.

Para os que desconhecem a história do serviço público federal, esse fato surpreende, pois estamos diante de uma Instituição Federal de Ensino Superior, uma autarquia que, está sujeita a legislação que rege o funcionamento do serviço público federal.

Na Constituição de 1938, por exemplo, na alínea “b” do Art. 156º, já estava estabelecido que o preenchimento dos cargos públicos dar-se-ia por concurso de provas e títulos, enquanto que a alínea “a”, do mesmo artigo citado, determinava que esses cargos fossem criados por lei, independentemente da forma de pagamento.

Uma das características da legislação brasileira é que, essa, está sempre presa a processos morosos, muitas vezes envolvendo interesses de grupos políticos, seguindo uma burocracia formalista e, em alguns casos, colocando-se além das possibilidades da sua imediata implantação e cumprimento, em razão da lacuna existente entre o ideário legal e a estrutura sociopolítica real.

Esta constatação, nos leva a supor que o Governo Federal criou formas alternativas para suprir a necessidade de funcionários em seus órgãos. Durante as décadas de 1930 a 1950 se utilizaram dos extranumerários (via contrato), termo utilizado para os funcionários que estavam além do

número de cargos públicos criados por lei. Após 1943, estas contratações tiveram sequência através da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT.

Gunter Axt (2011), ao trazer as histórias de vida de procuradores do Ministério Público de Santa Catarina, permite-nos constatar, através da leitura das entrevistas, que, em 1944, naquele Estado, as vagas de promotor eram preenchidas por nomeação. Em 1947, essas nomeações passam a denominarem-se de *em caráter interino*, e em 1971, são designadas como *pró-tempore*.

Os concursos públicos para procurador, junto ao Ministério Público de Santa Catarina, não ocorriam com regularidade, ao passo que, a abertura de novas Comarcas demandava um aumento do número de procuradores, exigindo alternativas de contratação. A maioria dos entrevistados declarou que somente após estarem trabalhando na função se submeteram a concurso público, sendo aprovados.

O resgate das histórias dos servidores da UFRGS, contextualizada junto à construção da Instituição, que se dá a partir da urbanização do Campo da Várzea, traz um registro da memória institucional, envolvendo as questões relativas a identidade e ao pertencimento destes atores.

Segundo Andréia Barbosa (2010), os trabalhos na área de memória institucional e organizacional visam a lugarizar os sujeitos, no sentido de dar-lhes um espaço, um encontro entre possibilidades latentes e oportunidades criadas com base no espaço dialógico que, como o próprio nome diz, busca no diálogo, na discussão e no debate, a socialização de saberes.

Salientamos que não há, e nunca houve impedimento legal, de dar posse à pessoa habilitada em concurso público que tenha familiar trabalhando na Instituição. O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, Lei nº 8.112/90, proíbe no Art. 117º, Inciso VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o 2º grau civil (Controladoria Geral da União).

Ressaltamos, também, que nem todos os servidores cujos genitores trabalharam ou trabalham na Universidade, ingressaram por indicação. Há casos de servidores que realizaram concurso público posterior à contratação via CLT, e outros que já ingressaram habilitados em provas públicas, como poderá ser constatado nas entrevistas realizadas.

A UFRGS, instituição que reúne as mais antigas faculdades do Rio Grande do Sul, ocupa somente na capital do Estado, uma área física de 6.246.210 m<sup>2</sup>, distribuída em quatro Campi (Centro, Saúde, Olímpico e do Vale). Além de áreas nas cidades de Eldorado do Sul, Tramandaí, Imbé e Capão Novo, chegando a uma área territorial de 22.003.348 m<sup>2</sup>, sendo que 388.815 m<sup>2</sup> são de área construída (UFRGS, 2012).

Reúne quatro escolas (Administração, Enfermagem, Engenharia e Educação Física), nove faculdades (Agronomia, Arquitetura, Biblioteconomia e Comunicação, Economia, Direito, Educação,

Medicina, Odontologia e Veterinária) e treze institutos (Artes, Biociências, Ciências Básicas da Saúde, Tecnologia de Alimentos, Filosofia e Ciências Humanas, Física, Geociências, Informática, Letras, Matemática, Pesquisas Hidráulicas, Psicologia e Física) e o Colégio de Aplicação.

Conta, ainda, com nove órgãos auxiliares que dão apoio às atividades de ensino e pesquisa, seis centros interdisciplinares que reúnem especialistas da Universidade e externos, além de onze órgãos suplementares ligados diretamente ao Gabinete do Reitor, dentre eles, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) que, conforme o Art. 29 do Regimento Geral da Universidade, constitui-se sob a forma de empresa pública de personalidade jurídica de direito privado.

O crescimento dessa Instituição pode ser ilustrado com base na comparação dos seguintes números de matrículas: em 1952 registrou-se 2.949 alunos matriculados, no ano de 1963 o número passou para 11.081 (Paglioli, 1978), enquanto que no ano de 2012, conforme quadro abaixo, as matrículas atingiram o total de 43.945, assim distribuídas:

**Tabela 1: Número de alunos, em todos os níveis de ensino e modalidades, matriculados na UFRGS do ano de 2012.**

Especificação	Matrículas
<b>Educação básica</b>	619
<b>Graduação presencial</b>	27.801
<b>Graduação à distância</b>	655
<b>Especialização</b>	6.846
<b>Alunos especiais</b>	1.848
<b>Mestrado acadêmico</b>	5.332
<b>Mestrado profissional</b>	429
<b>Residência em Medicina Veterinária</b>	415
<b>Total</b>	43.945

Fonte: UFRGS, 2012.

Para atender a essa demanda, a UFRGS contava, no ano de 2012, com exatos 2.594 docentes permanentes, 169 docentes substitutos, 2.623 técnicos administrativos e 1.976 técnicos terceirizados, o que totalizava 8.362 servidores. Tal crescimento da Instituição também refletiu o crescimento de Porto Alegre e do Estado, assim como a busca da sua população por uma qualificação formal, que vai do Primeiro Grau (com o Colégio de Aplicação) ao Doutorado.

Igualmente, dado o exposto até aqui, neste livro que agora chega as suas mãos, nos ocupamos especificamente da memória de vida no trabalho dos servidores técnico-administrativos e docentes, cujos pais, e/ou avós, também trabalharam ou ainda trabalham na Universidade.

Assim, com vistas a facilitar a leitura da obra, optamos por dividi-la em três partes, uma primeira onde trazemos alguns conceitos que nortearam a pesquisa, uma segunda onde resgatamos um

pouco da história da cidade de Porto Alegre e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para, em seguida, nos ocuparmos diretamente com o material humano que dela faz parte e faz a UFRGS ser o que é hoje, como já referendou-nos o atual Reitor desta Universidade, Carlos Alexandre Netto, em sua apresentação do livro. O qual encerra-se com nossas considerações e achados que são retomados nas páginas finais do mesmo.

## **UMA NOTA INTRODUTÓRIA ACERCA DO MEU LUGAR DE PESQUISADORA E DAS MOTIVAÇÕES QUE ME LEVARAM A REALIZAÇÃO DO PRESENTE ESTUDO.**

Além de desvelar as memórias dos servidores, contextualizando suas histórias junto à da constituição da UFRGS, que se dá paralelamente ao processo de urbanização de Porto Alegre a partir do final do séc. XIX, uma questão norteou a pesquisa. Questão que está ligada ao ingresso de familiares na Instituição, na grande maioria, sem submeterem-se a concurso público, prática associada ao nepotismo que, atualmente, é visto como uma forma de corrupção. Neste sentido, o que pretendemos trazer são as raízes históricas dessa prática na Universidade, as formas como se apresentam e seus fundamentos memoriais.

Cabe lembrar, também, que a UFRGS não se resume ao cenário que se construiu junto ao desenvolvimento de Porto Alegre. Não se constitui apenas em um referencial de prédios históricos reconhecidos pelo seu expressivo valor histórico e cultural, cujos ex-professores e ex-alunos se tornaram referências ilustres, dando nomes às congestionadas ruas e avenidas da capital, como Protásio Alves (1859-1933), Getúlio Vargas (1882-1954), Sarmiento Leite (1868-1935), Luiz Englert (1861-1931), dentre outros. Ou que deixaram seus nomes gravados, como na Maternidade Mário Totta (1874-1947), na Santa Casa de Misericórdia, ou ainda, por ter tido no seu quadro de funcionários o famoso compositor e cantor gaúcho Lupicínio Rodrigues (1914-1974) e o artista da Rede Globo, Lutero Luiz (1931-1990).

E, ainda, que a instituição que passou a ser Universidade de Porto Alegre no ano de 1934, e que comemora 80 anos em 2014, foi sendo construída pelo trabalho anônimo dos seus servidores. Pessoas que não buscavam apenas um meio de sustento, mas assumiram um papel social na formação de jovens estudantes que, não raro, depois de formados, retornavam à Instituição como professores ou técnicos.

Para Tedesco (2004), quando o ser humano perde a sua relação com o passado, perde igualmente a capacidade de reconhecer-se no tempo e, com isso, o sentido de continuidade. Continuidade que não é a simples perpetuação cristalizada de estruturas sociais e culturais, mas um dever histórico do qual o indivíduo não fará parte, mas para o qual ele sente que a sua própria ação contribuirá de forma positivada na construção do futuro que não verá. Deste modo, a realização do presente estudo não é apenas um resgate da história dessa instituição octogenária, mas da história da formação de parte do seu quadro de servidores, na qual se inclui minha própria história.

Retomando um pouco a história, rememoro que meu pai trocou o time de futebol do banco em que trabalhava pelo time da UFRGS, e por uma vaga de emprego na Universidade, antes da sua federalização em 1950. Quinze anos após, já casado e pai de três filhos, ocupando a função de secretário em um órgão auxiliar, que não dispunha de gratificação para o seu cargo, viu-se



disputado por outras unidades da Universidade que lhe acenavam com uma gratificação. Não querendo perder o secretário e, sofrendo com a falta de pessoal administrativo, o diretor do órgão propôs a contratação de minha mãe, o que reforçaria a renda familiar, mantendo o secretário no cargo e, além disso, agregando ao quadro de funcionários da unidade mais uma pessoa.

Em 1975, ingressei como aluna na ex-Escola Técnica de Comércio da UFRGS, trabalhei como bolsista em uma unidade de ensino até conseguir um emprego em uma multinacional, na qual permaneci por um ano. Em 1977, uma amiga da família, secretária na UFRGS, tendo conhecimento da existência de uma vaga de emprego na Universidade, solicitou meu currículo e apresentou-o à Direção, a qual autorizou minha contratação via Consolidação das Leis do Trabalho/CLT. Em 1980, em razão dos estudos universitários, deixei o emprego na UFRGS, ingressando como estagiária na Fundação Projeto Rondon. Concluído o Bacharelado em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica/PUCRS em 1983, fui convidada por professores para trabalhar no convênio FINEP/CAPES-PI-248-019/82, responsável por uma pesquisa referente aos egressos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Fato esse que me colocou, novamente, em contato com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo, posteriormente, contratada como Técnico em Assuntos Educacionais.

Os concursos públicos federais em Porto Alegre eram raros na década de 1980, e todos os celetistas sabiam que sem eles, jamais teriam uma carreira no serviço público. Essa oportunidade chegou-me em 1985, quando fui aprovada no concurso para Técnico em Assuntos Educacionais, junto ao Ministério do Trabalho, conforme Edital DASP/MTb nº 13/85.

Antes de ser chamada por qualquer um dos órgãos federais de Porto Alegre, o que era facultado pela legislação da época, que versava sobre concursos públicos, o Decreto de Lei nº 2.280/85 e Portaria nº 1262/SEPEC, chamados pela mídia de “trenzinho da alegria”, incluíam os celetistas na Tabela Permanente dos Órgãos Federais onde já trabalhavam. Não sem antes serem submetidos a uma avaliação que, no caso dos já aprovados em concurso público, era dispensável. De modo que, por fim, cheguei à categoria funcional de socióloga em 1987, quando a Lei nº 7.596, de 10/04/1987, criou o cargo nas Instituições Federais de Ensino.

Meu irmão, quando estudava no Colégio Parobé e estagiava na área de processamento de dados, soube da existência de vagas para bolsista na UFRGS. Submeteu-se à entrevista e ingressou em 1979, permanecendo na Instituição mesmo após concluir o Bacharelado em Direito. Minha irmã, enquanto aluna de graduação na UFRGS, foi contratada via CLT em 1981, habilitada em concurso público realizado pelo Ministério da Agricultura, optou por ser aproveitada pela Universidade. Em 1987, com base no processo de reclassificação instituído pela Lei nº 7.596/87, passou a ocupar categoria funcional de nível superior.

Meu pai bem que tentou fazer com que os filhos trabalhassem em outro local, pois julgava antiético serem empregados no mesmo órgão, além de afirmar que junto ao Poder Executivo, os servidores das Universidades eram os mais mal pagos. Contudo, a vida da família girava em torno dessa instituição. Os filhos cresceram, fizeram amigos, tiveram vizinhos e colegas de colégio cujos pais também trabalhavam na UFRGS, e assim, faziam parte de uma rede de relações sociais ligadas identitariamente à Universidade.

Histórias semelhantes a essa, que resgato da minha própria trajetória, são partilhadas por outras famílias de servidores, que trazem a característica de pertencerem à segunda ou à terceira geração atuando na Instituição. Contudo, não temos a pretensão de trazer toda a história da Universidade ou de esgotar o tema referente às diferentes formas de ingresso na Instituição e suas causas, muito menos de impingir qualquer tipo de julgamento, nosso foco reside, sobretudo, em, a partir de um estudo memorial, trazer outro olhar sobre a questão.

## I - PRIMEIRA PARTE

### 1. A MEMÓRIA COMO REFERENTE

Os registros memoriais dos sujeitos desta pesquisa são parte da memória institucional da UFRGS, uma vez que a sua relevância está na singularidade de serem os últimos representantes de gerações da mesma família que se sucederam na Instituição, encerrando um ciclo de ingresso que se deu, na grande maioria dos casos, via indicações.

Individual, social, coletivo ou institucional, os estudos sobre memória fazem parte de um campo transdisciplinar por perpassarem várias áreas de saber, indo da Neurociência, História, Sociologia, Comunicação, Letras, até chegar às Tecnologias da Informação. Constituindo, dessa forma, um novo campo epistemológico, reconhecido como um saber que mesmo inerente ao indivíduo, também é socialmente adquirido. Discorrendo sobre isso, Claude Simon (apud Candau, 2012) salienta que computadores têm memória, enquanto que os homens têm lembranças e estas passam pelas emoções, pois, como diz Vieira (2007), lembrar é voltar a viver.

Mas o que o ser humano revive não é necessariamente o fato histórico, algo apontado como de relevância social que ocorreu no passado, não é o momento que já se foi, posto que seja passado. O que se revive, ou o que emerge com as lembranças são as emoções, o que corrobora a origem latina da palavra recordar, derivada de *cor*, que no idioma citado, significa coração. Recordar, portanto, é trazer algo à mente passando pelo coração, razão pela qual os romanos acreditavam ser o coração o centro da memória, e ligando-a ao coração ligavam-na às emoções, que fazem com que esse órgão pulse de forma diferenciada. Assim, memórias ou lembranças estão indelevelmente ligadas às emoções, sejam elas boas ou más.

Dada essa percepção primeira, tem-se que os homens sempre buscaram formas de registrar suas lembranças, uma vez que antes da descoberta da escrita utilizaram desenhos e pinturas rupestres. Na Mitologia Grega, a deusa da reminiscência Mnemósine (Bernd, 2010), recitava poemas épicos, mantendo vivas as transmissões culturais e a identidade do povo.

Indo nessa direção, na obra *Confissões* de Santo Agostinho (1984: 95), a memória é apresentada como algo imanente ao espírito humano, composta de imagens de coisas sensíveis, que ficam à disposição do pensamento que as evoca como *imagens trazidas por percepções de toda espécie que são, a toda hora, aumentadas ou diminuídas pelos sentidos*.

Muitos séculos após Santo Agostinho, o escritor francês Marcel Proust (1871-1922), autor do livro *Em busca do tempo perdido*, publicado em 1913 e 1927, concebeu a memória como

uma produção oriunda dos sentidos (audição, visão, olfato, paladar e tato), de cuja evocação espontânea, independente da inteligência, traria à consciência elementos resultantes de escolhas do indivíduo, como assevera Benjamim (2008).

Proust acrescentou aos estudos da memória a capacidade de fazer-se independente da inteligência, ligando-a a capacidade cognoscente do sujeito, ou seja, não é o quociente de inteligência que garantirá ou assegurará a construção ou retenção da memória, mas aquilo que o indivíduo é capaz de conhecer e (re)conhecer, atribuindo-lhe sentido. Os sentidos, por sua vez, são capazes de desencadear sensações sensoriais, que nos fazem recordar um fato, um episódio, uma pessoa, um lugar, pois eles são fragmentos, cacos, como refere François Dosse (2010), através dos quais se podem rememorar o passado.

Martha Vieira (2007), citando Walter Benjamim, salienta que para esse autor, rememorar é voltar a sentir, é reviver uma sensibilidade esquecida e ir em busca do tempo passado. Pela memória, o ser humano reconhece impressões deixadas e as (re)significa no presente, produzindo um novo sentido e novas relações, num processo dialético entre consciente e inconsciente, entre a lembrança e o esquecimento.

Nesse sentido, François Dosse (2010), ao falar sobre o esquecimento, utiliza a denominação de *patologia memorial* de Paul Ricouer, que considera tanto os excessos de memória quanto o esquecimento, e traz de Ricouer, o entendimento de que o excesso corresponderia a uma rememoração constante e massificada de determinado fato, enquanto que o esquecimento seria a deliberada omissão do fato, de forma que não seja lembrado ou referido na sua dimensão total.

Em *A memória de Shakespeare*, Jorge Luis Borges (2002) apresenta a memória como um arquivo mental de conhecimentos, lembranças, vivências, emoções e sensações percebidas pelos sentidos, que são os canais de retenção da memória. Já Nietzsche (2009), considerado o primeiro investigador da memória social, salienta que este é o ponto de luta entre a lembrança e o esquecimento. Todavia, essa discussão não se extingue na celeuma trazida por Nietzsche, e avança com Bergson (1859-1941), para o qual, a memória e a duração são fabricações intelectuais humanas, produtos da imaginação criadora, sendo, portanto, um conhecimento metafísico *sui generis*, que não se reduz a racionalização humana na medida em que está submetido à intuição. Modo este, como o conhecimento humano chega às realidades da vida.

Imagem e imaginação seriam, sob essa perspectiva, funções secundárias e reguladoras da consciência, de modo que Bergson (apud Eckert; Rocha, 2000: 3) concebe a memória sob duas formas teóricas independentes, uma formada pela *imagem-hábito* e a outra *imagem-lembrança*, onde, a primeira esta mais atrelada à existência de uma memória mais superficial, enquanto a segunda ascende do “eu”, é mais profunda, podendo substituí-la ou dar-lhe características ilusórias.

Há, portanto, entre Borges e Bergson, um contraponto. Qual seja, da memória como o contraponto do esquecimento, uma construída no hábito e a outra que passa pelo registro das sensibilidades próprias do indivíduo e pelas questões emocionais, que tanto poderá guardá-la no porão do inconsciente ou decorá-la sob a forma do que não o foi. De modo que, entre memória e esquecimento, estabelece-se uma relação dialética.

Pensado essa relação, Gaston Bachelard (1884–1962) aponta a existência de um diálogo entre a vida e a matéria. Segundo ele, os jogos da memória são trabalhos da imaginação criadora do homem que busca “permanecer no espaço”, e não apenas “durar no tempo”, como na Teoria Bergsoniana. E neste sentido, ao resgatarmos os estudos de Bachelard, Eckert e Rocha (2000), trazem a tona um aspecto muito significativo em relação à questão da memória, principalmente para o contexto desta pesquisa, que é a memória entendida como um instrumento sensível da identidade que busca transcender o tempo.

Ainda nessa direção, as duas antropólogas suprarreferidas também nos mostram (Eckert; Rocha, 2000) que pensar o tempo, para Jean Willian Piaget (1886-1980), é viver outro mundo. Um mundo onde a vida é revivida e enriquecida pela flexibilidade da inteligência humana, que permite sucessivas construções da matéria de modo que, sob a perspectiva de Jean Piaget, as lacunas de tempo são preenchidas através da liberdade interpretativa do homem, de modo físico ou psicológico, permitindo uma autorregulação lógica. O tempo assim pensado pode ser entendido, então, como uma “feição lacunar” e a vida, como movimento e construção, onde se busca, o tempo todo, fazer-se uma análise do ritmo.

Assim, variáveis como espaço, tempo e duração, se constituem nos lugares onde é ancorada a memória. O tempo e a duração, enquanto *constructos* analíticos, também são campos de estudo da História, não enquanto uma ciência perfunctória do passado, mas como uma forma de desvelar o presente na práxis social que se construiu ao longo dos anos (Costa; Barros; Martins, 2010).

Enquanto campo de estudo social, a História passou por várias concepções epistemológicas, desde a associação à mitológica Clio, filha de Zeus e Mnemósine, que tinha a tarefa de escrever as narrativas memoriais da sua mãe, fazendo assim o registro do passado, até chegar ao materialismo histórico.

Elaborado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), o materialismo histórico considera a existência de uma dialética entre as forças produtivas e as relações de produção, o que levou, no campo da História, a consideração de múltiplas temporalidades e a relatividade da objetividade, pois tanto o historiador quanto o discurso histórico são frutos do seu tempo (Giannotti; Rehfel, 1982). Neste sentido, Chartier (2007: 24) salienta que e as relações entre memória e história são claras, onde:

A primeira é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser coletivo. A segunda se inscreve na ordem de um saber universalmente aceitável, 'científico', no sentido de Michel de Certeau.

Posto isto, tem-se que na medida em que consideramos a memória como produto de recordações, atribuímos-lhe mais do que um valor imagético, qualificamo-la como uma sensibilidade carregada de vivências. Nesse sentido, Borges aponta a memória como um elemento que qualifica e atribui identidade ao indivíduo, que está retida nas suas circunstâncias. Circunstâncias estas que partem da sua referência genética, sua história pessoal e social, sua capacidade cognitiva, intelectual, cultural e do contexto sócio-histórico no qual o indivíduo está inserido. O que faz da memória, assim entendida, algo subjetivo.

A questão da subjetivação tem sido muito estudada, principalmente, na área da Psicologia, implicando em diferentes conceituações desta categoria. No âmbito do presente estudo, elegeu-se a apresentação de Gilles Deleuze (2011), na obra *Empirismo e subjetividade*, para quem o sujeito não é um ser prévio, mas alguém que vai se constituindo a partir dos dados da experiência, na inter-relação com os acontecimentos e com outros sujeitos, o que leva ao exercício da diferenciação.

Se a memória é um atributo ao mesmo tempo identitário e subjetivado – e disso não discordamos – deve-se acrescentar, também, o fato de que, essa, é uma representação do passado não sendo, portanto, apenas constitutiva da identidade do indivíduo, mas também da identidade coletiva nele representada como bem quer Le Goff (2003). Percepção essa, presente na obra de Maurice Halbwachs (2004), o qual, durante a sua vida, buscou entender a formação da consciência social, pois, para ele, o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido em referências, sua memória é sempre construída no grupo, lembranças são particulares.

Para Halbwachs (2004), as lembranças estão na base de um estado de consciência individual que é parte de uma intuição sensível, enquanto que a unidade coletiva é um espaço onde os conflitos e influências produzem a persuasão garantidora da coesão e da unidade coletiva, razão pela qual, a memória não é somente individual, mas, também coletiva. Dado o exposto até aqui, tem-se então que, a existência de um grupo de referência, como no caso do presente estudo, dá consistência às lembranças plasmadas na memória. E, a lembrança, torna-se assim, um jogo de reconhecimento e reconstrução.

Individual ou coletiva, produto ou não da luta contra o esquecimento, a memória se deposita na História com uma intenção de verdade, a qual os documentos e registros dão seu testemunho e são (ou não) validados cientificamente. Enveredando por essa seara, Marc Guillaume (apud Candau, 2012) afirma que os testemunhos, a conservação e os traços constitutivos da memória servem como um reservatório que alimenta uma história que se constroi sobre o passado, algo que Dominique Poulot chama de "imaginários de identidade", os quais inspiram as políticas patrimoniais.

Para Carneiro (2009), o patrimônio é um “investimento identitário” transmitido desde sua aceção romana através do termo latino *patrimonium*, que significa uma herança paterna, legada pelo *pater* ou *pater familias*, que pode ser estendida aos bens de família, aos bens materiais pertencentes a uma pessoa, a uma instituição ou coletividade. O patrimônio é, portanto, uma memória legitimada, retrata uma identidade coletiva que se pretende enraizar no tempo, trazendo concepções políticas e ideológicas que lhe são fundadoras.

Todavia, a primeira imagem mental que se tem quando se fala de patrimônio, são as edificações antigas, monumentos e demais objetos que trazem imantada a história de uma época que se quer fazer chegar às gerações futuras. Contudo, no conceito de patrimônio não estão envolvidos apenas os bens materiais, é consenso à existência de bens imateriais, naturais, e já adequados às novas tecnologias informatizantes, ou seja, o patrimônio digital.

Porém, a história das instituições ou das organizações, não se limita aos documentos e registros oficiais, indicativos do seu desenvolvimento, das influências econômicas, de mercado e políticas, que ao longo dos anos definem sua filosofia, seus processos e suas metas de trabalho, mas envolvem também, as pessoas que reúnem o conjunto de conhecimentos, informações e que formam seu capital intelectual.

Neste sentido, Molina e Valentim (2011) destacam que a memória organizacional, corporativa e empresarial são usadas como sinônimos e referem-se a memórias dos processos e ambiente de produção, dos aspectos funcionais, técnicos e sociais do trabalho, cujo conhecimento é guardado pelas pessoas de forma tácita ou explícita, enquanto que, a memória institucional, diz respeito as entidades públicas ou privadas, que foram instituídas por um ordenamento, seja ele religioso, educacional ou cultural, com vistas a promover uma causa de alcance social, em que os registros memoriais podem ser buscados interna ou externamente à Instituição e abordados no seu todo, na sua inter-relação com a sociedade, com os indivíduos que a constroem ou construíram sua trajetória, possibilitando o seu desenvolvimento.

Historicamente, os estudos sobre memória institucional e organizacional surgiram a partir da década de 1980, momento em que se intensificaram as lutas por direitos humanos, redemocratização e reestruturação das forças produtivas, mudando o perfil do Estado e da sociedade civil, o que fez emergir novas sensibilidades, não só entre os membros das instituições, mas da sociedade em relação a elas.

Importa lembrar ainda, antes de avançarmos, que, comumente, os termos memória institucional, organizacional, empresarial e corporativa têm sido usados como sinônimos, sendo necessária a sua distinção. E deste modo, situamos o presente estudo no âmbito dos estudos sobre a memória institucional, deixando de lado, assim, esses outros cognatos que, por verosimilhança, são a este associados erroneamente, pois, ao nos ocuparmos das memórias de grupos parentais



de servidores da UFRGS, está-se considerando essas memórias como uma herança à Instituição e, portanto, um patrimônio imaterial.

### 1.1. PENSANDO CATEGORIAS: TRABALHO OU EMPREGO?

É importante esclarecer que a categoria “trabalho”, no âmbito deste estudo, não está posta no seu sentido econômico enquanto atividade de produção, nem sociológico enquanto atividade de transformação social e política, alienada e alienante, nem no sentido físico de uso da força na transformação da matéria. Joga-se aqui, com a sua ambivalência, como quer Suzana Albornoz (1952), sobretudo, porque o cognato trabalho (e sua interpretação conceitual) envolve simultaneamente aspectos positivos e negativos, além de possuir um significado polivalente no sentido de ter vários usos.

Algo explorado por Guareschi e Grisci (1993), quando estes, em muitos de seus escritos, salientam que as várias definições da categoria trabalho sofrem um atravessamento ideológico que deriva de quem as cria, grosso modo, dos diferentes modos como a humanidade organizou sua forma de produção de bens de consumo, sejam eles alimentos, objetos utilitários e suas trocas. Contudo, independentemente da ancoragem teórica, o trabalho é uma operação humana que se volta para a sobrevivência, transformação e autorrealização, pois o estudo da semântica da palavra trabalho nos permite perceber a polivalência do seu significado, conforme salienta Albornoz.

Ao realizarmos uma breve digressão no tempo, percebemos que os gregos possuíam duas palavras diferentes que distinguiam o trabalho: fabricação e esforço. Sendo esta última, no latim, associada à fadiga (*laborare*) e, a primeira, remetendo a criação de algo, de uma obra (*operare*). De modo semelhante, os franceses designam o cognato trabalho se referindo a esse como *travailler* (trabalho), *ouvrier* ou *oeuvre* (artesanato) e *tâche* (tarefa). Distinção essa, presente entre os espanhóis (*trabajar/obrar*), ingleses (*labour/work*) e alemães (*arbeit/werk*) que possuem dois modos de diferenciá-lo. Tanto *work* (inglês) e *werk* (alemão) estão ligados à criação de uma obra, sendo que *werk* também é designativo de fábrica, enquanto *labour* (inglês) e *arbeit* (alemão) estão ligados ao esforço e ao cansaço.

Já na língua portuguesa, existem duas apresentações sobre a origem da palavra trabalho, uma apontando para a derivação da palavra latina *tripalium*, instrumento feito de três paus com pontas de ferro, utilizado para bater o trigo, dentre outras utilidades agrícolas, e *trabaculum*, associado à *tripaliare*, que significa torturar (Albornoz, 1952). E neste sentido, o que se quer destacar é que, em qualquer idioma é possível observar que trabalhar apresenta-se como verbo, imperativo de



uma ação que se supõe transformadora e que exige esforço, algumas vezes mais no sentido físico, outras mais no intelectual, ou em ambos.

Assim como todo esforço envolve uma dose de sacrifício, a palavra trabalho traz em si a ideia de sofrimento que se liga ao trabalho do homem, tanto na execução da *tâche* quanto para inserir-se e reproduzir-se na sociedade que se estrutura econômica e politicamente, conforme seu modo de produção. Posto isto, tem-se que a associação do trabalho ao sofrimento está ligada a divisão histórica entre trabalho manual e intelectual, a depreciação social do primeiro e a valoração do segundo. Pois, desde as sociedades grega e romana, aos escravos competia toda e qualquer atividade braçal, enquanto que os cidadãos dirigiam e supervisionavam seus negócios, exerciam a oratória entre seus pares, discutiam sobre as premissas filosóficas e questões políticas. Algo que, também, se faz presente enquanto herança da tradição judaico-cristã que prega: “Comerás o pão com o suor de teu rosto” (Gn. 3.19), reforçando o sentido do trabalho como punição.

Igualmente, retomando a discussão aqui proposta, tem-se que por ser uma ação consciente, imbuída do propósito de gerar um resultado previamente esperado, o trabalho também é uma ação humana de caráter social, na medida em que a sua organização estabelece uma divisão da sociedade com base na propriedade dos meios de produção.

Na sua dimensão subjetiva, o trabalho possibilita a inserção dos sujeitos na relação social, não é somente um meio de sobrevivência, mas uma forma de se sentir útil e pertencente. O que os seres humanos fazem é produzir suas condições de existência, e ao produzirem-na materialmente, geram e criam valores de uso, definem sua existência na medida em que a exercem, em consonância com a natureza, construindo a si mesmos na medida em que arrancam do mundo o seu modo de ser (Codo; Sampaio; Hitomi, 1993).

Já a categoria emprego, surge com a Revolução Industrial através da qual o trabalho é vendido em troca de uma remuneração, da também qual deriva a noção marxiana de trabalho alienado. O que não acontecia com os servos, pois estes ficavam com uma parte da produção para a sua subsistência e troca nas feiras, de modo que, à época das relações de suserania e vassalagem, somente os jornaleiros, empregados em oficinas de artesãos, recebiam salário (Lazzareschi, 2007).

Posto isto, tem-se que na sociedade moderna (a partir do séc. XIX) a inserção no mundo do trabalho se faz através do emprego, que remete a uma relação contratual do indivíduo com uma organização, na qual realiza uma atividade produtiva em troca de pagamento. Disto decorre que, os empregos tornaram-se tanto comuns quanto importantes, passaram a ser, nada menos, do que o único caminho amplamente disponível para a segurança, o sucesso e a satisfação das necessidades de sobrevivência (Woleck, 2010).

Portanto, trabalho e emprego não são sinônimos, pois o trabalho não se desenvolve apenas no desempenho de uma função empregatícia, como no caso daqueles que são donos do seu empreendimento ou que executam uma atividade livre de um contrato, p. ex., as diaristas. O trabalho pode ser individual quando realizado por uma única pessoa para satisfazer suas necessidades pessoais, ou coletivo quando visa à satisfação da família ou de um grupo. Já o emprego, necessariamente, envolve uma relação de contrato social entre proprietário e não proprietário dos meios de produção (Lazzareschi, 2007).

A partir do surgimento dos estados nacionais no final do século XV, as categorias analíticas, emprego e trabalho, passam a ser pensadas a partir das relações de mercado e são entendidas como um espaço regulado por fatores econômicos e políticos, onde se dão as relações de venda e compra de produtos e serviços. Mais recentemente, especificamente, nos referindo ao caso brasileiro, tem-se que é no período do Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas, que as relações de emprego, no âmbito da iniciativa privada, são unificadas em um documento – a Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, também conhecida como Regime Celetista, instituída pelo Decreto Lei nº 5.652, de 1943. O Art. 3º da CLT traz em seu texto que: “considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”.

No âmbito público, a normatização das relações de trabalho remonta ao Decreto-Lei nº 1.713, de 28/10/1939, substituído pela Lei nº 8.112, de 11/12/1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, em resposta à Constituição da República de 1988, que disciplinou e padronizou as relações entre os servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional da União. E, cabe destacar aqui, duas características que se salientam no regime estatutário, uma é a delegação de competência aos estados e municípios para legislarem sobre o estatuto dos seus servidores, a outra é a inexistência de contrato entre as partes, ou seja, não há uma relação contratual entre o servidor público estatutário e o Poder Público, de modo que, no interior da doutrina jurídica, o vínculo entre o servidor público estatutário e a pessoa federativa é definido como um vínculo jurídico-administrativo (Passos, 2014).

O servidor público se constitui, portanto, num produto híbrido entre a legislação celetista e o estatuto jurídico-administrativo. Possui direitos e deveres regulados por lei própria, recebe remuneração mensal com base em uma jornada de trabalho calculada em dias e horas, tem direito a aposentadoria por tempo de contribuição ou doença, assim como os celetistas. Está sujeito à demissão desde que submetido a processo administrativo disciplinar, não tem direito a percepção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como não tem regulamentada a data base para o reajuste salarial. O tempo de serviço prestado no exercício de atividades insalubres não é contado em dobro, para fins de aposentadoria, como ocorre com os celetistas.

Neste sentido, cabe lembrar que o Art. 30 da Lei 12.618, de 30/04/2012, estabelece o teto de R\$ 4.159,00, equivalente ao teto de contribuição e benefício do Instituto Nacional de Seguridade Social/INSS, para os novos servidores públicos federais, que não mais se aposentam com o salário integral, de modo que, aqueles que desejarem uma aposentadoria com valor superior ao teto do INSS deverão aderir à Previdência complementar. Tais mudanças, que ao longo dos anos vêm sendo implementadas, acabam por retirar o que era considerado como uma vantagem deste em relação aos demais trabalhadores e, cada vez mais, aproximam a carreira dos servidores públicos federais da condição de empregados públicos.

Ao tratar a questão do trabalho no âmbito de uma Instituição pública, cujo ingresso se deu, em muitos casos, mediante contratos baseado na CLT, está-se falando de emprego. Neste sentido, o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União define como servidor público a pessoa legalmente investida em cargo público, investidura que pode ser de caráter efetivo (concurso público) ou transitório, que são chamados de cargo em comissão. Contudo, tal dicotomia entre o público e o privado já era conhecida na Grécia Antiga, onde, no espaço público, os cidadãos, que eram os homens livres, tinham como função, a promoção da sociedade dos iguais, em contrapartida, delegando-se ao âmbito privado o domínio do particular, da casa e da família.

Na conjuntura das sociedades modernas, o espaço público está associado ao papel do Estado, enquanto esfera do poder político institucionalizado, regulador dos interesses e do comportamento dos cidadãos através de normas e leis. O espaço público passa a ser, então, a representação política da relação entre o governante e a sociedade civil, enquanto que o espaço privado remete aos interesses particulares dos cidadãos (Conselho Regional de Psicologia de Curitiba, 2007).

O estudo sobre gerações parentais que se sucederam no exercício de um emprego público, na grande maioria, sem submeterem-se a concurso público, a priori, fere questões como a meritocracia<sup>1</sup> e a igualdade de direitos dos cidadãos, sugerindo a existência de um problema ético entre a esfera pública e a privada. Contudo, esta Instituição octogenária, tem origem na iniciativa privada e contou com doações públicas e privadas na sua construção, passando por três status diferentes (municipal, estadual e federal), o que exige um olhar analítico que considere a dialética entre estes diferentes tempos na formação da sua cultura institucional. Algo que nos ocuparemos nessa segunda parte do livro.

---

<sup>1</sup> Nas sociedades modernas e complexas, a igualdade de oportunidades competitivas entre os cidadãos, conforme Barbosa (2003), permite que estes selecionem para a realização da tarefa com base nos méritos dos talentos e capacidades intelectuais e não mais em fatores como herança, corporativismo, relações consanguíneas, poder político e econômico.

## II – SEGUNDA PARTE

### 2. O INÍCIO DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL E A GÊNESE DA UFRGS

Antes de se falar sobre a criação da UFRGS, que se dá partir do século XIX, juntamente com o processo de urbanização da cidade de Porto Alegre, se faz necessário trazer um pouco da história do ensino no Estado do Rio Grande do Sul e, especificamente, da sua capital. Pois, o desenvolvimento tardio do Estado, tanto no aspecto econômico e social quanto financeiro e educacional, levou ao crescimento de uma população em grande parte analfabeta, a qual se somaram os colonos estrangeiros que não dominavam o idioma português, uma elite local, na sua maioria iletrada, que se obrigavam a mandarem os filhos estudarem em outros estados brasileiros ou no exterior. Quadro este que afetou, profundamente, o desenvolvimento do Estado, principalmente, se for considerado o papel preponderante da educação na formação de cidadãos capazes de atenderem as demandas de trabalho de uma sociedade em construção.

Posto isto, tem-se que o início da instrução primária em Porto Alegre se deu em 1772, após um desentendimento entre o Governador José Marcelino Figueiredo e os vereadores da Câmara Municipal, que rejeitaram o seu pedido de subvenção anual de 20 mil réis para auxiliar no aluguel da sala onde funcionava uma escola para meninos, dirigida pelo baiano Manuel Simões Xavier (Schneider, 1993). Tal celeuma que deu origem a instrução primária em Porto Alegre tinha como pano de fundo o fato de que a capital já havia sido transferida para Porto Alegre, contudo, a maioria dos vereadores mantinha suas residências em Viamão e, em represália a negativa de recursos financeiros, o governador determinou a transferência imediata dos vereadores para a capital, sob o risco de prisão, conseguindo assim, a aprovação da subvenção.

Em Porto Alegre, a primeira escola particular da capital iniciou suas atividades em torno de 1800, na Rua da Ponte, entre o Beco do Fanha (atual Riachuelo) e a Rua Clara (atual Caldas Júnior), sob a responsabilidade de Antônio D'Ávila, conhecido como "Amansa-Burros" (Schneider, 1993). Nesta direção, ainda por ordem do então Governador do Estado, José Marcelino de Figueiredo (1769 a 1771), foi criada a primeira escola pública no estado, construída no ano de 1776 em Gravataí, na denominada Aldeia dos Anjos, e tinha por objetivo o ensino dos índios ali residentes, sendo que as meninas ficavam abrigadas no Recolhimento de Servas de Maria, que as preparavam para serviços domésticos através da professora Rita Gregória Coelho de Mendonça (Flores, 1998).

Poucos anos depois, em 1820, segundo Schneider (1993), por Resolução Régia, foram criadas oito escolas públicas de Primeiras Letras no Rio Grande do Sul, nas localidades de: Porto Alegre,

Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha, São João da Cachoeira, São Francisco de Paula de Pelotas, Senhor Bom Jesus do Triunfo e Nossa Senhora da Conceição de Piratini. Algo, então, necessário, já que, conforme os registros de Antônio Gonçalves Chaves, em 1820, não havia mais do que três homens formados nascidos no Rio Grande do Sul, além de quatro meninos que haviam sido encaminhados para estudarem em Coimbra (Flores, 1998).

Os professores particulares atendiam em suas residências, como no caso de Leocádia Cândida da Silva, que recebia os alunos em sua casa “ao pé da Cadeia da Justiça” e, por 960 réis por mês, ensinava a “ler, escrever, costurar, fazer rendas, bordar filós ou seda em fios de prata e ouro”, ou Florisbela Flores da Conceição na Rua Formosa nº 51 (Flores, 1998: 32-33). Em 1823, o ensino primário passou por uma reforma e o método individual foi substituído pelo monitoral, criado em 1797, na Inglaterra, por Joseph Lancaster, que utilizava a memorização como método (Schneider, 1993).

Em virtude disso, Flores (1998) salienta que o governo da província encaminhou ao Rio de Janeiro o Prof. Antônio Álvares Pereira Coruja, para aprender o chamado Método Lancaster de Alfabetização em Grupo, o qual, retornando para Porto Alegre em 1828, iniciou aulas para 200 meninos. No entanto, o baixo aproveitamento dos alunos provocou o retorno ao ensino individual. Será, então, somente no final do século XIX que o ideal de um ensino integral, no sentido de possibilitar o desenvolvimento da capacidade cognitiva dos alunos, passa a ser aplicado através do Método Abílio, que partia do pensamento concreto para o abstrato, incentivando a participação dos alunos na aprendizagem (Schneider, 1993).

E, apesar da Constituição de 1824 determinar a gratuidade do ensino primário aos cidadãos, o investimento público na educação era quase inexistente, e os salários pagos aos professores eram baixos e irregulares. Ficando a encargo dos mesmos as despesas com aluguel de sala, a compra de cartilhas, lousas, penas e cadernos. Este quadro geral afetou de tal modo o ensino no estado que, este, durante um bom tempo, segundo Flores (1998), se viu em dificuldades para o correto preenchimento dos cargos públicos, por falta de pessoas com habilitação básica. Em virtude disso, alguns anos mais tarde, a Lei de 15/10/1827 deu ordenamento às chamadas Primeiras Letras, determinando que as crianças tivessem aulas em suas cidades ou povoações, fixando o ordenado dos professores em torno de 200\$000 a 500\$000 réis anuais, pagos pela província.

Quanto aos salários dos professores, Roche (apud Flores, 1998: 41) cita a mensagem de Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, quando assumiu a Presidência da Província em 1842, aos deputados do Estado:

Não deveis esperar que todas estas cadeiras sejam regidas por hábeis mestres, porque desgraçadamente a pouca importância que entre nós se dá aos instrutores da mocidade, afugentam da nobre carreira do magistério os que a ela se deviam dedicar com vontade pública; nem a paga é tal que compense o incômodo ou ao menos chegue para os mister da subsistência .

Será, então, somente em 1834 que, tanto o Ensino Primário quanto o Secundário, passaram à responsabilidade das províncias e, no ano seguinte (1835), uma escola pública de Primeiras Letras, exclusiva para meninas, segundo Flores (1998), entrou em funcionamento na Rua de Bragança, nº 71. Também se somavam aos problemas existentes a dificuldade de se obter livros, e, como não existiam livrarias em Porto Alegre, estes eram vendidos em armazéns ou lojas. A primeira biblioteca pública só foi instalada em 1877 em uma sala do Ateneu Rio-Grandense, graças aos esforços de Fausto de Freitas e Castro, como registra Schneider (1993).

No meio colonial, no interior da província, a situação educacional era mais complexa em consequência do processo migratório de alemães e italianos vindos de regiões que, muitas vezes, tinham dialetos próprios ou, eram analfabetos dentro da própria língua materna. E, se, por um lado, a capital da província se ressentia da falta de professores, por outro, o problema era maior na colônia, onde precisavam dominar dois idiomas, o que levou a Lei Provincial nº 446, de 1860, a autorizar a contratação de capelães como professores de Primeiras Letras.

E se, o Ensino Primário andava a passos lerdos, o Ensino Secundário não tinha melhor sorte, pois na década de 1840, contava apenas com aulas isoladas e sem currículo básico, sendo que as matérias eram de livre escolha dos alunos que, ao julgarem-se aptos, apresentavam-se para exame público como, novamente, registra Schneider (1993). Em virtude disso, em 1846, através da Lei nº 52 criou-se em Porto Alegre, a Escola Secundária Pública Liceu Dom Afonso, que só entrou em funcionamento em 1850, tendo como diretor, o Padre João de Santa Bárbara, substituído por Cyro Pedrosa. Esta foi instalada na parte superior de um sobrado alugado, na esquina da Rua da Ladeira com a Rua da Ponte, atual Gen. Câmara com Rua Riachuelo, onde, hoje, está a Biblioteca Pública de Porto Alegre (Schneider, 1993).

Contudo, os registros de Schneider (1993) apontam que a Liceu, com capacidade para 200 alunos, em 1854, mantinha 69 alunos, e, em 1859, as matrículas baixaram para 28 alunos e, por fim, é fechado em 1871, dando lugar ao Ateneu Rio-Grandense em 1872, com 31 alunos matriculados. Funcionou na Rua da Igreja, esquina com a Rua de Bragança até 1873, e, quando foi suspenso, possuía 16 alunos. Dentre as causas apontadas para o fechamento do Ateneu estava o pequeno número de alunos, um extenso programa de quatro anos de estudos e a existência de bons colégios secundários como: Ginásio São Pedro, Instituto Brasileiro, Colégio Souza Lobo e Colégio Vert em Porto Alegre, Colégio Sul Americano em Pelotas e Colégio Jesuíta em São Leopoldo, segundo Schneider (1993).

Dentre as dificuldades sofridas pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no que concerne a instrução dos seus cidadãos, estava à falta de professores capacitados, questão tratada pela Lei nº 446, de janeiro de 1860 da Assembleia Legislativa, que autorizou o estabelecimento da Escola Normal voltada à formação de professores primários. Nove anos depois (1869), a escola entra em funcionamento ocupando, primeiramente, duas salas do antigo Liceu Dom Afonso com



12 alunos matriculados, sendo 8 do sexo masculino e 4 do feminino, mudando-se posteriormente para as instalações do Ateneu. O curso tinha a duração de três anos e dividia-se por sexo, com aulas pela manhã para os meninos e a tarde para as meninas.

Preocupação essa, também manifesta pelo alagoano João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, governador da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1852 a 1855), que manifestou a sua preocupação em relação à educação e ao desenvolvimento do Estado, salientando que os estudos no Liceu só preparavam os que visavam o estudo acadêmico, deixando de lado a preparação para o exercício no comércio, agricultura e indústria, que como disse, ficavam nas mãos de “mediócras”. Já o ensino noturno, por sua vez, só surgiu em Porto Alegre em 1876, tendo como professor José Ribeiro de Andrade e Silva, destinando-se ao ensino elementar e científico de adultos do sexo masculino (Schneider, 1993).

Outro fato que chama a atenção é a falta de investimento em prédios públicos para atender ao ensino. Como mencionado anteriormente, o Liceu funcionou em um sobrado alugado na esquina das ruas da Ladeira com a da Ponte, que deu lugar ao Ateneu, posteriormente transferido à Rua da Igreja, esquina com a Rua de Bragança, onde também passou a funcionar a Escola Normal e o ensino noturno (Schneider, 1993).

**Figura 1: Antigo Prédio da Escola Normal**



Fonte: <http://memorialdotempo.blogspot.com.br/2013/09/cafe-esquina-do-tempo.html>.

Mas, será somente a partir do ideário da educação popular, como indispensável ao crescimento econômico do país, que a educação terá um grande impulso, sobretudo, com o positivismo no período da Primeira República Rio-grandense (1889-1930). Pois, é com este, que a racionalização

se torna a expressão de modernidade e a educação se associa a formação dos cidadãos, passando a ser um elemento de controle social e ideológico em nome do “bem comum”, refletido nos dizeres da bandeira nacional “Ordem e Progresso”, assim como nas comemorações e festas cívicas (Corsetti, 2008).

Adotado pela nova elite do Partido Republicano Rio-grandense, o positivismo local via a questão social como um elemento concreto, resultado da acumulação do capital, decorrendo disso, a necessidade de incorporar a participação dos trabalhadores de forma normatizada, implicando na necessidade de uma educação moral, onde a escola pública se constituía em parte, de uma organização montada a partir da orientação política positivista (Corsetti, 2008).

A primeira escola militar de Porto Alegre, destinada à formação da Infantaria e Cavalaria, foi criada em 1851 no denominado Areal da Baronesa, hoje bairro Praia de Belas, onde se localiza atualmente um quartel da Brigada Militar (Schneider, 1993). Em 1872, é iniciada a construção das novas instalações da Escola Militar em área do Parque Farroupilha (Campo da Várzea), concluída em 1887 e denominada inicialmente de Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul. E, em 1912, sob a presidência do Mal. Hermes da Fonseca, o Colégio Militar passa a ter a conformação atual, antes disso, foi Escola Preparatória em 1903, Escola de Guerra em 1905 e Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria em 1908.

Em 1889, quando se dá a Proclamação da República, o Brasil possuía 14 milhões de habitantes, e de cada 100 pessoas, somente 15 sabiam ler e escrever o próprio nome, sendo que entre os escravos, o índice de analfabetos era de 99% e apenas 8.000 pessoas tinham educação superior (Gomes, 2013). E, ao chegar o ano de 1950, metade da população brasileira ainda se mantinha analfabeta.

No geral, todos os diagnósticos referentes à educação no Brasil, entre 1930 a 1960, apontam num mesmo sentido: a educação era marcada pela negligência estatal, pela desarticulação entre os graus de ensino, pelas dificuldades administrativas, pela burocracia, pela interferência política, pela falta de continuidade administrativa, pela centralização excessiva dos serviços escolares, pela legislação fragmentada, pelo mau uso das verbas educacionais, pela precariedade dos recursos diante da expansão demográfica, pelos altos índices de evasão e reprovação, pela pobreza de oportunidades culturais, pelas deficiências pedagógicas, pela falta de corpo docente, pela falta de prédios adequados e pelo conflito entre os defensores do ensino público *versus* o do ensino privado (Quadros, 2003).

No quadro do magistério estadual, em 1958, 54,66% dos professores não possuíam sequer o curso normal (Quadros, 2003). Leonel de Moura Brizola (1922-2004) assumiu o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1959, trazendo nos seus planos de campanha a erradicação do analfabetismo e a criação de escolas em todo o Estado. Quanto ao Ensino Secundário, em 1959,



existiam 33 municípios sem escolas, o que levou em 1962 ao projeto denominado “Um ginásio para cada município” (Quadros, 2003).

Para atender ao Ensino Técnico, foram criadas escolas industriais em Erechim, Ijuí, Santo Ângelo, Uruguaiana, Taquara, Torres, Osório e Santo Antônio da Patrulha, enquanto que as escolas Senador Alberto Pasqualini em Novo Hamburgo, e Senador Salzano Vieira da Cunha em Bagé, foram ampliadas e reequipadas (Quadros, 2003).

Contudo, diferente do que ocorreu na América Hispânica, onde a formação do Ensino Superior partiu da Igreja Católica, nas colônias portuguesas e no caso brasileiro, as Reformas Pombalinas afastaram a mais importante ordem religiosa voltada ao ensino, os jesuítas (FLORES, 1998). De modo que, segundo Durhan (2003), o bloqueio continental imposto por Napoleão e a fuga da família real para o Brasil dificultou, quando não impediu, a saída dos filhos da elite brasileira para desenvolverem estudos superiores na Europa. Fato esse, que tornou imprescindível a criação do Ensino Superior no país, de forma a atender este grupo e formando um corpo de profissionais liberais, necessários ao desenvolvimento econômico e político do reino de Portugal Brasil e Algarves.

Em função disso, em 1808, foi criada a Escola de Cirurgia e Anatomia da Bahia (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), seguida da Escola de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a Academia de Guarda da Marinha, também no Rio de Janeiro. Em 1810, foi criada a Academia Real Militar, hoje Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Durhan, 2003).

E, deste modo, foi-se até 1873, quando, todos os estudantes que almejassem o Ensino Superior deviam prestar exames preparatórios na Corte, o que mudou a partir do Decreto nº 5429 de 1873, que criou Delegacias Especiais nas províncias onde os exames passaram a ser feitos, segundo Schneider (1993: 212 e Ss). Em razão dessa mudança, no ano de 1874, em Porto Alegre, 195 candidatos prestaram exames com os seguintes resultados: 40 aprovados em Língua Portuguesa, 33 aprovados em Língua Francesa, 17 aprovados em Língua Inglesa, 13 aprovados em Latim, 12 aprovados em Matemática, 9 aprovados em Álgebra, 2 aprovados em Geometria e 29 aprovados em Geografia. Disto decorre que, havia então, em 1889, por iniciativa da Coroa, aproximadamente, 24 escolas de formação profissional no Brasil.

E, assim como nos níveis primários e secundários, o estado do Rio Grande do Sul também sofreu com a política que privilegiava os moradores da Corte, tratando desigualmente as outras regiões. O Ministro do Império suspendeu os exames provinciais, alegando falta de verbas, mantendo-os apenas na Corte, mas graças ao comerciante porto alegreense, Rodolfo José Machado, que colocou à disposição da Delegacia Especial o material necessário, os exames puderam ser aplicados na Província no ano seguinte (Schneider, 1993).

A Constituição Gaúcha de 1891, de inspiração positivista, admitia a liberdade de exercício profissional sem a obrigatoriedade de diplomação, ferindo diretrizes federais e levando a situações de conflitos com os alunos das nascentes escolas de Farmácia, Medicina, Engenharia e Direito. Somente em 1917 o estado se rende as exigências federais, é implantado o exame vestibular, não são mais aceitos os alunos ouvintes e o corpo docente é reorganizado (Pesavento, 2004).

## 2.1. O INÍCIO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO RS

Se por um lado a proposta positivista liberava o exercício profissional dos não diplomados, por outro lado, valorizou o ensino técnico-profissional articulando-o as instituições de ensino superior, voltando-os a formação de mão de obra especializada. Nesse sentido, a Escola de Engenharia, criada em 1896, por iniciativa de um grupo de engenheiros militares e professores da Escola Militar de Porto Alegre, com recursos angariados na coletividade e funcionando inicialmente em salas do Ateneu Rio-grandense, cujo prédio foi construído em 1900 em terreno doado pela municipalidade no Campo da Várzea, deu início a um complexo de ensino técnico e superior.

Ligado a Escola de Engenharia, é criado o Curso Ginásial Preparatório, futuros Colégio Ginásial Júlio de Castilhos e o Instituto Parobé. Seguindo os ideais fundadores do positivismo no Estado, no que concerne ao Ensino Técnico e Superior, a Faculdade Livre de Direito criou como órgão anexo a Escola de Comércio de Porto Alegre em 1909, que deu origem a Faculdade de Economia em 1933, o curso de Técnico de Contador e o Superior de Administração e Finanças, que se desligam da Faculdade de Direito em 1945 (Paglioli, 1978).

Ressaltamos, nesse sentido, três legislações importantes na formação e na estruturação do Ensino Superior no Brasil, primeiro o Decreto nº 1.232, de 02/01/1891, que autorizou a criação das chamadas Escolas Livres, o que no Estado permitiu a criação da Faculdade de Farmácia (1895), da Escola de Engenharia (1896), Faculdade de Medicina (1898), Faculdade de Direito (1900), Instituto Astronômico e Meteorológico (1906), Instituto e Artes (1908), Instituto de Eletrotécnica (1908) e Escola de Comércio, posterior Escola de Economia (1909).

A Lei Rivadávia Correa, de 05/04/1911, abriu a iniciativa privada à criação de instituições de Ensino Superior enquanto que a Lei Maximiliano, Decreto nº 11.530 de 18/03/1915, exigiu para fins de reconhecimento e equiparação às instituições de nível superior, que além de terem cinco anos de funcionamento, os estabelecimentos deveriam estar localizados em áreas com população superior a 100 mil habitantes.

E, assim, o Ensino Superior no Estado nasceu do trabalho dos filhos da elite agrária de visão positivista, pois partiu da iniciativa privada respaldada com recursos captados junto à população

e dos cofres públicos através da cedência de salas, de doações de terra, equipando salas e laboratórios, além de outras formas de recursos. As cátedras se formaram sob a égide privada e personalista dos professores no interior de escolas, construídas com participação pública para atender os filhos da elite em formação superior e os da classe média no ensino técnico.

Esta relação entre as esferas pública e privada, no âmbito do Ensino Superior no Estado, durante muitos anos, manteve sua autonomia, se rendendo somente quando a legislação nacional dá uniformidade curricular e centraliza a política do Ensino Superior no país, como ocorreu com a Lei Maximiliano e com a criação do Ministério da Educação e Cultura (1930). E, embora os recursos financeiros tenham vindo da coletividade e dos cofres públicos, a administração (incluindo os recursos humanos) se fazia conforme uma iniciativa privada. As contratações seguiam a tradição de privilegiar os que fizessem parte do círculo de familiares, parentes, conhecidos ou agregados, pessoas cuja condição de dependência, fosse ela social, política ou financeira, e que, aceitassem os deveres sem questioná-los.

## 2.2. DO CAMPO DA VÁRZEA AO CAMPUS DO VALE: A CONSTITUIÇÃO DA UFRGS

As cidades, centros urbanos onde as relações sociais se estabelecem, onde as pessoas estão sempre resgatando partes da sua história, constituem lugares de memória. “Ademais, como alertou Pierre Nora, tudo que hoje chamamos de memória já é história, pois a necessidade da memória é, na realidade, uma necessidade de história” (Abreu, 1998: 17).

Em segundo lugar, a Lei Rivadávia Correa de 05/04/1911 que autorizou a iniciativa privada a criar instituições de nível superior. E, por último, o Decreto nº 11.530 de 18/03/1915, que ficou conhecida como a Lei Maximiliano, que limitou a equiparação das instituições de nível superior privadas às públicas, desde que tivessem cinco anos de funcionamento e estivessem localizadas em áreas com populações superior a 100 mil habitantes.

De uma maneira geral, tem-se que o acervo edificado da UFRGS apresenta duas gerações históricas – no primeiro grupo estão reunidos doze prédios construídos entre 1898 e 1928, onze deles localizados no Campus Centro e um no Campus do Vale. A segunda geração é composta por dez edifícios construídos entre 1951 e 1964, localizados no Campus Centro, da Saúde e Olímpico<sup>2</sup>. Mas, a memória das cidades não se limita aos aspectos concretos, expressos na arquitetura, nos monumentos e documentos, dentre outros, ela possui uma dimensão subjetiva que está na formação da identidade coletiva como resultado das relações sociais que se construíram no processo histórico, e se desenvolveram em um espaço geográfico, seja de nascimento ou convivência, a partir do qual, os indivíduos se reconhecem e identificam.

---

<sup>2</sup> Ver anexos 1 e 2 ao final do livro.

Essa identidade também é resultado de um processo de transformação e construção, e como acontece com a memória individual, também é coletiva, permeada pela subjetividade e parcialidade resultante de diferentes sensibilidades. E, como salienta Abreu (1996: 17), referindo-se ao processo de modernização das cidades brasileiras, tem-se que, a “esperança em um futuro melhor”, levou a uma rejeição do passado através da abolição dos seus vestígios, de modo que, as reformas urbanísticas foram transformando radicalmente a face das cidades brasileiras<sup>3</sup>.

Contudo, pelo menos nas duas últimas décadas do século XX, o fim do otimismo ilimitado no futuro levou ao surgimento da valorização do passado, como uma forma de busca por referências identitárias que têm uma dimensão singular na paisagem, na cultura e nos lugares (Abreu, 1996). Neste sentido, comparado com países da Europa, o surgimento dos núcleos urbanos no Brasil é recente, uma vez que Olinda foi fundada em 1537, Salvador em 1549, São Paulo em 1554, o Rio de Janeiro foi fundado em 1565 e Ouro Preto em 1711, por exemplo. E, a data oficial da fundação de Porto Alegre, que já teve as denominações de Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, e, posteriormente, de Nossa Senhora Madre de Deus, registrada na data de 26/03/1772, segundo Franco (2000).

Axt e Scliar (2011) relatam que a distribuição de sesmarias ao sul do Brasil se deu em 1732, cabendo ao Brigadeiro Silva Paes a fundação do primeiro assentamento português na cidade de Rio Grande em 1740, tomada em 1767 pelos espanhóis e retomada pelos portugueses em 1770. Contudo, antes de ser elevada a condição de freguesia, a capital do Rio Grande do Sul existiu por vinte anos como um arraial chamado de Porto do Viamão e Porto do Dorneles. Este último topônimo em alusão ao sesmeiro e criador de gado Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcelos que, em torno de 1732, recebeu 14 mil hectares de terras, limitadas a oeste com o Rio Guaíba, ao norte com o Rio Gravataí, a leste com os arroios Feijó e Dornelles e ao sul com o Arroio Jacaré (Dilúvio).

E, conforme citado no capítulo anterior, temos que, a transferência da capital do Estado se deu sob a ameaça de prisão dos vereadores, que ainda residiam em Viamão, como represália do Governador José Marcelino, ao ver negado pela Câmara o seu pedido de subvenção para o pagamento do aluguel de uma sala destinada ao ensino. E, como a história nos mostra, do final do século XVII ao início do XX, o poder no Estado do Rio Grande do Sul, como no resto do país, tinha como pilar econômico a propriedade de terras, e no campo político, centrava-se na municipalidade. Em decorrência disso, o que se observa é que à medida que as relações políticas

<sup>3</sup> Esta ideologia modernizante esteve na base de comportamentos extremos, como se o antigo incorporasse o subdesenvolvimento, sinônimo de atraso, levando a demolições de prédios públicos e privados, como no caso da Igreja do Menino Deus, em 1970 (Miranda, 2013), substituída por outra de arquitetura arrojada para a época. Como tentativa de rapidamente apagar o passado Imperial, logo que a República se constituiu (1889), mudou-se o nome de ruas de Porto Alegre: a Praça Conde d’Eu passou a chamar-se Praça 15 de Novembro, o Beco do Império passou a ser conhecido como Rua do Espírito Santo, a Rua do Imperador passou a ser conhecida como Rua da República, a Rua Imperial (antiga estrada do Chico Ilhéu) mudou para Av. Benjamim Constant e a Rua da Imperatriz passou ser chamada de Rua Venâncio Aires (Terra, 2002).

se consolidavam, as capitais se transformavam em locais de aglutinação política e econômica, equipando-se com serviços públicos e privados, e o crescimento populacional levava a dicotomia entre o urbano e o rural (Leal, 2013).

Este crescimento se deu em Porto Alegre a partir do seu centro histórico. Axt e Scliar (2011) apontam que o coração da cidade se localizava na colina denominada de Santa Ana, onde foi construída a Igreja Matriz, a Junta Real da Fazenda e o Palácio do Governo. Local apontado por Macedo (1993: 29) com a denominação de “Altos da Praia”, atual Praça Marechal Deodoro, popularmente chamada de Praça da Matriz, já denominada de Praça do Palácio e Praça D. Pedro II, que sem os quarteirões de hoje, permitiam que o Rio Guaíba chegasse até a Rua da Graça, atual Rua dos Andradas, até hoje chamada de Rua da Praia.

Em 1826, quando era inaugurada a primeira enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, em uma área afastada do núcleo urbano, Porto Alegre registrava aproximadamente 12 mil habitantes, e cinco anos após (1831), o Código de Posturas Policiais ainda considerava o Campo da Várzea fora da zona urbana (Axt; Scliar, 2011). A denominação de Várzea surgiu a partir de 1773/1774, quando foi construído o primeiro cercamento<sup>4</sup> (1778), que passou a ser conhecido como Várzea do Portão. O campo era uma planície alagadiça, constituída de banhado, com vegetação rasteira, dominada por maricás, habitat de capivaras, ratões do banhado, irerês, maçaricos e jacarés-de-papo-amarelo, dentre outros animais, estendendo-se até o atual bairro Menino Deus.

A pedido da Câmara de Vereadores ao governador da Capitania, Almirante Paulo José da Silva Gama (Barão de Bagé), em 1807, a área foi doada para logradouro público, sendo que a sua medição foi feita entre 1820 e 1825 (Werner, 2013). O campo recebeu a denominação oficial de Campo do Bom Fim em 1870, quando da construção da capela que leva esse nome e teve como capelão o padre e cientista Roberto Landell de Moura, inventor do telégrafo sem fio e do rádio (Axt; Scliar, 2011).

Em 07/09/1884, a Câmara Municipal de Porto Alegre, em atitude simbólica, já que o Direito Civil não permitia, extinguiu a escravidão, levando a que 870 pessoas, somente naquele dia, libertassem seus escravos, destacando-se Lutero Ferreira Ávila, que alforriou 95 dos seus escravos (Axt; Scliar, 2011). Um dos assentamentos africanos que se formaram na capital se estabeleceu onde hoje é o bairro Rio Branco, outro no bairro Cidade Baixa, do qual se falará a seguir. Em homenagem a esta efeméride, o Campos do Bom Fim recebeu a sua terceira denominação – Campo da Redenção.

Por último, em 1935, quando se realizou a Exposição relativa ao Centenário da Revolução Farroupilha, em uma área próxima ao atual prédio da Reitoria da UFRGS, o Parque da Redenção, com base no Decreto Municipal nº 307/35, passa a chamar-se de Parque Farroupilha, tombado

---

<sup>4</sup> Para saber mais, ver Axt; Scliar (2011).

em 03/01/1997, conforme Registro nº 45 (Werner, 2013). Esta era a área por onde Porto Alegre poderia crescer, já que as Norte, Sul e Oeste estavam limitadas pelo Rio Guaíba. Das duas várzeas conhecidas por Paulo José da Silva Gama, só restou a do “Portão”, hoje Parque Farroupilha.

Com a chegada da família real ao Brasil, Porto Alegre é elevada a vila em 01/12/1808, tendo como governador indicado para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o matemático formado em Coimbra, Dom Diogo de Souza, que deu um tratamento paisagístico a cidade com a construção do Solar, que por muito tempo foi o palácio dos governadores, segundo Macedo (1993). E, será, segundo o mesmo autor, somente em 14/11/1822, elevada a condição de cidade, inaugurando em 1858 o seu primeiro banco comercial, o Banco da Província, onde hoje está instalado o Santander Cultural.

Mas não só de guerra e exercícios militares viveu o campo da várzea, além de servir de mangueira para o gado destinado ao abatedouro, localizado entre o início da Rua João Alfredo com a Av. Getúlio Vargas, também serviu aos residentes das cercanias como pastagem do gado e cavalos, o que lhe deu a alcunha de Potreiro da Várzea, depósito de lixo e, em 1890, foi autorizada a utilização do espaço para secagem de couro (Axt; Scliar, 2011).

Em 1899, foi inaugurado um velódromo na esquina das ruas Sarmiento Leite com Osvaldo Aranha, na altura das faculdades de Medicina e Arquitetura (Macedo, 1993). O Parque da Redenção recebeu, ainda, a Exposição Agropecuária e Industrial de 1901, que contou com a participação de 60 municípios e 2.200 expositores. Ao término da exposição, os terrenos utilizados foram cedidos para a construção do Ginásio Júlio de Castilhos, que deu lugar a Faculdade de Economia da UFRGS (Axt; Scliar, 2011). Uma das etapas paisagísticas do Parque Farroupilha deu-se em 1927, com a construção do Jardim Paulo Gama, chamado de Roseiral, entre a antiga Av. Redenção (atual João Pessoa) e Luiz Englert, rua onde foi construído, em 1926, o prédio do Instituto de Química da UFRGS (Axt; Scliar, 2011).

Junto ao ex-Campo da Várzea, separado do Parque Farroupilha pela atual Av. João Pessoa (também chamada de Caminho da Azenha), iniciando na Av. Salgado Filho e terminando na Av. Bento Gonçalves (ex-Estrada do Mato Grosso), que recebeu aterramento e arborização em 1857, e a primeira pavimentação de concreto em 1924, fica o bairro Cidade Baixa. Porto Alegre se formava e se transformava, exigindo providências das autoridades locais no sentido de provê-la de equipamentos públicos que atendessem a população que crescia. Em 1779, duas fontes públicas foram construídas, uma na Várzea, abaixo da atual Praça Argentina (antiga Praça da Independência) e outra na Rua Nova do Poço (Jerônimo Coelho), esquina com a General Paranhos, conhecida como antiga Rua do Poço, hoje Borges de Medeiros (Macedo, 1993).

O primeiro Mercado Público da cidade foi concluído em 1844, onde hoje se localiza a Praça 15, lá permanecendo por vinte e cinco anos, até a inauguração do mercado atual, em 1869, incendiado em junho de 1912, e reconstruído, incluindo o segundo piso. O mercado novo aglutinou não só



comerciantes, trabalhadores e boêmios, pois nas mesas do Café Provenzano, nasceu a Bolsa de Mercadorias, que lá funcionou até a sua transferência para o Palácio do Comércio (Franco, 2000).

A história da UFRGS remonta, portanto, ao século XIX e se construiu juntamente com o cenário da Capital, sua gênese está no Decreto nº 1.232, de 02/01/1891, que autorizou a criação das chamadas Escolas Livres, que em Porto Alegre deram origem à: Faculdades de Farmácia, Escola de Engenharia, Medicina, Direito, Agronomia e Veterinária, Institutos Astronômico e Meteorológico, de Artes, Eletrotécnica, Química e Escola de Comércio de Porto Alegre (Paglioli, 1978).

Em 28 de novembro de 1934, através do Decreto Estadual nº 5.758, foi criada a Universidade de Porto Alegre (UPA), reunindo as faculdades isoladas já existentes e criando outras como: a) Faculdade de Educação, Ciências e Letras, posteriormente denominada de Faculdade de Filosofia – esta unidade de ensino foi instituída em 1936, porém, só entrou em funcionamento em 1942, inicialmente no prédio da Faculdade de Direito; b) Curso de Arquitetura – o primeiro curso foi criado em 1944 pelo Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 19.991 de 1945; c) Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, a qual é criada pouco tempo depois e cria outro curso de Arquitetura. A fusão dos dois cursos ocorreu em 1948, com aprovação pela Lei nº 413 (Paglioli, 1978).

Em 1947, tendo como Reitor o Prof. Armando Câmara, a UPA passou ao status de Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), integrando institutos do interior do Estado, como foi o caso das Faculdades de Farmácia e Odontologia, criadas em 1911, e de Direito criada em 1912, na cidade de Pelotas e Faculdades de Odontologia e Farmácia de Santa Maria, criadas em 1931. A história dos cursos superiores no Estado está, portanto, ligada a UFRGS, federalizada pela Lei nº 1.254, de 04/12/1950, sob o reitorado do Prof. Alexandre Martins da Rosa (1949 a 1952).

Paglioli (1978) faz referência ao primeiro instituto superior de ensino no Sul do país, criado em 1895, como sendo a Faculdade de Farmácia, denominada inicialmente de Escola Livre de Farmácia e Química Industrial, instalada em duas salas da antiga Escola Normal pelo Governo Estadual, seguida da Escola de Engenharia. Em 1898<sup>5</sup>, a Faculdade de Farmácia fundiu-se ao Curso de Partos, denominando-se Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, anexando-se à Faculdade de Medicina em 1916, e sendo desanexada em 1952 (Paglioli, 1978).

Contudo, o prédio da Faculdade de Farmácia só foi inaugurado em 1958, no denominado Centro Médico, hoje Campus da Saúde, no Bairro Santa Cecília, onde está localizado o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, a Faculdade de Odontologia, o Instituto de Psicologia, o Centro de Processamento de Dados, o Departamento de Assistência a Saúde da Pró-reitora de Gestão em Pessoas, a Creche Francesca Zácara Faraco, a Escola de Enfermagem, o Departamento de Bioquímica e o prédio onde funciona o Restaurante Universitário e a Farmácia Popular.

---

<sup>5</sup> Corso (1988) registra que após a união com o Curso de Partos, a denominação de Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre foi mantida até a data de 1911.

No quadrilátero formado pelas Av. Ipiranga, Protásio Alves e Rua São Manuel, cortado pela Av. Ramiro Barcelos e limitados pela Av. Ipiranga e Rua Jacinto Gomes, estão os prédios do Planetário, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Instituto de Psicologia e da ex-Escola Técnica de Comércio da UFRGS, atualmente ocupado pela Prefeitura do Campus da Saúde da UFRGS. Paglioli (1978) também salienta que na década de mil novecentos e cinquenta, a área era considerada de difícil acesso, havendo um banhado que interrompia o trânsito na Rua São Manoel, o que exigiu obras de correção do terreno.

Assim sendo, noventa anos após a criação do curso de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina surge em Porto Alegre como instituição privada em 25/07/1898. É abrigada, como tantos outros cursos, na antiga Escola Normal (Rua Duque de Caxias), cedida pelo Governo do Estado. Junto a ela nasceu o curso de Odontologia em 10/10/1898, por sugestão do cirurgião dentista Henrique Riedel (PAGLIOLI, 1978). Com a aquisição de um prédio na Rua General Vitorino, fundos com a Rua Dois de Fevereiro, que deixou de existir com a abertura da Av. Salgado Filho (TERRA, 2001), a faculdade se organiza e passa a ser conhecida como Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Nessa época, os cursos de Farmácia e Odontologia passam de dois para três anos. E, em 10/03/1936, a Faculdade de Medicina é incorporada à Universidade de Porto Alegre (PAGLIOLI, 1978).

Neste sentido, conforme constam nos registros históricos (Axt; Scliar, 2011), a construção do prédio da Faculdade de Medicina se deu em área onde funcionou o Circo de Touros, na esquina da Rua Sarmento Leite com Luiz Englert, iniciando-se em 1912, e sendo concluído somente em 1923. Com a transferência do curso de Medicina para a sua nova sede, em torno de 1998, junto ao Hospital de Clínicas, no Campus da Saúde, o antigo prédio passou a abrigar o atual Instituto de Ciências Básicas da Saúde.

Durante a administração do Prefeito José Loureiro da Silva (1937-1943), foi contratado o urbanista, engenheiro e arquiteto Arnaldo Gladosch, com o objetivo de criar novo plano diretor para a Capital, não permitindo a diminuição da área verde do Parque Farroupilha e, assim, conteve-se a expansão do Campus Centro da UFRGS (Axt; Scliar, 2011). Fato que levou a Universidade, em 1953, a buscar novas áreas, tendo sido escolhidos 20 hectares, compreendidos entre a Av. Protásio Alves, Ipiranga e Ramiro Barcelos, onde se iniciou o Campus da Saúde<sup>6</sup>. Neste sentido, como registra Paglioli (1978: 266), essa área era um terreno de difícil aproveitamento, uma vez que possuía um grande banhado, talvez resquíio do Arroio Dilúvio, com pequenas elevações que necessitavam de correção. No local, havia uma pequena casa, em estilo colonial, abandonada e ocupada por “maloqueiros” que se recusavam a desocupá-la, e mesmo tendo-lhes sido proposta uma nova moradia, só abandonaram o local com o destelhamento da habitação.

<sup>6</sup> Inicialmente chamado de Campus Médico.



A Faculdade de Farmácia foi a primeira Unidade de Ensino a ser transferida para o Campus da Saúde, na Av. Ipiranga, nº 2752. O seu prédio teve a construção iniciada em 1954 e concluída em 1958. Como já mencionado, o Curso de Odontologia foi criado em 1898 junto a Faculdade de Medicina e, como esta funcionou na antiga Escola Normal (onde hoje existe o Colégio Seigné), transferindo-se para um prédio na Rua Gen. Vitorino. O curso foi fechado em 1922 por falta de interessados, e permaneceu assim até 1932, quando um movimento liderado pelo cirurgião dentista Cirne Lima, pleiteou a reabertura do curso que ocorreu em 1933, por ato do Ministro da Educação do governo de Getúlio Vargas.

Para receber a Faculdade de Odontologia, foi construído um prédio na Rua Gen. Vitorino, inaugurado em 1954 e, em 1958, passou a denominação de Faculdade de Odontologia (Paglioli, 1978). Mas, o aumento no número de alunos de odontologia obrigou a transferência do curso, em 1968, para uma nova sede no Campus da Saúde, na Rua Ramiro Barcelos, nº 2492, onde permanece até os dias atuais.

O local onde foi construído o Campus da Saúde era, dantes, conhecido como Campo das Carretas, pois era ponto de parada dos carreteiros vindos de Viamão. Essa área pertencia aos herdeiros de Antônio Henrique da Fonseca e foi adquirido pelo Governo Estadual e repassada em 1940 ao Governo Federal (BONES, 2013). Antes disso, em 1938, a Prefeitura Municipal cedeu a área para a construção de um campo de polo, recebeu ainda circos e parques de diversão. Um pavilhão de madeira construído para receber os torcedores do polo, serviu de palco de campanhas natalinas. O terreno, também, abrigou a Campal, o primeiro supermercado popular do Estado (BONES, 2013). Antes de falarmos sobre a segunda mais antiga unidade de ensino da UFRGS, e sem diminuirmos a importância das demais unidades de ensino e administrativas, cada ressaltar, dada a sua importância no âmbito da saúde no Estado, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre. O plano de construção de um hospital público na capital nasceu em 1931 e foi anunciada pelo então Governador do Estado, José Antônio Flores da Cunha (1930-1935). Neste sentido, Bones (2013, p. 13) salienta que as obras do HCPA estiveram sob “o signo do malogro” na medida em que foi concebido em 1931, teve sua pedra fundamental lançada em 1943, mas foi somente em 1947 que as obras tiveram início. Em decorrência de problemas técnicos estas são paralisadas em 1952, o que levou a necessidade de demolir as estruturas iniciadas. Em 1963 ocorre nova paralização, desta vez, por falta de verbas; com 13 andares erguidos e inacabados, iniciou-se o atendimento ambulatorial no térreo. Somente em 02/09/1970 é criada a Empresa Pública Hospital de Clínicas de Porto Alegre, com base na Lei nº 5.604/1970 e, em 23/05/1972, quarenta e um anos após o anúncio de sua criação, o HCPA abre as internações. Apesar de todas as vicissitudes, a maior tragédia que envolveu essa obra, foi a morte em acidente aéreo do Reitor da UFRGS, o prof. Ary Abreu de Lima, juntamente com o diretor da Faculdade de Medicina, o prof. Fernando Freitas de Castro, em 1941, quando se dirigiam ao Rio de Janeiro para tratar de questões relacionadas a construção do hospital (BONES, 2013).

A segunda mais antiga unidade de ensino da UFRGS é a Escola de Engenharia, instalada em 10/08/1896, iniciando as suas atividades em 01/01/1897, nas salas do Ateneu Rio-grandense, na Rua da Igreja (atual Duque de Caxias), esquina com a Rua de Bragança (Rua Marechal Floriano Peixoto), sendo o seu primeiro diretor, Álvaro Nunes Pereira (Paglioli, 1978). Seu primeiro prédio foi projetado pelo Engenheiro João Pereira Parobé, seguindo estilo positivista, erigido em frente à Praça Argentina (ex-Praça da Independência) e inaugurado em 1900, segundo Axt e Scliar (2011). Segundo Paglioli (1978), tiveram origem nessa Escola os cursos de Engenharia Agrônômica, Medicina Veterinária, Engenharia Arquitetônica, Instituto de Física e Química, Instituto Técnico Profissional e o Colégio Júlio de Castilhos.

Ainda nesta direção, Axt e Scliar (2011) registram que a presença do novo prédio foi decisiva para a escolha da área como local da realização da Exposição Agrária e Industrial, de 1901, por parte do Governo do Estado. E, em virtude disso, ao seu término, foram cedidos terrenos para a construção do Ginásio Júlio de Castilhos, fundado em 23/02/1900, junto a Faculdade de Engenharia sob o nome de *Gymnásio do Rio Grande do Sul*, em 1905, quando passou-se a ser chamado de Instituto *Gymnasial do Rio Grande do Sul* e, de 1911 a 1951, funcionou onde hoje se localiza a Faculdade de Economia da UFRGS, quando foi destruído por um incêndio em 1951 (Chaves, 2014).

Próximo a Escola de Engenharia foi construído o Observatório Astronômico, ou Instituto Astronômico Cousirat de Araújo, construção iniciada em 1906 e concluída em 1908. Projetado pelo Engenheiro Rudolph Ahrons, que também respondeu pelo projeto da Faculdade de Direito. O Observatório seguiu a arquitetura *art nouveau*, apresentando na fachada a escultura da musa da Astronomia (Urânia), e no topo, uma cúpula giratória em ferro e madeira, conforme apontam os registros de Axt e Scliar (2011).

O Instituto Astronômico foi responsável pelo serviço de hora na Capital, com base na determinação do Círculo Meridiano, sendo que em 19/11/1911, foi feita a primeira determinação da hora. No torreão do antigo Ginásio Júlio de Castilhos (atual Faculdade de Ciências Econômicas), foi instalada uma lâmpada vermelha que era acessa às 19h55m e desligada às 20h. Um segundo sinal foi instalado em 1917 na Prefeitura de Porto Alegre, e o terceiro na Praça Conde de Porto Alegre, no edifício Santa Rosa. Em 1952, os sinais foram eliminados e a hora passou a ser informada pela Rádio da Universidade, graças a um pêndulo adaptado no Observatório e ligado ao transmissor da Rádio (Paglioli, 1978). Em 1967, segundo Espindola (1979), o Observatório foi transferido para o Morro Santana.

Compondo os mais antigos prédios do Campus Centro da UFRGS, temos o Castelinho e o Château, construídos entre 1906 e 1908, respectivamente, projetados pelo Engenheiro Manuel Barbosa Assunção Itaqui, ambos ligados ao antigo Instituto Parobé, como registra novamente Paglioli (1978). O Castelinho, como é chamado, foi destinado aos laboratórios e oficinas da Seção de Mecânica do Instituto Técnico-Profissional da Escola de Engenharia. No alto do seu telhado, na

ponta do lanternim, destaca-se a escultura de uma ave condor. Atualmente, é sede do Núcleo de Inovação das Edificações (NORIE), do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. O prédio conhecido como Château, abrigou as oficinas de marcenaria, carpintaria, serralheria, salas de máquinas, almoxarifado e ambulatório da Escola de Engenharia. Na atualidade, sedia a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (SEDETEC). O prédio do Instituto Parobé, na Rua Sarmento Leite, nº 425, apresentando cúpulas revestidas em cobre, foi inaugurado em 1928, e, atualmente, sedia o curso de Engenharia Mecânica e o Museu do Motor.

A história do Instituto Parobé, por sua vez, está ligada à instrução de jovens e operários nas formações em marcenaria, forja e, posteriormente, nos cursos de mecânica e carpintaria. O Instituto Parobé nasceu nos porões da Escola de Engenharia de Porto Alegre em 1906, através de um grupo de professores liderados pelo então Diretor da Escola de Engenharia, Prof. João José Pereira Parobé.

Na esquina da Av. Osvaldo Aranha com Sarmento Leite, localiza-se o Instituto de Eletrotécnica da Escola de Engenharia, criado em 1908 e concluído em 1910. Inicialmente, era dotado de dois pavimentos e foi ampliado em 1951. Na sua arquitetura destacam-se na fachada duas esculturas de cimento fundido, representando a Eletricidade e a Mecânica. Atualmente, abriga o Departamento de Engenharia Elétrica.

A rádio foi inaugurada em 18/01/1958, com a presença do Presidente da República, instalando-se no prédio na Rua Sarmento Leite, nº 426, sob a direção do Prof. Nilo Miranda Ruschel. O prédio, adaptado às necessidades de uma rádio, foi reinaugurado em 1960 e restaurado em 2002. Já o Museu da UFRGS, criado em 1984, que ocupa um prédio que remonta ao ano de 1910, abrigou o Laboratório de Resistência dos Materiais e o curso de Tecnologia do Couro, ficando conhecido como prédio dos Curtumes e Tanante.

É, então, a partir da federalização da UFRGS em 1950, que as edificações de segunda geração começaram a ganhar impulso e, sem sombra de dúvida, graças ao empreendedorismo, sagacidade e as boas relações do Neurocirurgião caxiense, Elyseu Dambros Paglioli (1898 – 1985), que ocupou a Prefeitura de Porto Alegre por dez meses, sendo precedido por Ildo Meneghetti e foi Ministro da Saúde (1962).

O curso de Química Industrial, por sua vez, foi criado mediante acordo firmado entre o Ministério da Agricultura e a Escola de Engenharia em 1920, e funcionou no Instituto de Eletrotécnica, posteriormente transferido para o edifício central da Escola de Engenharia (Paglioli, 1978). E, em 1926, foi inaugurado, com a presença do Presidente da República, Washington Luís, o prédio na Av. Luiz Englert, s/nº, que recebeu o Instituto de Química, e, além deste, também abrigou os museus de História Natural, Mineralogia e Física. Em 1944 o prédio passou por uma ampliação, concluída em 1946. Aos fundos do mesmo foi inaugurado, em 1954, um pavilhão de

939 m<sup>2</sup>, chamado de Pavilhão de Tecnologia, abrigando o Instituto de Tecnologia Alimentar, que deu origem ao Instituto de Tecnologia dos Alimentos/ICTA, transferido, anos mais tarde, para o Campus do Vale. Já o curso de Engenharia Química foi instituído em 1955, quando se encerrou o curso de Química Industrial (Paglioli, 1978).

Para o ex-Reitor Elyseu Paglioli (1978: 83), a Faculdade de Engenharia trouxe em si, “o germe de uma grande organização” que partiu do “núcleo central das propostas republicanas e positivistas do ensino superior” (PESAVENTO, 2004, p. 21). Quinta Escola de Engenharia do Brasil, criada com recursos advindos de fontes públicas e privadas, inclusive de arrecadação de espetáculo do Clube Carnavalesco Coro-Duro (HASSEN, 1996). Neste sentido, a Escola de Engenharia criou um complexo de ensino que abrangeu deste a formação elementar e superior tendo como referência o antigo Colégio Júlio de Castilhos. Toda essa estrutura técnico-organizacional lhe valeu em 1922 a denominação de Universidade Técnica de Porto Alegre passando a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, através do Decreto Federal n. 20.272 de 03/08/1931 (HASSEN, 1996). O curso de Arquitetura é envolvido em uma nova celeuma no final da década de 60, em razão da construção de um prédio próprio, pois funcionava em duas salas do prédio da Escola de Engenharia. O prédio da Faculdade de Arquitetura foi de encontro ao planejamento urbano que previa a construção de uma Perimetral de modo que, prédio e perimetral sofreram um redesenho, pois no meio do caminho havia a UFRGS.

O Instituto de Artes, ex-Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, com sede na Rua Senhor dos Passos, nº 248, fora dos limites do Campus Centro, foi fundado como instituição particular em 1908, sob a denominação de Instituto Livre de Belas Artes, destinado ao Conservatório de Música e Escola de Artes Plásticas, sendo que está última entrou em funcionamento somente em 1910. Consta entre seus fundadores, o Presidente do Estado na época, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves e Olinto de Oliveira, este último professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Em 1936, esta passou a integrar a Universidade de Porto Alegre, sendo desanexada em 1939 e reincorporada à Universidade em 1945, novamente desanexada em 1946 e, finalmente, reincorporada a UFRGS em 30/11/1962, através da Lei n. 4.159, quando passa a ser conhecida como Escola de Artes (Paglioli, 1978). Contudo, com o passar dos anos, as instalações da sede do Instituto de Artes se tornaram insuficientes, sendo necessária a ocupação de outros endereços, como na Rua General Vitorino, nº 255, que abriga o Departamento de Arte Dramática e na Rua Prof. Annes Dias, nº 112, 15º andar, que sedia o Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas do Instituto de Artes da UFRGS (IA/UFRGS) e o Programa de Pós-Graduação em Música do IA/UFRGS.

Dentre os mais antigos cursos ligados a UFRGS, está o da Faculdade de Agronomia<sup>7</sup>, cuja criação deu nome ao bairro onde está localizada, abrindo caminho, muitos anos depois, a construção do Campus do Vale. Seu embrião foi plantado em 1899, por iniciativa da Escola de Engenharia. Em

<sup>7</sup> Inicialmente denominado de Instituto Borges de Medeiros.

oito de dezembro de 1909, o curso de Agronomia obtém reconhecimento através do Decreto nº 727 e, em 1910, o Instituto de Agronomia e Veterinária passa a ocupar o prédio na antiga Estrada do Mato Grosso, km 9 (atual Avenida Bento Gonçalves, nº 7712), no vale entre os Morros Santana e Companhia. Com a criação da Universidade de Porto Alegre, em 1934, esta, recebe a denominação de Escola de Agronomia e Veterinária, transformada em Faculdade de Agronomia e Veterinária em 1959.

Em 10/10/1958, foi proposta a criação de um Centro Agronômico. Inicialmente pensaram em uma área próxima ao atual Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, na Av. Bento Gonçalves, divisa entre Porto Alegre e Viamão. No entanto, o Centro Agronômico, atual Estação Experimental Agronômica, órgão auxiliar da Faculdade de Agronomia, foi construído no quilômetro 39, da BR 37 (margens da BR 290, em Eldorado do Sul), com área de 1.600 hectares (Paglioli, 1978).

Terceira mais antiga do país e primeira no Rio Grande do Sul, a Faculdade de Veterinária foi criada em 1923, um ano após a sua separação da Faculdade de Agronomia, mas por muitos anos, continuou a funcionar nas instalações daquela Unidade de Ensino. A mudança de sede iniciou com a inauguração do Hospital de Clínica Veterinária (HCV) em 01/10/1952, na Av. Bento Gonçalves, nº 9090. Embora não tenha sido encontrada a data de inauguração do primeiro prédio da Faculdade de Veterinária, construído ao lado do HCV e que recebeu salas de aula, laboratório e a administração da Faculdade, acredito que tenha ocorrido na década de 1960, pois ainda criança, lá estive na solenidade, levada por meu pai, Secretário do Hospital de Veterinária. Contudo, a história das Faculdades de Agronomia e Veterinária, juntamente com a das famílias de servidores, que por gerações lá trabalharam e trabalham, residindo em suas terras, carece ser desvelada e documentada, pois constitui um capítulo a parte dentro da história da Universidade e do próprio bairro Agronomia.

Voltando ao Campus Centro e as mais antigas Unidades de Ensino da UFRGS, tem-se a ex-Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, atual Faculdade de Direito da UFRGS, instalada em 1900 em uma sala do Edifício de Instrução Pública, ex-Escola Normal (Paglioli, 1978). Seu prédio, na Avenida João Pessoa, nº 80, construído em terreno doado pelo prefeito José Montaury e inaugurado em 1910, projetado pelo Engenheiro Rudolph Ahrons, é uma réplica do Palais Du Rhin, de Estrasburgo, Alemanha, palácio de verão do Kaiser Guilherme II, segundo Axt e Scliar (2011). Em 2005, foi concluída uma grande restauração, sendo o prédio tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional.

Já a Faculdade de Ciências Econômicas, fundada em 26/11/1909, como órgão anexo a Faculdade Livre de Direito, sob a denominação de Escola de Comércio de Porto Alegre, juntamente com a Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro, foi reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 3.169, de 04/10/1916, segundo Paglioli (1978). Em 1933, foi instalado nesta os

curso Técnico de Contador e superior de Administração e Finanças, desligando-se da Faculdade de Direito em 1945 e mudando sua denominação para Faculdade de Economia e Administração. Com a federalização da Universidade em 1950, passou a denominar-se Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS<sup>8</sup>.

No dia 19 de maio de 1994, num terreno localizado na Rua Ramiro Barcelos, ao lado do Planetário e da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, foi inaugurado o novo prédio da Escola Técnica, que lá permaneceu até 2008, quando a Lei nº 11.892/2008, que criou 38 Institutos Federais no País, entre eles, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) entrou em vigor. Com isso, a Escola Técnica, até então vinculada à UFRGS, deixa de existir e constitui-se no Campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), transferindo-se para a Rua Cel. Vicente, nº 281, esquina Voluntários da Pátria.

Por sua vez, a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/FABICO, criada pela Portaria nº 714, assinada pelo Reitor Eduardo Zúcaro Faraco em 01/09/1970, tem sua história ligada ao curso de Biblioteconomia de nível técnico, criado em 1947, junto a Faculdade de Ciências Econômicas. Como curso superior, foi aprovado em 1958 com a denominação de Biblioteconomia e Documentação. Em agosto de 1958, mudou-se para o prédio da Gráfica da Universidade, no Campus Saúde, onde passou a ocupar o terceiro andar. O curso de Graduação em Jornalismo, criado em 1952 e ligado à antiga Faculdade de Filosofia, é reformulado em 1970, ficando como uma das habilitações do novo curso de Comunicação Social. Mas, será somente em 2006, com a transferência da Gráfica da Universidade, que a FABICO passará a ocupar todo o seu prédio.

Ligado desde 1953 à Faculdade de Ciências Econômicas, o Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, inicialmente chamado de Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas/CEPE, que teve como primeiro Diretor o Prof. Pery Pinto Diniz da Silva, funcionou até 1959 no 4º andar da Faculdade de Ciências Econômicas, época em que a Universidade adquiriu um prédio na Av. João Pessoa, nº 31, e o Centro passa à denominação de Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas/IEPE (Masina, 1993). No mesmo ano é, também, criado o Instituto de Administração, em convênio entre a UFRGS e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ligado a Faculdade de Ciências Econômicas e funcionando no mesmo prédio do CEPE.

Em 1996, através da decisão nº. 58/96, de 6/09/1996, do Conselho Universitário da UFRGS, a Escola de Administração desliga-se da Faculdade de Economia e passa a sediar-se em prédio na Rua Washington Luiz, nº 855, onde funcionou a Delegacia do Ministério da Educação e Cultura/MEC do Rio Grande do Sul. Posto isto, tem-se que, todas as Unidades até aqui referidas são as mais antigas da UFRGS, e surgiram como escolas ou institutos independentes no final do séc. XIX e início do XX, ou nelas tiveram suas origens.

---

<sup>8</sup> Segundo registra Paglioli (1978), tem-se que a Faculdade de Ciências Econômicas teve, também, como anexos, a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, criada em 1954 e a Escola Técnica de Comércio, de nível médio.



Com a passagem à condição de Universidade de Porto Alegre em 1934, estadualizada em 1947 e federalizada em 1950, outras unidades surgiram, exigindo a construção de mais prédios, que foram integrando-se e alterando a paisagem da cidade.

A Reitoria da UFRGS, localizada no Campus Centro, antes de sua construção, funcionou nos prédios das Faculdades de Direito e Ciências Econômicas, respectivamente. Seu prédio na Av. Paulo Gama, nº 110, no Bairro Farroupilha, foi concluído em 1957. Além de reunir os diversos setores administrativos da Universidade, a Reitoria contou com um Salão de Atos, onde passaram a serem realizadas as formaturas que antes ocorriam nos auditórios da Faculdade de Direito, de Medicina e no Teatro São Pedro.

No térreo da Reitoria, onde hoje está localizada a Biblioteca Central, houve um restaurante, e no segundo piso, fica o Salão de Festas, onde na década de 1960, eram realizados os famosos bailes da Reitoria, embalados pela orquestra de Norbert Baldauf, que entre 1967 a 1995 foi professor do Departamento de Biofísica da UFRGS. Promovidas entre 1957 e 1967 pela Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul nas noites de sábado, as famosas reuniões dançantes da UFRGS foram um dos principais eventos urbanos na história sociocultural do Rio Grande do Sul.

Contudo, a UFRGS não mudou apenas a paisagem urbana de Porto Alegre, no campo da educação superior trouxe ao Estado novas áreas de ensino científico, que tiveram seu início na Faculdade de Educação Ciências e Letras, oficializada pelo Decreto Estadual nº 6.194, de 30/03/1936, quando a Instituição era Universidade de Porto Alegre (Paglioli, 1978). Entre a oficialização e a entrada em funcionamento da Faculdade de Educação Ciências e Letras (1943), seis anos se passaram, até iniciar, sob o reitorado do Prof. Edgar Schneider, congregando os cursos de Matemática, Física, Química e História Natural. E, autorizados pelo Decreto Estadual nº 47, de 06/06/1943, tem início os cursos de Letras, Filosofia, Geografia, História, Pedagogia e Didática, passando a chamar-se de Faculdade de Filosofia, tendo como primeiro diretor o Professor Álvaro Magalhães. Cabe lembrar com Paglioli (1978), que até o seu prédio ser entregue em 1953, esta funcionou nas dependências da Faculdade de Direito.

Com exceção dos cursos de Didática e Pedagogia, absorvidos pela Faculdade de Educação e História Natural, que deixou de existir sob esta denominação, todos os demais cursos foram sendo transferidos para o Campus do Vale a partir de sua inauguração em 1977.

Demonstrando que o ensino público, em todos os níveis, era o objetivo da Universidade, foi criado em 1955, o Colégio de Aplicação com a função de servir como escola experimental aos alunos do curso de Didática. Este, ligado inicialmente ao Instituto de Filosofia, teve como fundadora a Professora Graciema Pacheco. No início do ano letivo de 1960, as aulas do Colégio de Aplicação foram transferidas para um prédio de madeira (ao estilo das brizoletas), nos fundos da Rádio da Universidade. No mesmo ano, também, iniciou-se a construção de um prédio de nove andares, no coração do Campus Centro, que recebeu a Faculdade de Educação e, no ano de 1970,

para lá foi transferido o Colégio de Aplicação sendo, este, mais tarde, também, transferido para o Campus do Vale.

Quanto ao Campus da Saúde, inicialmente chamado de Campus Médico, resta falar que a Escola de Enfermagem foi criada pela lei nº 1254, de 04/12/1950, como estabelecimento anexo a Faculdade de Medicina. Em 1985, a Escola de Enfermagem foi transferida para prédio próprio na Rua São Manoel, nº 963, no Bairro Rio Branco. Assim, antes de voltarmos a falar sobre o Campus do Vale, passaremos por dois outros espaços da Universidade, um em Porto Alegre e outro na cidade de Imbé.

No Bairro Jardim Botânico, na Rua Felizardo, nº 750, no Campus Olímpico da UFRGS, localiza-se a Escola Superior de Educação Física. A história desta Unidade de Ensino está ligada a determinação do Governo Federal, em 1939, de formar profissionais para o exercício do ensino na área da Educação Física. A autorização de funcionamento da Escola se deu em 27/05/1942, através do Decreto nº 7.219, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, embora o curso tenha iniciado somente em 1940. De 1942 a 1963 a escola funcionou nas instalações do Esporte Clube Cruzeiro, sendo, posteriormente, transferida para a Associação Cristã de Moços onde permaneceu até 1963, quando sua sede é inaugurada no Campus Olímpico<sup>9</sup>.

Com a criação do curso de Ciências Naturais na década de 1940, ligado a Faculdade de Filosofia, tem início as primeiras pesquisas na localidade de Emboaba, Município de Osório, para estudos genéticos de espécies vegetais com trabalhos de campo que se estendem de Tramandaí até Torres, assim como, de microcrustáceos em alagados, lagoas e mar na região do Litoral Norte. Estas pesquisas deram origem ao Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos, num terreno cedido pela União, às margens da Lagoa de Tramandaí, em Imbé, inaugurado em 1983, compreendendo o museu, os aquários, o minizoológico e a marina.

Na época do Reitor Aurélio de Lima Py (1937 a 1939), iniciaram-se os estudos para localização de um Campus Universitário, sob a responsabilidade do arquiteto Arnaldo Gladosh. E, em 1947, ainda era estudada a localização do novo Campus da UFRGS, quando o Reitor na época, Prof. Walter Jobim, propôs a desapropriação de 1.063,5 hectares, limitados ao norte pela Av. Protásio Alves, ao sul pela Bento Gonçalves, a leste pelas Faculdades de Agronomia e de Veterinária e a oeste pelo Beco do Salso, segundo documenta Espindola (1979). Contudo, ao longo dos anos, até que fosse lançada a pedra fundamental do Campus do Vale, outros locais foram sendo considerados e suas viabilidades estudadas.

Uma das propostas para edificação do novo campus ficava junto ao Morro Santana, em terras que pertenceram a fazenda de Jerônimo de Ornellas. A área de 512 hectares, já pertencente a

---

<sup>9</sup> Composto este Campus, é inaugurado em 1969 o Centro Olímpico, posteriormente, transformado em órgão auxiliar da escola, e, em 1972, é inaugurado o Laboratório de Pesquisa do Exercício/LAPEX, e em 1980, o Centro Náutico.



UFRGS, seria acrescida de 171 hectares, mediante desapropriações. Em 1958, ao final da segunda gestão do Reitor Elyseu Paglioli, foi criado o Escritório Técnico de Planejamento, que define nova área de 158 hectares, não mais no Morro Santana, em razão das dificuldades topográficas, mas no Vale da Agronomia. A pedra fundamental foi colocada em 1958, dando início a construção dos prédios. Mas, somente em 1965, durante o Reitorado do Prof. José Carlos Fonseca Milano (1964 a 1968), a escolha do Vale da Agronomia se torna definitiva, com base na Decisão nº 52 de 30/06/1965, conforme registra Espindola (1979).

Em razão da distância entre os *Campi* Centro, Saúde e Olímpico, além da falta de infraestrutura de transporte urbano, de segurança e restaurante, dentre outras, a construção do Campus do Vale na divisa de Viamão com Porto Alegre não foi tão bem recebida por alunos, professores e servidores. Embora ressentidos de espaços adequados ao ensino, pesquisa e extensão, com carência de prédios novos e os antigos sofrendo pela falta de restauro e conservação, os voluntários à ocupação de novos prédios no Campus do Vale eram quase inexistentes. As mais antigas e tradicionais Unidades de Ensino como, Engenharia, Medicina, Direito, Economia, Administração, Arquitetura e Artes no Campus Centro não foram deslocadas, assim como as Unidades já instaladas no Campus da Saúde e Olímpico.

Inauguraram as novas construções no Campus do Vale, o Instituto de Tecnologia de Alimentos/ICTA, o Instituto de Letra/IL e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH. O Campus do Vale, por sua vez, foi inaugurado oficialmente em 24/09/1977, no reitorado do Prof. Homero Só Jobim (1976 a 1980), solenidade na qual estive presente enquanto funcionária da Universidade.

Ao longo dos trinta e sete anos contados da sua inauguração (1977) até os dias atuais, o Campus do Vale recebeu os Institutos de Matemática, Química, Biociências, Geociências, Latino Americano de Estudos Avançados (ILEA), Informática, Centro de Ecologia, Biotecnologia, Microscopia Eletrônica, Hidrologia Aplicada, Colégio de Aplicação, Brinquedoteca, além de departamentos como de Zoologia, Botânica e Herbáceo, Biotecnologia, Biofísica e Genética. Contando, ainda, com restaurante universitário, lanchonetes, posto bancário, linhas de ônibus, dentre outros serviços como consta no Guia do Estudante da UFRGS.

Antes que toda a estrutura citada acima ser construída, é fundado o Instituto de Pesquisa Hidráulica/IPH em 07/08/1953, por iniciativa da Escola de Engenharia e interesse da Diretoria de Portos, Rios e Canais do Estado Rio Grande do Sul, a qual se serviria da assessoria do Instituto. A localização do IPH no Campus do Vale se deu, dentre outros fatores, pela existência dos Arroios do Sabão e Mãe d'Água, cujo volume de água atenderia as necessidades do ensino e da pesquisa. Posteriormente, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento/DNOS construiu a barragem do arroio Mãe d'Água com o objetivo de aumentar o manancial de água (Paglioli, 1979).

Através destas estruturas de engenharia e arquitetura, plasmadas nas áreas edificadas, que foram sendo inseridas na paisagem de Porto Alegre, ora ultrapassando seu primeiro limite urbano, como no caso do Campus da Saúde, Olímpico e do Vale, ora estendendo-se a outras cidades, como a Estação Experimental Agronômica em Eldorado do Sul e do CECLIMAR em Imbé, a UFRGS foi sendo formada e foi formando profissionais no ensino técnico, de segundo, terceiro e quarto graus. Essa Instituição é, portanto, um patrimônio da Capital gaúcha e do Estado do Rio Grande do Sul, que fez e traz consigo a história de gerações que por ela passaram, tanto na condição de alunos, como de dirigentes, professores e servidores.

Portanto, podemos dizer que a história da UFRGS e de seu quadro funcional pode ser dividida em quatro momentos: a) a gênese, que remonta a 1891 com as Escolas Livres, de iniciativa particular em associação com recursos públicos e doações da coletividade<sup>10</sup>; b) a Universidade de Porto Alegre, que se inicia no ano de 1934, trazendo história, tradição e estruturas organizacionais próprias e independentes em cada uma das escolas que lhe antecederam e que se reúnem em torno dessa nova organização; c) a Universidade do Rio Grande do Sul, elevada a esta conformação em 1947, treze anos após a sua municipalização, ao fazer esta passagem, já traz um corpo de funcionários que foram absorvidos; e, 4) a Universidade Federal em 1950, antes da criação da Lei nº 1.711/1952, que normatiza e unifica a carreira dos servidores públicos civis da união através de um estatuto e tem seu corpo docente e técnico absorvido pelo orçamento geral da União.

Igualmente, destaca-se que ao longo dos seus oitenta anos, a UFRGS se desenvolveu a partir da concepção das antigas cátedras, onde, os professores eram auxiliados pelos chamados bedéis, pessoas de sua confiança que lhes atendiam nas necessidades do ofício. Importa lembrar ainda, que nos centros urbanos, o serviço público era uma garantia de emprego estável, seguro, dotado de respeitabilidade social, diante de um mercado de trabalho sujeito a instabilidade político-econômica, onde o crescimento populacional não se fazia acompanhar pela criação de novos espaços de trabalho.

Porém, mesmo diante das dificuldades históricas enfrentadas, Porto Alegre cresceu, tendo na UFRGS uma parceria técnico-científica. Ora tendo seu ímpeto desenvolvimentista barrado pela defesa municipal em nome do bem comum, como no caso da vedação de sua ampliação ocupando maior área no Parque Farroupilha, ora defendendo a priorização do seu crescimento em detrimento de um planejamento viário que poderia ser alterado, como no caso da construção da Faculdade de Arquitetura.

---

<sup>10</sup> Durante as entrevistas realizadas com os servidores selecionados na pesquisa, constatou-se que há famílias de servidores cujos ancestrais ingressaram nesse período através de contratações eventuais e sazonais e que foram efetivados ao longo dos anos.

## III TERCEIRA PARTE

### 3. DO MATERIAL HUMANO

#### 3.1. DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa, apresentados a seguir, são baseados em um estudo de caso, concebido como uma investigação que visa preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real, tais como: seus ciclos de vida individuais e coletivos, os processos organizacionais e administrativos existentes e destes ciclos decorrentes, as mudanças ocorridas na cidade e no espaço urbano, dentre outros, etc., como assevera Yin (2005). Este estudo de caso tem caráter exploratório, e se constitui em uma primeira etapa, de um estudo mais amplo, objetivando dar uma visão geral sobre um fenômeno pouco explorado e, sobre o qual, ainda não é possível estabelecer hipóteses.

Ao considerar as inter-relações sociais que são vistas neste estudo, no seu caráter sistêmico, como o resultado de um processo de movimento onde cada parte traz em si a dinâmica do todo, nos conduzimos pela metodologia interativa que reúne a hermenêutica (técnica de interpretação de texto) e a dialética (associada à arte do diálogo), o que nos permite, a partir método hermenêutico-dialético, ter um entendimento da realidade que se caracteriza como verdadeiramente fluída e paradoxal, uma vez que a contradição faz parte do jogo e da base da análise (Neto; Santos, 2011).

Assim, para realização da análise aqui em voga, usamos das seguintes categorias analíticas assim entendidas: a) Família – comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, cuja união, tanto civil quanto religiosa, é reconhecida nos termos da Lei, assim como a união estável. Sendo os direitos e deveres da sociedade conjugal, exercidos de forma igualitária tanto pelo homem quanto pela mulher (Art. 225, CF); b) Servidor – Pessoa legalmente investida em cargo público (Art. 2º, da Lei nº 8.112/90); c) História – é a escritura dos registros inseridos no espaço tempo que tratam do desenvolvimento do homem e de suas construções sociais; d) Memória – são os registros mentais que emergem sobre a forma de lembranças ligadas a um espaço-temporal, reconstruídas no presente como referência subjetiva do indivíduo, enquanto parte de uma sociedade ou grupo social; e, e) Trabalho – é tido como toda ação humana que envolve a transformação e reprodução social, através da qual o homem é inserido nas relações com a sociedade estruturada econômica e politicamente, conforme um dado modo de produção.

Já a população da pesquisa é composta pelos servidores técnico-administrativos e docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sediada na cidade de Porto Alegre, Capital do Estado. É, também, importante destacar, antecipadamente, que era conhecedora do grande número de grupos familiares e que, dada à limitação do tempo, era preciso eleger apenas alguns deles. Nesse sentido, elegi três famílias de servidores com um ascendente em linha direta que tenha trabalhado (ou trabalha) na Instituição, que ainda estivesse vivo e em condições de relatar as suas memórias de modo que, a partir dos seus depoimentos, pudesse trazer vários relatos acerca de uma mesma temática dentro do mesmo grupo familiar e com experiência e tempos distintos.

Todas as demais famílias identificadas através da pesquisa, junto ao Centro de Processamento de Dados/CPD-UFRGS, que não possuíam pelo menos um dos membros ativo no cargo, foram computadas apenas no aspecto quantitativo. Por sua vez, a escolha dos participantes foi guiada pelo conhecimento que possuo em razão dos mais de trinta anos de trabalho na Instituição, além da condição de ex-aluna, filha e irmã de servidores. Várias pessoas contatadas aceitaram participar de pronto, no entanto, posteriormente, somente algumas se apresentaram em decorrência dos fatores descritos a seguir: a) as entrevistas coincidiram com o período de férias na Universidade; b) a realização do exame vestibular impossibilitou a participação de alguns escolhidos; c) os problemas de saúde com entrevistados mais idosos; d) o anonimato dos entrevistados desinteressou alguns participantes; e, e) a questão do ingresso de familiares na Instituição sem a observância da realização de concurso público afugentou potenciais entrevistados. Neste último caso, verificou-se certo incômodo dos servidores ao tratarem da questão do ingresso via indicação, demonstrando que sempre há uma memória que se prefere apagar, como a patologia memorial referida por Paul Ricouer (2003).

As entrevistas foram registradas através de gravações, contemplando o aspecto estruturado através de perguntas preestabelecidas, ao passo que viabilizaram manifestações espontâneas e subjetivadas sobre experiências e vivências particulares. Igualmente, ao iniciar a pesquisa considerei a possibilidade de encontrar descendentes de servidores ligados aos primeiros professores e servidores das chamadas escolas livres e, como o objetivo é as gerações parentais que se formaram ao longo dos anos na Instituição, estes foram considerados.

No entanto, como se faz necessária uma delimitação da pesquisa, elegi o período que vai de 1950 a 1988. A data inicial de 1950 é importante por duas razões: primeiro, porque corresponde à federalização da UFRGS, segundo, em virtude da absorção no quadro de servidores federais dos antigos funcionários da Universidade do Rio Grande do Sul, cujos registros funcionais constam do sistema informatizado de pessoal do serviço público federal. Enquanto que a dada data final de 1988 está ligada a promulgação da última Constituição, quando os concursos públicos passaram a ter maior regularidade na Universidade, e no serviço federal como um todo, limitando os contratos temporários aos professores substitutos.

Desta maneira, numa primeira listagem emitida, constatou-se a existência de 1.242 servidores técnico-administrativos e docentes cujo pai, mãe, ou ambos, trabalharam ou ainda trabalham na UFRGS. Uma segunda listagem foi solicitada trazendo a data de aposentadoria, falecimento ou outras formas de desligamento deste grupo de servidores. Depurados os dados, constatou-se a permanência de 500 servidores ainda ativos que possuem um ou os dois genitores que trabalharam (ou trabalham) na UFRGS. Analisando as duas listagens, constatou-se que ao longo dos 28 anos que separam a informatização dos dados (1985) até a data em que a listagem foi gerada (2013), houve um decréscimo de 40,2% no número de servidores, cujo pai, mãe ou ambos trabalharam (ou trabalham) na Instituição. Corroborando o entendimento de ser esta a última geração de grupos familiares atuantes na Universidade.

Comparando os dados fornecidos pelo CPD/UFRGS com os apresentados no site da UFRGS em números, chegamos aos quadros comparativos que permitiram observar que: a) os dados relativos ao ano de 2012 apresentam um total de 5.230 servidores, sendo que 50,15 % pertencem ao grupo dos técnicos (Tabela 2); b) o cruzamento dos dados entre o total de servidores da UFRGS por grupo, comparado com o total de servidores por grupo com genitor(a) servidor(a), indica que este último grupo é formado por 500 servidores, que representam, atualmente, 9,56% do quadro funcional (Tabela 3); c) pertence ao grupo técnico-administrativo o maior percentual de servidores, cujo pai, mãe ou ambos foram ou são servidores na Instituição - (62,2%) (Tabela 4); d) cruzando a relação de parentesco (pai, mãe ou ambos) com o grupo funcional (docente ou técnico-administrativo), destaca-se o índice de 76,75% de professores, cujo pai trabalhou ou trabalha na Universidade. Enquanto que é no grupo técnico-administrativo que se observou o maior percentual - 11% de servidores, cujo pai e mãe são ou foram servidores na Instituição (Tabela 5).

**Tabela 2 – Quantitativo de servidores da UFRGS – ano de 2012**

<b>Grupo</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Docentes	2.607	49,85
Técnico-Administrativo	2.623	50,15
<b>TOTAL</b>	<b>5.230</b>	<b>100</b>

Fonte: CPD, 2012. Elaboração da autora.

**Tabela 3 – Total servidores x grupo de servidores com genitor(a) servidor(a)**

<b>Grupo</b>	<b>N</b>	<b>Com genitor(a) servidor(a)</b>	<b>%</b>
Docente	2.607	189	7,25
Técnico-Administrativo	2.623	311	11,85
<b>Total</b>	<b>5.230</b>	<b>500</b>	<b>9,56</b>

Fonte: CPD, 2012. Elaboração da autora.

**Tabela 4 – Distribuição de servidores com pais servidores em relação ao grupo funcional.**

<b>Grupo</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Docente	189	37,8
Técnico-Administrativos	311	62,2
<b>Total</b>	<b>500</b>	<b>100,0</b>

Fonte: CPD, 2012. Elaboração da autora (Junho/2013)

**Tabela 5 – Relação entre grau de parentesco x grupo funcional de servidores ativos cujos genitores trabalharam na UFRGS**

<b>Relação de Parentesco</b>	<b>Docentes</b>	<b>%</b>	<b>Téc. Adm.</b>	<b>%</b>
Pai	145	76,7	210	67,5
Mãe	028	14,8	067	21,5
Ambos	016	08,5	034	11,
<b>Total</b>	<b>189</b>		<b>311</b>	<b>100</b>

Fonte: CPD, 2012. Elaboração da autora (Junho/2013)

Do grupo de 500 servidores ativos no cargo, com genitores listados como servidores da UFRGS, cujo pai ou mãe também pudessem dar seu testemunho, foram selecionados seis entrevistados. Como forma de manter-se a privacidade e o sigilo das informações, deixando os entrevistados mais à vontade para as suas manifestações, as famílias foram identificadas por letras, não sendo informados os nomes próprios ou da família dos entrevistados. No estudo da questão do ingresso de grupos familiares na UFRGS ao longo de gerações, utilizaram-se dois diferentes referenciais: a) cinco entrevistas gravadas em vídeo realizadas em 2009, resultado de uma parceria entre UFRGS TV e o Museu Universitário da UFRGS, que podem ser acessados na janela Acervo, Lugares da Memória, no link do Museu Universitário no site da UFRGS; e, b) seis entrevistas realizadas com duas gerações de familiares de servidores da UFRGS.

A tabela abaixo apresenta, esquematicamente, as duas diferentes fontes de estudo e a codificação dos sujeitos da pesquisa.

**Tabela 6 – Esquematização das fontes da Pesquisa – Vídeos e Entrevistas**

<b>Vídeos – Museu Universitário – UFRGS</b>		<b>Entrevistas</b>	
<i>Relação c/UFRGS</i>	<i>Identificação</i>	<i>Famílias</i>	<i>Grau de Parentesco</i>
Servidor aposentado	L.M.	V	V-2* Filho V-3 Neto
Idem	F.M.	C	C-1 Mãe C-2 Filha
Idem	J.C.P.	F	F-1 Mãe F-2 Filha
Ex-Aluno	W.E.V.		
Idem	D.A.S.		

\* Embora já falecido, o pai de V-2 foi o primeiro membro da família a ingressar na UFRGS, sua história foi contada por seu filho e neto, razão pela qual lhe foi reservado o código V-1.

### 3.2 RESGATANDO MEMÓRIAS PARA CONTAR A HISTÓRIA DOS SERVIDORES DA UFRGS

A história do serviço público e dos seus servidores no Brasil ainda é pouco pesquisada, as informações podem ser colhidas pela análise da legislação, de documentos públicos, na literatura e em diversos campos artísticos que nos trazem expressões culturais de diferentes épocas. No campo da música, principalmente nas suas letras, encontramos as formas de expressão e propagação do ideário popular, o *Vox populi*, de maior abrangência social, como, por exemplo, na música - *Um Homem Também Chora*, de Gonzaguinha: “Um homem se humilha, se castram seu sonho, seu sonho é sua vida, e vida é trabalho”.

Ou a época da ditadura, quando as mensagens eram passadas de forma explícita na música – *Para não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré: “Há soldados armados, amados ou não, quase todos perdidos de armas na mão. Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição, de morrer pela pátria e viver sem razão”. Ou subliminarmente, como no samba – *Vai Passar*, de Chico Buarque de Holanda: “Dormia a nossa pátria mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações”. Neste sentido, chegando mais próximo do nosso objeto de pesquisa, temos o samba *Barnabé* de Aroldo Barbosa e Antônio Almeida gravado por Emilinha Borba e lançado no Carnaval de 1946,

Barnabé o funcionário  
Quadro extranumerário  
Ganha só o necessário  
Pro cigarro e pro café  
Quando acaba seu dinheiro  
Sempre apela pro bicheiro  
Pega o grupo do carneiro  
Já desfaz do jacaré  
O dinheiro adiantado  
Todo mês é descontado  
Vive sempre pendurado  
Não sai desse terere  
Todo mundo fala fala  
Do salário do operário  
Ninguém lembra o solitário  
Funcionário Barnabé  
Ai Ai Barnabé  
Ai Ai funcionário  
Ai Ai Barnabé  
Todo mundo anda de bonde  
Só você anda a pé...



Se prestarmos atenção na letra, veremos que o samba faz uma sátira com base no estereótipo criado sobre o funcionário público extranumerário, denominado de Barnabé, contratado, que ganhava pouco e sonhava em ser efetivado e ter todos os direitos dos estatutários. O que se destaca no imaginário popular trazido na música é o estereótipo de um homem que se acomodava a um emprego mal pago, esquecido pela política governamental, muitas vezes apontado como relapso e incompetente.

Ao número de funcionários públicos, ativos e inativos, também era creditada a razão dos baixos salários e do comprometimento dos recursos financeiros da União. O reconhecimento e a profissionalização desta carreira, era e é, um caminho longo e árduo, assim como o entendimento de que a estrutura, o funcionamento e a administração do serviço público é uma construção política que segue as propostas do grupo governista, independente da motivação dos servidores.

Igualmente, e olhando para trás, vemos que o costume de indicar pessoas/parentes para cargos junto ao Estado/Governo é um costume que já vem deste a época do descobrimento na Carta do Achamento, que Pero Vaz de Caminha dirige ao El Rei em 1500, comunicando, cheio de júbilo, a descoberta de novas terras, onde aproveita o momento para solicitar uma colocação para o seu genro, Jorge de Osório (Santos; Cardoso, 2010). Disto, depreende-se que o costume de indicar parentes para que conseguissem uma colocação satisfatória junto ao poder constituído, desembarcou com Pero Vaz e Pedro Álvares Cabral no Brasil, como pode ser constatado pela referência citada.

### **3.2.1. A Trajetória de L. M.**

L. M. é um Servidor Técnico-administrativo, aposentado, do sexo masculino, com 69 anos na época da entrevista (2009). Ingressou na UFRGS em 15/03/1955, contratado como estafeta (entregador de correspondências). Destaca como função o atendimento ao telefone, entrega de correspondência interna e externa. Sua chefia lhe ensinou datilografia, permitindo que auxiliasse nos serviços administrativos. Estava para iniciar o Serviço Militar quando, em uma sexta-feira, lhe mandaram depositar o aluguel de uma Caixa Postal, saiu do trabalho e resolveu tomar um café com o dinheiro do depósito, deixando para efetuar-lo na segunda-feira, mas esqueceu-se e foi demitido. Em seguida, ingressou no Serviço Militar obrigatório. Ao seu término, a tia que trabalhava na em unidade de ensino da UFRGS, onde foi estafeta, intercedeu junto ao diretor para que L.M. fosse recontratado. O diretor lembrou ter havido um problema com o jovem quando trabalhou na Unidade, mas, considerando não ter sido durante a sua gestão, o readmitiu em 1959. O ex-Servidor refere que os pais, irmãos, primos e tia trabalhavam na mesma Unidade de ensino.

Posteriormente, foi transferido para outra unidade, onde, além dos trabalhos de datilografia, era responsável por fazer o cafezinho. Na época, cursava o Segundo Grau à noite e não conseguia chegar ao trabalho antes das 10 horas. Para pegar os retardatários, a chefia mandou instalar um alarme em um dos degraus da escada de acesso, e ele, sabendo onde ficava o alarme, pulava aquele degrau. Quando foi instalado o relógio ponto, relata que um colega dava cobertura ao outro, batendo o cartão do que estivesse atrasado. Em uma conferência, verificaram que o seu ponto estava batido, mas ele não estava no local de trabalho, sendo aberto um Inquérito Administrativo Disciplinar contra ele. Ao final, constataram que a prática era generalizada no local e ninguém foi punido e o processo arquivado.

### **3.2.2. A Trajetória de F. M.**

F. M. é um Servidor Técnico-administrativo, aposentado, do sexo masculino, que na entrevista não informou sua idade. Ingressou na Universidade em 1958 e fazia todo o tipo de serviços, faxina interna e externa e pinturas de paredes. Com base nas plantas desenhadas pelos professores, construía equipamentos em tamanho real. Tornou-se autodidata em atividades de bombeiro hidráulico e almoxarife, gostava do que fazia e apreciava ver seu trabalho bem feito. Quando a oficina não comportou mais os equipamentos feitos em conjunto com professores, alunos e funcionários, afirma que tudo foi transferido para a Aços Finos Piratini. Relata que recebiam os salários em dia, com aumentos anuais, e que com a chegada ao Governo de Fernando Henrique Cardoso, os salários nas Universidades deixaram de ser reajustados. Um novo plano de cargos e salários o colocou como Auxiliar Operacional de Serviços Diversos. Afirmou que, com o salário que recebia, não pode mais pagar o apartamento que havia comprado. Ao tomarem conhecimento do seu caso, colegas, ex-chefias e chefia da Unidade se mobilizaram em busca de documentos que comprovassem que havia exercido atividades como almoxarife, o que lhe permitiu reverter sua condição funcional e financeira. Após os trâmites legais, venceu a questão. Prometeu ao Diretor da Unidade que durante a sua gestão, continuaria executando as atividades de bombeiro hidráulico, voltando às atividades de almoxarife assim que aquele deixasse a Direção. Não se importava em realizar trabalhos que não eram da sua competência, como plantões e churrascos de final de ano. Disse ter orgulho do trabalho realizado e das amizades que fez.

### **3.2.3. A Trajetória de J. C. P.**

J. C. P. é aposentado, Laboratorista, do sexo masculino, com 68 anos em 2009. Este senhor fez parte de um grupo de 30 pessoas colocadas em disponibilidade quando foi fechado o Departamento Nacional de Obras e Saneamento/DNOS, durante o governo Collor (1990 a 1992), e que foram absorvidos pela Universidade. Refere que saiu da área de Engenharia no DNOS e colocado na Ecologia da UFRGS, que ficava em um local no Campus do Vale, onde os ônibus não chegavam. Sua fala sobre a UFRGS se âncora nas lembranças da infância, sobre os espaços onde viu surgirem os prédios da Universidade ao longo da sua vida, como o Hospital de Clínicas. Relembra que próximo ao bairro Santana, junto a Av. Ipiranga, havia um forno de lixo de Porto Alegre, e por causa dele, o bairro citado e áreas circunvizinhas sofriam com o mau cheiro. Disse ter pescado muito lambari no Arroio Dilúvio, antes desse ter seu traçado alterado. Na área onde hoje se localiza a ESEF, caçava passarinhos, em frente ao prédio da Escola de Engenharia e faz referência, também, a existência do necrotério. Desde criança, passando tantas vezes pelos prédios da Universidade, acompanhando suas construções, afirmou que nunca imaginou um dia trabalhar nela. Visitando uma exposição de fotos dos prédios históricos da UFRGS, fez uma colocação interessante, disse que elas representavam o visível e o invisível. O invisível corresponderia as suas lembranças das épocas de criança e adolescente, despertadas pela visão das fotos dos prédios antigos.

### **3.2.4. A Trajetória de W. E. V.**

W. E. V. é ex-aluno da Universidade, do sexo masculino, Engenheiro, com 71 anos na época da entrevista (2009). A emoção acompanhou todo o seu depoimento, lembrando que o pai o levou à antiga Escola Parobé, na Rua Sarmiento Leite, nº 425, onde fez o curso Industrial de Oficinas. Logo após estar casado e trabalhando, iniciou o curso de Engenharia durante os “anos de chumbo”, formando-se aos 45 anos. Todas as suas referências memoriais em relação à Universidade estão carregadas de sentimentos de gratidão e reconhecimento pelo carinho com que os alunos eram tratados. Os seus filhos também estudaram e se formaram na Instituição. Um fato singular envolveu este senhor enquanto era aluno da Engenharia. Relata que a Faculdade de Direito passava por uma reforma, a cúpula de ferro estava danificada, e um engenheiro reclamou da dificuldade em encontrar profissional que soubesse trabalhar bem com ferro. Casualmente, seu pai era artífice de ferro e foi contratado por empreitada para desmontar a cúpula em partes, baixá-la, refazê-la e levá-la ao topo inteira, contando com o improviso e força física, já que na época não havia guindastes especiais para esta realização. Com mais de 80 anos, sempre que seu pai passava pela frente da Faculdade de Direito, referia que foi ele que refez aquela cúpula.

### 3.2.5. A Trajetória de D. A. S.

D. A. S. é ex-aluno, Professor de Educação Física aposentado, do sexo masculino, com 71 anos em 2009. Ingressou tardiamente (aos 33 anos) no curso de Educação Física, quando, antes das provas escritas, os candidatos ao vestibular faziam provas práticas. As instalações da ESEF eram precárias, sem as edificações de hoje, e grande parte do terreno era coberto por mato. A pista de corrida e aquelas destinadas as demais práticas de atletismo tinham apenas 200 metros, a piscina era chamada pelos alunos de tanque, obrigando-os a usarem a piscina do Grêmio Náutico União por ocasião das provas práticas do vestibular. O depoimento deste ex-aluno surpreendeu no momento em que referiu ter trabalhado e ser filho de uma servente de limpeza da UFRGS. Trabalhou como contratado no cargo de contínuo, buscava e entregava correspondências e outras atividades do tipo. Uma antiga chefia lhe disponibilizou uma máquina de datilografia e lhe mandou datilografar os cartões ponto dos servidores, e, com o passar dos anos, chegou a ser responsável pela portaria do prédio onde trabalhava. Relembrou que a maioria dos prédios no Campus Centro, pertencentes à Escola de Engenharia, não eram mais do que galpões de madeira. Eram tão insalubres que todos que lá trabalhavam recebiam adicional de insalubridade. Ao levar a namorada para conhecer o seu local de trabalho, esta, ao ver as condições externas do prédio, não quis entrar. Ao passar no vestibular para Educação Física em 1971, e como teria aulas a tarde na ESEF, foi demitido. Um professor da UFRGS lhe encaminhou à Secretaria de Educação do Estado onde foi contratado. Termina a entrevista em lágrimas dizendo: “resumindo, é minha vida”.

No que se refere ao objeto do presente estudo, ao utilizar o vídeo Lugares da Memória como fonte de pesquisa, esperava-se encontrar relatos de servidores aposentados de onde pudesse extrair, além das suas memórias referenciais sobre a Universidade, o tipo de relação identitária que mantinham (ou não) com a Instituição e a forma como essa era expressa. Mas, para minha surpresa, encontrei ex-alunos cujas histórias de vida passavam, de alguma maneira, pelo trabalho na Instituição ou para ela prestado. E, indo ao encontro da questão da pesquisa, um dos aposentados mencionou que toda a sua família trabalhou na UFRGS.

Cabe destacar que as indicações não eram uma prática que se limitava somente a UFRGS, e que, como expôs D. A. S. em seu relato, este, ao ser demitido da UFRGS, foi indicado por um professor para um órgão público estadual onde foi contratado. Da mesma forma, artifícios conhecidos como o “jeitinho brasileiro” aparecem na fala de L. M., que driblava o alarme na escada pulando o degrau quando chegava atrasado, além da prática de um colega bater o ponto pelo outro. Seu testemunho com relação ao processo disciplinar que sofreu também é demonstrativo de que entre a norma legal e a prática generalizada não era possível punir somente um e, assim, não se punia ninguém.

Sob a ótica sociocultural, os testemunhos destacam a importância dos estudos, em nível médio ou superior, na ascensão social desses indivíduos. Um filho de artífice de ferro e o outro de uma servente de limpeza chegaram a concluir um curso universitário. Um terceiro, que trabalhou como estafeta, aprendeu datilografia e motivou-se a fazer o segundo grau. Disto decorre que, a vida destas pessoas, após seus aprendizados e trabalhos realizados, certamente se fez em um patamar socioeconômico superior ao de seus pais. E, em todos, há uma forte identidade afetiva com a Instituição a qual creditam sua formação e a construção de suas histórias de vida.

Na entrevista do aposentado J. C. P., que chegou a UFRGS em razão da extinção do DNOS, foi a menos emocional de todas. Sua identidade com a Instituição aparece mais ligada às reminiscências da sua infância, onde a UFRGS é uma imagem icônica.

Passamos, agora, a segunda etapa da pesquisa que traz seis entrevistas envolvendo pai/mãe e filho que trabalham (ou trabalharam) na universidade, das quais, três famílias pertencem ao grupo Técnico Administrativo e uma ao Docente.

### 3.3. DAS FAMÍLIAS DA E NA UFRGS

#### 3.3.1. A Família V

Nesta família encontramos três gerações de Técnico-administrativos que trabalharam e trabalham na UFRGS, o avô (V-1) ingressou em 1921, em uma das mais antigas Unidades de Ensino da Universidade. O filho (V-2), já aposentado, relatou que o pai foi contratado como guarda noturno, quando a Instituição era Universidade de Porto Alegre. Também trabalhou no chamado Tambo de Leite na Faculdade de Agronomia, como guarda florestal do Instituto de Zootecnia e guarda na Faculdade de Agronomia. Por muitos anos recebeu por serviços prestados, só sendo nomeado em 21/12/1936.

Relembra que todo o material destinado a Faculdade de Agronomia vinha de carreta, “não tinha caminhão naquela época, vinha tudo de carroça lá do centro”. O pai era natural da Fazenda Estância Grande em Viamão, próxima a Tarumã. Trabalhava na Escola Técnica Agrícola/ETA<sup>11</sup>, quando de lá foi trazido pelo Dr. Napoleão, juntamente com o Sr. Antoninho Peixoto e o Velho Viana, que também passaram a morar na Agronomia. Pois, como ele coloca,

---

<sup>11</sup> Por volta de 1920 a 1924, ligados ao Instituto Borges de Medeiros, posteriormente Faculdade de Agronomia e Veterinária, foram criados em Viamão os Instituto Experimental de Agricultura e Instituto de Zootecnia, precursores da ETA que atualmente é uma Escola Estadual de Técnicas Agrícolas - EETA.

“Isso aqui não existia. O pai veio aqui pra Escola, na época, o morador mais antigo aqui era o “Zé Antoninho”. O pai e o José Antônio Peixoto foram os primeiros moradores daqui. O Antoninho Peixoto trabalhava lá na Escola, tem um lote de Peixotos aqui, depois eles foram trazendo o resto dos filhos pra trabalhar aqui. O véio Viana ficava onde moravam os alunos, onde ficou o Paixão Cortez, o Cabral (Dr. Pedro Cabral Gonçalves), lá na Cantina, do outro lado do riacho era onde faziam vinho” (Entrevistado V-2).

Questionado sobre o antigo portão de ferro, existente na entrada da Faculdade de Veterinária, respondeu que era da entrada da Fazenda Estância Grande, acrescentando que o HCV/UFRGS foi inaugurado em 1942. Pois, como coloca V-2,

“Isso, era a Estância Grande e pertencia ao Dr. Antônio Carlos Ferreira. A Universidade comprou os terrenos dele. Tinha uma casa velha ali nos fundos do Hospital, e o Cabral (Dr. Pedro Cabral Gonçalves, Professor da Veterinária, já falecido) quando casou foi morar ali nos fundos dessa casa velha, que era do Dr. Antônio Carlos Ferreira. Ele era médico, ele não era da Universidade, ele era o dono disso tudo. O pai sempre contava que ele era médico, mas daqueles médicos bem simples, ele costumava sentar ali na frente daquele portão grande. A senhora dele era a Dona Maria. Diz que o velho não cobrava consulta do povo daqui, via que a pessoa era pobre e não cobrava, dava tudo os remédios também. Ali onde era o tambo, tudo era dele, onde é o Campus do Vale, era tudo dele. O tambo era onde praticamente inicia a Universidade. E ali já era da Universidade, mas lá plantavam arroz, parece. A nossa entrada era por dentro do campo. Bem na entrada do Passo Dornelles quem morava ali era o alfaiate do Dr. Elyseu Paglioli, morava perto da estrada. Ele fazia roupas pra nós também, aqui pra Universidade, naquela época na Reitoria eles davam “fatiota” pra gente e um par de sapato, um terno azul marinho, e esse homem lá fazia pra nós, tinha que ter bordado aqui (aponta para o bolso da camisa), as iniciais da Universidade, aí a gente pedia pra ele fazer um paninho separado, pra colocar com um alfinete quando a gente precisava” (Entrevistado- V-2).

Questionado sobre o Patronato (Patronato Agrícola Senador Pinheiro Machado), onde hoje existe o Instituto Penal Irmão Miguel Dário, informou que lá funcionou um internato, e ali seu tio fazia tamancos para os alunos. Vários irmãos seus se formaram ali, acrescentando que os ex-alunos do Patronato costumavam seguir os estudos na ETA e, posteriormente, na Faculdade de Agronomia. Seu pai teve 13 filhos, dos quais, cinco (incluindo o entrevistado) trabalharam na Universidade. Assim como o pai e um dos irmãos, V-2 executou serviços agrícolas e de guarda, enquanto outros dois irmãos foram Técnicos de Enfermagem e a irmã Técnico de Laboratório.

Essa irmã casou com um servidor da UFRGS, cujo pai também trabalhou na Instituição, um dos três filhos do casal se tornou servidor na Universidade e casou com uma colega. O entrevistado contou que cinco netos do seu pai trabalham na Universidade, incluindo um dos seus três filhos. Dois dos netos já são falecidos, e eram casados com servidoras da Universidade. Um dos seus genros trabalha na Universidade, é filho de ex-servidor, tem duas irmãs e cunhado trabalhando na UFRGS. Acrescenta ainda que teve cunhado e cunhadas que trabalharam na Universidade e hoje estão aposentados, ou já faleceram, além do marido de uma sobrinha.

Referiu-se ainda a um prédio antigo de dois andares na área da Faculdade de Agronomia, próximo da estrada que levava ao Patronato que, anos mais tarde, abrigou a FEBEM (ex-Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), e que atualmente, abriga o Instituto Penal Irmão Miguel Dário. O prédio serviu de residência dos Diretores da Faculdade de Agronomia, onde morou o Dr. Oshoa, Diretor da Unidade quando seu pai foi trabalhar lá, e, ao sair, foi substituído pelo Dr. Gastão. O Dr. Gastão foi Engenheiro Agrônomo, um dos primeiros diretores da Escola de Agronomia e Veterinária e deixou descendência entre servidores na Instituição. Não obtive informação sobre quantos filhos teve ao todo, no mínimo três deles trabalharam na UFRGS, sendo que alguns dos seus netos ainda trabalham na Universidade e outros estão aposentados. Uma das filhas do Prof. Gastão casou com o Dr. Cabral (referido na entrevista), que foi professor na Faculdade de Veterinária, esse casal teve três filhos, um dos quais também seguiu carreira na mesma Universidade.

V-2 começou a trabalhar na UFRGS em 1960, antes disso trabalhou em uma granja, “na Arranca Toco”. Fora o prédio histórico da Faculdade de Agronomia, disse que tudo era roça: “aí às vezes entravam umas verbas, então montava uma turma e a gente trabalhava. Só era contratado para aqueles serviços”. Dirigiu tratores nas suas atividades na UFRGS e durante o trabalho sofreu um acidente e “se quebrou todo”. Ao ser questionado sobre o fato de sempre ter trabalhado ligado à Universidade respondeu que:

“É, sempre ligado à Universidade, sempre aqui. Eu trabalhava de guarda, lá nos bailes da Reitoria, formaturas, então pegavam a nossa turma pra trabalhar lá dentro, enquanto a Guarda da Universidade ficava do lado de fora, eu ficava na porta, recebendo os convites e botavam a gente lá em cima pra cuidar dos alunos com as alunas, pra não ter agarramento” (Entrevistado V-2).

Neste sentido, também considera que ter familiares e parentes trabalhando na mesma organização é bom, afirmando que todos estavam em casa, poucos se afastaram dali, moravam todos perto. Assim, ao referir-se ao modo como as pessoas ingressavam na Universidade respondeu:

“É, aqui teve muitas pessoas que entraram por causa do futebol e assim um indicava o outro, pra poder jogar nos times. Naquela época a entrada na Universidade era “frio”, até mesmo se o pai de alguém morresse o filho poderia assumir a vaga, não tinha concurso” (Entrevistado V-2).

Se referindo a fala de V-2, sua esposa que assistia a entrevista, referiu que seu pai era pedreiro e foi trabalhar na UFRGS como porteiro na Escola de Agronomia e que ela poderia ter sido contratada na vaga do pai quando este faleceu, mas seu marido não deixou.

Representando a terceira geração da Família V, o filho de V-2, o Sr. V-3, assim como suas irmãs, nasceu na casa do avô e lá vive com os pais, a esposa, uma das irmãs e o cunhado. A antiga



casa de madeira deu lugar a uma de alvenaria, maior, bem feita e cuidada com capricho. A área onde vivem é da Universidade, as casas foram sendo construídas pelos primeiros servidores que trabalharam nas Unidades de Ensino da Agronomia, Veterinária e Instituto de Pesquisa Hidráulica. O Campus do Vale só veio a tornar-se realidade muitos anos depois.

No local onde se reúne um grupo histórico de servidores da Universidade, ocorreram casamentos entre os seus filhos, alguns seguiram a carreira dos pais na Instituição, os filhos foram colegas de estudo nos colégios da área e novos casamentos aconteceram entre eles. Estes pioneiros, tanto servidores técnico-administrativos quanto docentes, já faleceram e suas famílias estão na quarta ou quinta geração, muitos ainda ligados a UFRGS e morando na área.

V-3, por sua vez, trabalhou como Empacotador, Office-boy e Auxiliar de Escritório, um colega do pai na UFRGS lhe indicou para uma vaga e foi contratado em 25/03/1985. Iniciou como Auxiliar de Serviços Gerais, passou a trabalhar no almoxarifado e, atualmente, é Técnico de Informática. Quando questionado se o trabalho na UFRGS foi uma escolha ou a falta dela, respondeu:

“Foi uma escolha, na época quando foi feito esse convite ele foi muito bem-vindo e como o meu pai já trabalhava na Universidade, eu quis dar segmento a isso. Meu pai se criou dentro da Universidade e virou funcionário logo e se aposentou aqui, atualmente ele está com 74 anos. O meu avô e o meu pai nasceram e se criaram ali, nas terras da UFRGS e hoje nós moramos na (identificação suprimida), mas quando o meu pai era pequeno, junto com o meu avô eles moravam lá dentro do mato, nas terras que pertenciam a UFRGS e de lá eles foram mudando de casa e atualmente nós moramos na (identificação suprimida). Meus tios, irmãos do meu pai, quase todos eles eram funcionários da Universidade e tenho primos que também seguem trabalhando na UFRGS. Hoje são aproximadamente umas 10 pessoas da família na Universidade trabalhando, fora aqueles que já se aposentaram, entre eles meu avô, meus tios, primos e muitos outros” (Entrevistado – V-3).

Neste sentido, ao referir-se a quantidade de famílias trabalhando na UFRGS afirmou que:

“Há alguns anos era mais fácil, tu já seguia, tu já estava dentro, tinha indicação de alguém que sabia que tinha uma vaga, já colocava teu filho lá, até mesmo porque eram pessoas de confiança e de pessoas que já conheciam, naquela época era assim. Hoje é diferente, não tem mais como, pois tem que prestar um concurso, já é mais complicado, mas antes era natural e normal este tipo de acontecimento” (Entrevistado V-3).

Sobre sua percepção acerca da forma de trabalhar e se relacionar, entre os antigos contratados e atuais concursados, afirmou que:

“A diferença é que hoje as pessoas concursadas entram, ficam 5 ou 6 meses e mudam, ficam insatisfeitas com o salário, com o tipo de serviço e fazem outros concursos e trocam por isso. Antigamente tu era indicado, tu gostava daquilo que estava fazendo, queria dar continuidade, então hoje à diferença é que esse pessoal que faz concurso quer um cargo bom, um bom salário e antigamente não, as pessoas queriam trabalhar junto com os seus familiares” (Entrevistado – V-3).

Ao ser questionado sobre a importância dos laços históricos familiares na realização do trabalho, afirmou que:

“Eu acho que sim, como era voltado para a família, o conhecimento, a familiaridade, o coleguismo já existiam entre as pessoas que trabalhavam na Universidade e hoje não, quando tu começa a conhecer a pessoa e a te familiarizar, a pessoa troca de setor, ou pede demissão. Antes, o fato de já conhecer a família e essa relação que já existia, era muito bom para o ambiente de trabalho” (Entrevistado – V3).

E, antes de encerrar sua fala, faz um balanço colocando que,

“Eu me criei dentro da Universidade, assim como o meu pai, estou com 29 anos de serviço e pra mim todo esse tempo foi tudo muito bom, só tenho coisas boas para falar, não tenho reclamações, só tenho pena das minhas irmãs não terem conseguido entrar, uma delas preferiu ficar no trabalho que estava na época quando surgiu o convite de entrar na Universidade, pois ela ganhava bem e hoje elas até sentem falta de não terem entrado na UFRGS e não terem conseguido dar continuidade em uma carreira familiar como a nossa. Hoje as minhas duas irmãs trabalham, cada uma em uma empresa diferente, mas uma delas teve oportunidade de ingressar na UFRGS e na época não quis, a outra por ser mais nova não teve a oportunidade que a mais velha na época teve, mas com certeza se elas pudessem optar hoje, com certeza elas escolheriam trabalhar na Universidade” (Entrevistado – V-3).

Dos registros desta família, depreende-se que três gerações desta estão ligadas ao trabalho na UFRGS. Da mesma forma, destacam algumas questões, como a localização das Unidades de Agronomia, Veterinária e IPH, esta última sendo a primeira construção feita onde anos depois seria erguido o Campus do Vale, de modo que, até o início do século XX, essa era uma região rural, de baixa densidade populacional, de difícil acesso, e como o próprio entrevistado V-2 referiu, em 1920, tudo ainda era transportado em carreta para aquela área distante do Centro de Porto Alegre. Deste modo, era comum, que tanto os técnicos quanto os docentes que trabalhavam nas Unidades passassem a residir nas terras da Instituição, ou tinham de ser transportados diariamente, o que levou a Universidade a adquirir um ônibus em torno de 1950/1960.

Também se destaca das reminiscências desta família, que o trabalho era predominantemente braçal, exigindo o manejo de animais e o cuidado com as plantações, não se limitando ao horário comercial e se estendendo aos finais de semana e feriados, de modo que, moradores dos Campos de Viamão e da Estrada do Mato Grosso, afeitos a estas lidas campeiras, eram contratados e pagos por empreitada e mediante recibo.

Um segundo ponto na fala destes entrevistados é o reconhecimento de que a contratação sem concurso público era algo natural, normal e até hereditário. As relações de conhecimento, amizades e compadrio levaram as relações de trabalho, cristalizadas na convivência entre vizinhos, na formação de novos laços familiares através de casamentos e no ingresso de novos elementos familiares na Instituição. Até o futebol, elemento de socialização, servia como porta de entrada para o trabalho na Universidade.

Destacam-se, ainda, a referência feita ao alfaiate do ex-Reitor Elyseu Paglioli, que morou no Bairro Agronomia e fazia os uniformes dos guardas da Universidade, como referiu V-2. E que, para a terceira geração desta família, trabalhar na Universidade não foi uma falta de opção, mas a oportunidade de conseguir um emprego estável, mesmo que contratados via CLT, pois sabiam que em algum momento, assim como ocorreu com o pai, avô e tios, acabariam por ser efetivados.

Outro aspecto considerado nesta geração era dar segmento a história familiar, atuando no mesmo local onde o avô, o pai, os tios, primos e demais conhecidos trabalhavam, fazendo da Universidade uma extensão da casa, portanto, um local seguro, confiável e familiar. A primeira esposa de V-3 também é servidora da Universidade, uma das irmãs referidas na entrevista trabalha em uma clínica médica, da qual, um dos donos é filho de um antigo servidor da Universidade, já falecido, demonstrando que os laços não se limitaram ao espaço da UFRGS.

Da mesma forma, cabe destacar a relação que as entrevistas realizadas com essa família estabelecem entre confiança e indicação, de modo que, como podemos depreender das falas registradas, a confiança, neste caso, está alicerçada no conhecimento das origens (familiares) do candidato, na capacidade de ser bom no que fazia e fazer o que fosse mandado, independente do respeito legal pelas atribuições dos cargos como é hoje.

Por fim, no que se refere aos registros até aqui expostos, pode-se ponderar que os contratados se submetiam a viver com salários inferiores ao da iniciativa privada, mesmo em atividades aquém da sua formação ou capacitação, pois aceitavam o cargo para o qual tivesse vaga, passando a ser um faz-tudo, desde que se considerassem livres do fantasma da demissão, contando com a esperança de serem efetivados e se manterem junto à família, aos parentes e amigos, estes, aspectos valorados e que pesavam nesta escolha. Algo que se confirma nas palavras de encerramento da entrevista de V-3, quando afirma que os atuais concursados não permanecem muito tempo na Instituição, estando sempre em busca de melhores salários, e/ou, se fazem presentes no arrependimento das suas irmãs que, como acredita ele, se martirizam por não terem aceitado emprego na Universidade quando esta oportunidade bateu a sua porta, uma vez que estas, na época, ganhavam mais fora dela.

### **3.3.2. A Família C**

A família C está há duas gerações trabalhando na Universidade e, assim como a família V, também possui outros parentes trabalhando na Instituição. Um membro da terceira geração da família está habilitado e classificado em concurso público na UFRGS, apenas aguardando ser convocado. O primeiro membro da família a ingressar como contratado na Universidade é a

matriarca, a quem se chamará de C-1. A entrevista desta senhora ocorreu junto com a da filha, servidora ativa no cargo a quem se denominará de C-2.

C-1 ingressou na UFRGS em 1957, quando era aluna da ex-Escola Técnica da UFRGS, perguntou a um colega que era funcionário da Universidade se seria possível conseguir uma vaga de emprego na Instituição. Dois dias depois foi apresentada ao diretor de um departamento na Administração Central, e dentro de 2 ou 4 dias já estava trabalhando. Antes da Universidade, trabalhou por 3 anos no Serviço Nacional da Indústria/SENAI e, neste, ao questionar um índice de aumento salarial foi demitida. Conforme relata, sempre sonhou em ser funcionária pública em razão das vantagens que estes tinham, como ela expõe no seguinte excerto de sua entrevista:

“(…) A mulher faz três turnos: de manhã, de tarde e de noite. Então eu disse que ia ser funcionária pública porque eu quero me casar e quero ter filhos e pra isso tem que ser funcionária pública, e procurei e achei. Então eu trabalhei no SENAI e depois na UFRGS, somente. Eu tive 27 anos e meio na UFRGS e depois me aposentei por questões familiares, que não tem haver com o trabalho. E a UFRGS, na época em que eu trabalhei era uma família, todo mundo se conhecia e todo mundo sabia que o “fulano” era primo, filho “dele”. Era assim, uma família. Era maravilhoso, eu achava maravilhoso. É tão verdade que a gente conhecia desde o reitor, o Paglioli, e ele parava nos corredores e perguntava, conversava com a gente, perguntava quem nós éramos. Isso não existe mais na Universidade, claro, são outras épocas. A verdade é essa, eu trabalhei em outra época, uma época bem diferente” (Entrevistado C-1).

Da mesma forma, quando questionada sobre se foi a primeira da família a ir trabalhar na Universidade, afirmou:

“Sim, eu fui à primeira. Depois um ano eu consegui colocar o M (marido), nós éramos noivos e entrou por conhecimento meu, eu era competente, honesta e a minha indicação foi o suficiente pra ele entrar. Ele também tinha na UFRGS uma tia muito conhecida, muito querida, mas eu que indiquei ele. Depois disso ele fez uma carreira brilhante na Universidade, foi diretor por uns 10 ou 15 anos no Departamento X (nome suprimido), e depois ele teve outros primos da família dele que não sei como entraram na UFRGS. Muitos anos depois eu me separei do meu marido e tinha os filhos adolescentes, alguns com mais de 20 anos e eu consegui colocar todos os 3 na UFRGS também. Acredito que por mérito meu de ser boa funcionária, competente e ser conhecida na Universidade. A minha filha mais nova entrou na UFRGS com 14 anos de idade como bolsista na Escola Técnica, porque era aluna. Então os 3 filhos começaram a trabalhar na UFRGS e ainda estão trabalhando aqui” (Entrevistada C-1).

Sobre a sua opinião a respeito do número de famílias de servidores na Universidade, considerou que era uma coisa natural, pois,

“Naquela época não saiam muitos concursos públicos e era a maneira de entrar na UFRGS, através de parentes, ou conhecidos, eu entrei através deste conhecido e depois levei meu ex-marido e os meus filhos, cada um que entrava conseguia, por mérito dos funcionários, pois se fossem funcionários ruins, as suas indicações não entrariam” (Entrevistada C-1).

Como destacou C-1, tem-se que, uma das preocupações que acompanha os contratados pela CLT é a demissão intempestiva, como ocorreu com a entrevistada quando trabalhava no SENAI, de modo que, quando foi questionada sobre esta questão na Universidade, declarou:

“Não, naquele tempo não havia esse perigo de sermos demitidos, logo em seguida que entrávamos éramos enquadrados no quadro profissional, às vezes ficávamos esperando o enquadramento, mas lá pelas tantas vinha uma lei que deixava todos como efetivos, então ficávamos dependendo de uma nova lei, porque não havia concurso nem mesmo dentro do quadro” (Entrevistada C-1).

Considerando a personalidade combativa e questionadora da entrevistada, lhe foi perguntado sobre o período da Ditadura Militar na Universidade.

“Eu engolia. Nós dentro do lar vivíamos muito a Universidade, pois os filhos e o ex-marido eram da Universidade, então sempre alertávamos para ficarem quietos, não falarem nada, porque eu fiz 3 reuniões na Faculdade de Filosofia quando era no centro, para discutir o nosso enquadramento definitivo e chamei as pessoas que queriam discutir isso, porque todo o país já estava enquadrado na lei. Todas as Universidades fizeram imediatamente o enquadramento, menos a UFRGS, então reuni um grupo de 10 ou 11 pessoas, três vezes, para então fazer uma comissão para conversar com o Diretor do Departamento de Pessoal, fiz aquilo na maior ingenuidade. Então recebo um telefonema do gabinete do Reitor me dizendo para me cuidar, pois estavam querendo me enquadrar na Lei de Segurança Nacional. Eu me surpreendi e era por causa das reuniões na Filosofia, então eu me antenei e me afastei das reuniões. Em 81 (1981) fizemos uma greve, ainda no tempo da Ditadura (trabalhávamos com uma tarja preta no braço e fazíamos uma operação tartaruga, em 84 (1984) veio a grande greve, após isto todos nós fomos chamados na Polícia Federal, pois nós fizemos um comício (na Assembleia Legislativa) e todos que falaram lá foram chamados na PF. Ao chegarmos lá os policiais disseram que não levariam adiante porque também eram funcionários federais e também queriam aumento, então não foi levado adiante, mas o nome de todos da UFRGS que estavam mobilizados saiu na primeira página do correio do Povo, pois eram considerados subversivos” (Entrevistada C-1).

Neste ponto da entrevista, C-2 entrevistou lembrando a mãe, que antes disso, em 1971, foi chamada para conversar com o Coronel Natalício, um militar que ficava no Gabinete do Reitor, que queria saber quais os assuntos que estavam sendo tratados nas referidas reuniões organizadas pela mãe. C-1 lembrou-se do fato, relatou que solicitou a um tio (irmão de sua mãe), que também era Coronel do Exército, que a acompanha-se. O Coronel (Natalício) disse para ficar tranquila, pois ela foi chamada porque tinha sido denunciada por um colega ao Gabinete do Reitor. Salientou, também, que não soube de nenhum caso específico de perseguição política entre os técnicos no tempo da Ditadura, mas entre os professores sim, “mas parece que uns 3 ou 4 foram perseguidos, mas eu não os conhecia”. Sobre se foi submetida a algum tipo de teste quando ingressou, respondeu afirmativamente, salientando que era um psicotécnico.

Em razão da riqueza de detalhes da entrevista da filha de C-1, optei por transcrevê-la na íntegra, a seguir:

“Eu ingressei na UFRGS, oficialmente, com carteira assinada no dia 1 de março de 1983. Minha história na UFRGS é familiar, meus pais, meus irmãos já estavam na Universidade e eu ingressei trabalhando aqui com 14 anos, quando era aluna da Escola Técnica de Comércio, hoje Instituto Federal. Trabalhei como bolsista em vários lugares e depois entrei na graduação em 1981 e segui trabalhando como bolsista, mas então ligada a Faculdade (identificação suprimida). Sendo bolsista fiquei sabendo que tinha uma vaga – na época não existia concurso público, mas sim processo seletivo. Eu fiquei sabendo que havia uma vaga como Agente Administrativo para o Instituto (identificação suprimida) e que esta vaga era pelo convênio FINEP que era uma fundações que contratava, já que não existia dentro da Universidade a possibilidade de concurso a Universidade era regida por fundações que contratavam e então se esperava por alguma lei que transformasse aqueles (...) em efetivos, estatutários, pois teoricamente eram terceirizados. Então eu fui me informar sobre a vaga e procurei o Diretor do Instituto (identificação suprimida). Por conhecer bem a estrutura de funcionamento da Universidade desde os 14 anos e por falar sobre a Universidade dentro de casa com meus pais e irmãos me saíria bem. Chegando lá fui informada que deveria me inscrever e fazer um teste e eu aceitei. Me inscrevi, junto com mais umas 10 ou 11 pessoas, então fizemos uma prova de português, matemática, conhecimentos gerais, psicotécnico e datilografia, não tinha legislação, o resto tudo tinha igual como é hoje nos concursos. Eu fiz sem falar para os meus pais, porque justamente não queria entrar com o estigma de ser filha de C-1 e M. (identificação suprimida) apesar de saberem pelo sobrenome, pois a Universidade ainda era uma grande família, então eu fiz e tirei primeiro lugar. A minha prova teve nota 9,8 e então entrei no Instituto (identificação suprimida). Quando foram assinar meu contrato e minha carteira, meu pai era diretor do (identificação suprimida) disse que não assinaria minha carteira, pois isso era nepotismo. Minha mãe enlouqueceu, por quê? Como se meus dois irmãos já estavam lá? Então como eles haviam entrado? Não sei se foi por QI (quem indique) ou se fizeram prova. As pessoas que eram indicadas, normalmente, eram pessoas de confiança de pessoas que tinham confiança dentro da Universidade, era essa a relação, mas no meu caso foi diferente, porque eu fiz este teste, mas então ele (pai) viajou para Brasília a trabalho e quem ficou no lugar dele foi quem assinou. Ingressei então no Instituto (identificação suprimida) com a missão de ser exemplar para que não falassem que eu era filha de fulano e principalmente porque meu pai, na época, tinha um cargo de chefia, importante, como se fosse hoje um Pró-Reitor (...), então eu realmente tinha um estigma dentro de mim e me cuidava muito para não dar motivos para falarem, além do que a gente podia se sentir com estabilidade, mas na verdade não tínhamos, a gente era CLT e eu batia ponto, com apenas 15 minutos de tolerância, sem desculpas por ser filha de um diretor. As regras eram para todos, e nem eu queria benefícios e foi assim que eu entrei na Universidade, como agente administrativo, nível médio, mas já estava no curso superior, não tinha me formado ainda, me formei em 1985. Em 1986 houve uma reclassificação e eu passei para nível superior porque já estava formada em 2 faculdades e em 1988 me formei na 3 faculdade e neste meio tempo eu pedi transferência do Instituto porque ele ia para o Campus do Vale e eu não queria ir pra lá, porque estudava no Campus Saúde, então pedi transferência para minha própria faculdade e fiquei desempenhando papel como aluna e como funcionária e ali estou até hoje. Então eu desempenho minhas funções dentro da Faculdade de (identificação suprimida) há 30 anos, que é no que eu sou formada. Vou fazer 31 anos na UFRGS. Tive um intervalo de 8 ou 10 anos, que foi o período em que fui trabalhar na (informação suprimida) da UFRGS por convite, porque eu era uma ótima funcionária e aluna e o diretor da unidade me convidou para desempenhar o papel tanto de Relações Públicas e também como revisora de texto” (Entrevistada C-2).



C-2 relata que por um período de 8 ou 10 anos, trabalhou a convite de um diretor, em um órgão Auxiliar da Universidade. Em um período de greve participou do comando, dirigindo-se diariamente à sua Unidade para fazer o relato do movimento aos colegas. Um acordo feito entre o Comando de Greve e o Gabinete do Reitor estabeleceu que os dias parados não seriam descontados, os servidores deveriam acertar com as suas chefias imediatas a forma de compensação dos dias parados. Para sua surpresa, a secretária do órgão lhe atribuiu 37 dias de falta, seu pagamento foi suspenso, e ela considerada em abandono de emprego. Como o ato foi considerado persecutório, o caso foi levado à Superintendência de Recursos Humanos, à Associação dos Servidores e ao Gabinete do Reitor.

O diretor do órgão fez um ofício revertendo à situação, mas a servidora considerou não ter mais clima para permanecer naquele ambiente de trabalho, até por que lá estava a convite, voltando a sua Unidade de lotação original. C-2 considera que a UFRGS é “um lugar de crescimento e conhecimento”. Acrescentando que quando se refere a crescimento também está considerando a sua esfera pessoal, pois,

“Os concursados olham com cara feia para os que entraram antes, porque entraram sem concurso, isso não é justo, pois era a maneira que se tinha para entrar, ou era por mérito de trabalho ou era por processo seletivo, o celetista poderia ser mandado embora a qualquer momento, quem se manteve foi por competência, nenhum da nossa família pode dizer que foi funcionário público só de colocar casaco na cadeira, entre nós existe comprometimento, vontade e gosto por aquilo que se faz” (Entrevistada C-2).

Quanto à existência de aspectos positivos e negativos no trabalho de familiares na mesma organização, assim se manifestou:

“É superpositivo porque tu aprende a conhecer mesmo todo o sistema da Universidade, porque tu tem pessoas da tua família que vão viver a Universidade 24h por dia, em casa e no trabalho e tu aprende as entranhas da Universidade. Há um comprometimento com o trabalho e não apenas com o emprego” (Entrevistada C-2).

Ao término da entrevista, acrescentou que ingressar no serviço público ainda é um sonho de muitos cidadãos, que a Universidade mantém “um brilho, um status”, e que por dois anos seguidos a UFRGS tira o primeiro lugar entre as melhores do Brasil. Sente orgulho de trabalhar nessa Instituição, e considera que colaborou para que ela chegasse a esse ranking e gosta da ideia dessa Universidade ser uma grande família. O aspecto negativo é o de ter laços familiares na mesma organização, uma vez que está no risco de ser alvo de perseguições e sofrer prejuízos que, na realidade, visam atingir indiretamente um familiar determinado.

Neste segundo grupo familiar, que inicia sua trajetória na Universidade no final da década de 1950, quando essa já estava federalizada, observam-se três aspectos que a diferenciam da Família V. Primeiro, o seu ingresso na UFRGS se deu a partir do Campus Centro para o exercício



em atividades administrativas, que exigiam escolaridade específica. Segundo, a porta de entrada foi através de um colega de escola que trabalhava na Universidade. Terceiro, esta é uma família urbana que demonstra uma postura menos subserviente, questiona as regras e se sente no direito de ter uma participação cidadã.

Também é importante destacar que a questão da meritocracia não é posta em tela através da submissão a concurso, aberto ao público para a escolha do melhor colocado, mas na escolha de alguém cuja capacidade e competência eram avaliadas por pessoas de dentro da organização. Desta forma, tem-se que a falta do concurso público que levou a contratações via CLT é vista como algo dentro da normalidade, ou, melhor seria dizer, do costume da época. Diferentemente do caso da Família V, para a qual a questão da confiança aparece associada ao conhecimento do grupo ou do ramo familiar de origem, para esta família, a confiança está ligada a ação fiadora da competência do indicado.

C-2 traz um importante relato referente aos anos da Ditadura Militar<sup>12</sup>, que completa 50 anos, a presença de um Coronel Militar junto ao Gabinete do Reitor. Quando a mãe se reuniu com colegas para tratar do enquadramento dos servidores na tabela permanente, algo perfeitamente natural nos dias de hoje, não foi chamada pela chefia imediata, pelo Diretor de Pessoal ou mesmo pelo Reitor, mas por uma pessoa estranha aos quadros da Universidade. Sabendo que o Regime não combatia apenas guerrilheiros, mas também as ideias, nada melhor do que se valer da companhia de um tio Coronel. O que reporta a obra de DaMatta, *Carnavais, Malandros e Heróis* (1997) é a assertiva colocada em voga por esse que questiona se você: “Sabe com quem está falando?”

C-2 faz, também, referência à outra porta de entrada na Universidade, na condição de aluna estagiária, que vendo uma oportunidade de contrato e sem o conhecimento dos pais, vai em busca do emprego. Na década de 1980, segundo relato de C-2, havia a preocupação de submeter os candidatos às vagas por CLT a provas de seleção. Aprovada em primeiro lugar, a família logo se viu diante de um problema, em razão do pai estar ocupando uma posição relevante na hierarquia organizacional, que é a questão do nepotismo. Seu pai era responsável pela assinatura das carteiras de trabalho dos contratados, não poderia assinar a contratação da própria filha, o que foi tecnicamente resolvido quando o pai se afasta a trabalho e seu substituto assina o contrato.

Na palavra de mãe e filha, observa-se o efeito da primeira greve de servidores na cultura da Instituição e a sua recepção pela mídia local. Os funcionários do quadro, mais antigos, não toleraram a posição dos grevistas, somando isso a outros desacordos particulares, tentaram aplicar punições, desrespeitando um acordo institucional. Enquanto que um jornal de grande circulação no Estado, à época, rotulava os grevistas de subversivos.

---

<sup>12</sup> Sobre essa época dentro da UFRGS, destaca-se o livro *Universidade e Repressão – Os expurgos na UFRGS*, da Associação dos Docentes da UFRGS, editado pela L&PM Editores, 2. ed. de 2008, organização de Lígia Averbuck et all.

C-2 também vê de forma positiva o trabalho dos grupos familiares na Instituição, pois estes estariam comprometidos com o sucesso e destino da mesma, e afirma, ainda, que ser funcionário público é um sonho de muitos cidadãos, destacando que a Universidade é uma Instituição que adquiriu status, reconhecimento e os servidores também se sentem partícipes deste status, salientando, assim, a estreita identidade entre servidor e Instituição.

Nas palavras de C-1, se destaca, ainda, a visão do serviço público para as mulheres na década de 1950, como um emprego seguro, estável, que lhes permitiria conciliar a vida atribulada de mãe, esposa, dona de casa e trabalhadora. Na época do ingresso de C-1, por exemplo, a UFRGS realizava, como forma de seleção, o teste psicotécnico, criado por Mira y Lopez (1976), autor do Manual de Psicodiagnóstico Miocinético ou PMK<sup>13</sup>, que consistia em uma prova que combinava técnicas projetivas que se acreditava fornecer bases sólidas sobre os traços da personalidade.

Naquele período, a seleção buscava assegurar a higidez mental do candidato, enquanto que na década de 1980, são acrescentados testes de conhecimentos básicos para a seleção de funcionários administrativos.

Observou-se, ainda, nestas entrevistas, a questão entre emprego e trabalho, de modo que, quando se referem aos concursados, que em pouco tempo deixam a Instituição para assumirem em outro órgão onde ganharão mais, ou simplesmente, deixam a organização por considerarem o salário baixo, estão apontando para a questão do emprego como fonte de renda e status. E se, hoje, status é visto no seu aspecto exterior como indicativo da capacidade aquisitiva dos indivíduos, para os servidores mais antigos, esse status está associado à identidade adquirida enquanto partícipes da construção da Instituição.

Mesmo que num primeiro momento tenham escolhido a UFRGS por uma questão empregatícia, as estreitas relações família/Instituição transformam esta relação em uma missão, em um trabalho de gerações em prol dos objetivos institucionais que se mesclam com os seus próprios.

### **3.3.3. A Família F**

Única família representando o grupo docente, por razões anteriormente apontadas, também traz uma diferenciação das demais por terem ingressado através de concurso público nas décadas de 1980 e 1990. Esta família será identificada pela letra F.

F-1 ingressou na Universidade através de concurso público em 1985, trazendo vasta bagagem de trabalho na rede estadual, em empresas privadas, universidade no exterior e Organização não

---

<sup>13</sup> Este teste foi muito utilizado em concursos públicos e ainda hoje é aplicado nos processos de habilitação de motoristas (Quintela, 1976).

Governamental/ONG, voltada para a área de educação em Porto Alegre. Atualmente, trabalha no Programa de Pós-Graduação da UFRGS. Quanto aos aspectos positivos e negativos em trabalhar na mesma Instituição com outro familiar, respondeu que:

“Nunca imaginei que minha filha fosse ser professora. Foi uma escolha exclusivamente dela, que apoiei depois da decisão. Embora atuemos em áreas diferentes, há uma troca de experiências e de informações entre nós” (Entrevistada F-1).

Sobre o número de famílias e parentes que trabalham na Universidade, creditou o fato à: “talvez, a experiência familiar”. Ao falar sobre a existência de possíveis diferenças nas relações de trabalho entre os servidores antigos (que ingressaram sem concurso e foram absorvidos na tabela de servidores públicos) e os servidores concursados refere que:

“...[ ] o início (finais da década de 80), havia uma forte polarização decorrente muito mais de posições político-ideológicas do que propriamente pela forma de ingresso na Universidade. Mas é claro que grande parte dos professores que ingressaram antes, por terem ingressado por convite, eram identificados, politicamente, com a ditadura militar. Como se vivia uma época de redemocratização do país, os postos de comando das faculdades e da própria Universidade foram sendo tomados, por eleição, pelos recém-chegados” (Entrevistada F-1).

Sua filha, F-2, foi estudante de graduação na UFRGS, formando-se em 1989 e na pós-graduação em 1994. Após graduar-se, trabalhou em projetos de iluminação em lojas até ingressar no mestrado. Sua primeira experiência como docente foi como professora substituta na UFRGS. Quando abriu concurso docente para sua área na Universidade, inscreveu-se, concorreu com 13 candidatos e foi aprovada, ingressando em agosto de 1997.

Sobre a sua experiência anterior ao trabalho como docente na UFRGS, relembra que durante o Governo Collor (1990 a 1992), a demanda por projetos de iluminação diminuiu, lembrando que a população, em busca da redução de custos em obras e reformas, elimina este projeto, o que leva a problemas futuros. Na época em que a demanda por estes projetos estava em queda, abriu o concurso para mestrado na UFRGS, ingressou no curso, foi monitora, passou para professora substituta e posteriormente concursada. Razão pela qual, aponta ao acaso, as circunstâncias da vida, ter abraçado a carreira docente.

Durante a entrevista, F-2 falou sobre os pais, professores universitários, formados em Ciências Sociais. O pai lecionava em uma universidade particular, trabalhava em um órgão público e era ligado a um determinado partido político, além de manter um programa na Rádio UFRGS, mas não trabalhava na Universidade.

Ambos eram engajados politicamente, e, em decorrência do Golpe Militar de 1964, entraram na clandestinidade. Em 1966 foram para São Paulo, em 1968 para o Rio de Janeiro, em 1970

voltaram para o Rio Grande do Sul, mais precisamente, para São Borja, “de onde poderiam fugir rapidamente caso desse algum problema”. Em 1974 partiram para Portugal, estava com 12 anos e só retornaram com a chamada Abertura Política (1974 a 1988), quando estava com 18 anos.

Recordou que quando jovem, não queria seguir a profissão dos pais, “eu tinha ojeriza de ser professora (...). Hoje, adoro o que eu faço, adoro ser professora. Então é muito engraçado, são momentos da vida da gente”. Neste sentido, sobre o número de famílias e familiares que trabalham na Universidade respondeu:

“Eu acho que eram influenciados (...) Aqui no nosso departamento tem casais, uma professora do Departamento (identificação suprimida) que o pai dela era professor, ela também já tá como professora. Acho que o fato de conviver, já conhecer, pode explicar essa situação. E vejo que a relação de contatos acabam favorecendo, propicia inclusive (Entrevistada F-2)”

Já, quanto à existência de uma possível diferença na relação dos novos e antigos servidores com a Instituição relata:

“Agora recentemente entrou a mulher de um professor, isso vai variar de Departamento para Departamento, pode se dizer que haja conluio, talvez, outros não. Saber, a gente acaba nunca sabendo. Mas o que eu vejo e que me chamava muito atenção entre os técnicos administrativos, na questão da mudança nas relações de trabalho. Por exemplo, agora esse pessoal da limpeza é todo terceirizado. Houve um trezinho da alegria que passou, já faz tempo, desde a época em que eu era estudante, em que todos passaram a ser funcionários e a trabalhar em lugares que nem tinham capacidade. Nós tínhamos aqui na Secretaria uma secretaria do Departamento que escreveu um ofício de uma página, quando não tinha computador, ela levou quatro dias, porque digitava com 2 dedinhos e errava, demorava quase uma semana pra fazer um ofício. Normal, o povo a deixava ela trabalhando naquele ofício, que não era urgente, ela que fazia. Esse é o caso mais emblemático, que eu lembro (Entrevistada F-2)”.

F-2 salienta que a Universidade passou por um período difícil no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003), quando os concursos para docentes foram suspensos.

“A quantidade de substitutos que a gente tinha era absurda e passou a ter terceirização de funcionários da empresa, segurança. (...) Na minha visão o FHC é responsável por essa situação toda, ele queria privatizar as Universidades, ele tentou colocar a gente na sucata. Por sorte o governo dele acabou. Naquela greve de 1998 o dinheiro para manutenção da Universidade não pagava o conserto do elevador da (identificação suprimida) tinha que comprar lâmpadas para todos os prédios, consertar todos os prédios, era um absurdo! Estava literalmente sucateando. E além de tudo isso os alunos continuavam entrando. Eu acho que os militares nos trataram muito melhor do que FHC, professor universitário. Aquele que disse que não acreditem no que eu escrevi e pensar que quem recuperou foi um cara que nunca entrou na Universidade, o Lula” (Entrevistada F-2).

Sobre os aspectos positivos e negativos em trabalhar na mesma instituição que a mãe, salienta que mesmo durante o estágio probatório já conhecia muitas pessoas na Universidade.

“... ( ) porque também foram amigos da minha mãe”. Um professor, já aposentado, ligado a Associação dos Docentes “ele me conhece antes de eu ser projeto de gente, porque ele foi no casamento dos meus pais. Então a gente tá trabalhando junto agora, mas ele já me conhecia bem antes de eu entrar na Universidade por causa dos meus pais. (...) Estudaram com a minha mãe, então tu já vê. É muito engraçado, é uma relação que já existia. Lógico, poderia ter sido em qualquer outro lugar, mas no caso são também amigos que trabalham na UFRGS. (...) todo mundo que cruzava comigo: Olha, a filha da (identificação suprimida). (...) agora é o contrário: Olha a mãe da (identificação suprimida). Muito engraçado, mas quem vai achar ruim é mais ela do que eu. Negativos, eu não vejo, negativos” (Entrevistada F-1).

Comparando com os entrevistados anteriores, a Família F tem uma história menos longa como servidores na UFRGS, uma vez que mãe e filha ingressaram como professoras com 12 anos de diferença. No entanto, a trajetória acadêmica, política e de vida dos pais, foi contemporânea a dos colegas que trabalham na Universidade, trazendo ao âmbito organizacional relações prévias de amizade e coleguismo.

F-2 também traz uma trajetória na Instituição como aluna de graduação e pós-graduação, monitora, professora substituta e, por fim, concursada. Na sua trajetória profissional, novamente se destaca a questão do emprego como condição de sustentabilidade, citando que a população, de modo geral, não dispõe de recursos financeiros para contratar determinados serviços, diminuindo ou impedindo que profissionais se mantenham de forma autônoma ou dita liberal. Na falta de melhor perspectiva no mercado de trabalho, F-2, aproveitando uma oportunidade, segue os estudos e abraça a carreira dos pais, que na juventude lhe causava “ojeriza” e hoje lhe traz satisfação.

Expostos esses testemunhos e trajetórias de vida no trabalho, teço agora algumas considerações referentes ao objeto da pesquisa.

### 3.4. FECHANDO O CÍRCULO HERMENÊUTICO E ABRINDO-O AS CONTRADIÇÕES

#### 3.4.1. O Fechamento do Círculo: O que há de se considerar

Nas entrevistas apresentadas encontramos o testemunho de famílias, que ao longo de gerações, construíram suas histórias de vida juntamente com a história da UFRGS. A cada mudança de status por que passou a Universidade, de Escolas Livres à Universidade de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul à Federal, à medida que os funcionários eram absorvidos dentro dos novos quadros, famílias foram se reunindo, envolvendo irmãos, cônjuges, primos, tios, sobrinhos, pais e avôs.

Nestas, a memória dos entrevistados emerge na emoção do recordar, o trabalho humano materializado no concreto, no visível, o qual se perpetua no tempo como uma referência, como

prova material de um patrimônio pessoal. E, mesmo subjetivada, essa memória – tida como individual – está de certa forma ligada a sua trajetória na instituição e se constroi no coletivo, algo que se destaca nos relatos dos entrevistados quando esses apontam a indicação de familiares como natural, comum, como uma prática quase hereditária, o que nos reporta a questão das cátedras. De modo que, como escreve Meirelles (2011: 47),

É, portanto, através da prática articulatória que esse conteúdo disperso – em tese – toma sentido, passando a constituir, então, momentos discursivos. Contudo, a articulação entre esses diferentes momentos discursivos, resulta vis-à-vis, em uma modificação de sua identidade original com vistas à produção de equivalências entre elementos diferenciados dentro de uma mesma cadeia discursiva. Sendo assim, o resultado da prática articulatória, é, terminantemente, o discurso.

Pois, como nos assevera Mendonça (2003: 141),

[...] a produção de sentido ocorre obrigatoriamente a partir da articulação de momentos no interior de um sistema discursivo, ou seja, a prática articulatória é uma prática auto-referenciada porque todos os momentos da construção discursiva são internos à própria totalidade estruturada (discurso). Isto quer dizer, por óbvio, que o que está além dos limites do sistema discursivo não pode produzir qualquer sentido nesse sistema.

É o caso, por exemplo, do termo latino “*Cathedra*”, cuja origem está no vocábulo grego, significando assento ou cadeira, de modo que, o termo passou a ser usado no sentido de cadeira enquanto disciplina, ensinada por um professor que tenha alcançado o mais alto grau na hierarquia docente. Sendo, portanto, no âmbito da universidade um lugar de poder que se concentra na figura do professor catedrático.

A “*Cathedra*” chega ao Brasil pelas mãos de D. João VI quando cria as cadeiras de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro e de Cirurgia na Bahia. Anos depois, D. Pedro I sanciona a Carta de Lei de 1827, instituindo os primeiros cursos jurídicos em São Paulo e Olinda. Cinco anos após, através do estatuto regulamentador dos cursos, estabelece que os professores dos cursos jurídicos no Brasil gozassem das mesmas “honras” dos catedráticos de Coimbra. Honraria essa que associava ao poder judiciário (onde os juízes gozavam da perpetuidade no cargo), à função do magistério, dessa associação instituída na Carta de 1827, se estabelece no Brasil, a ideia de vitaliciedade nas instituições de ensino superior (Fávero, s/d: 1). De modo que, é interessante observar como expõe Fávero (s/d: 2), que “embora tais vantagens devessem ser adquiridas mediante concursos de títulos e provas, na prática, isso nem sempre ocorreu”.

A reforma do Ensino Superior de 1931, conhecida como Reforma Francisco Campos, ratificou o professor catedrático como o mais alto posto na hierarquia universitária, prevendo sua contratação sem concurso desde que tivesse reconhecida a sua capacidade científica e intelectual através de obras publicadas, inventos ou descobertas de relevância. Seguindo o artigo de Fávero, a indicação

de professores era feita por um catedrático, onde o candidato era submetido a uma comissão composta de cinco membros. Aprovados, os novos professores que se mantivessem por dez anos no cargo poderiam ser reconduzidos mediante provas de títulos, passando a gozar de vitaliciedade no cargo. Todos os demais professores (auxiliares ou assistentes) eram escolhidos pelos catedráticos, escolha essa que poderia recair entre os mais destacados alunos ou por indicação de terceiros.

Esta foi a estrutura hierárquica e de poder criada nas universidades brasileiras, pois, através das cátedras, estabeleceram-se feudos sob controle dos professores catedráticos, personalidades máximas, respeitados e cultuados. Sob esta estrutura se fez uma cultura de vitaliciedade e indicações, mesmo com a substituição das cátedras pelos departamentos com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e, mais especificamente, no âmbito das Universidades Federais, pelo Decreto-Lei nº 252 de 1967.

No entanto, as mudanças foram mais nominais do que reais, e foi mantida a estrutura de poder centrada no domínio do conhecimento pessoal e, portanto, privado, exercendo a administração de uma organização que mantém relações com o estado e através de convênios lhe presta serviços. Neste sentido, essa estrutura histórica foi responsável pela formação de uma cultura institucional repassada por gerações, que se mostra na aceitação da prática das indicações como algo natural, hereditário. Os filhos e netos dos primeiros servidores não viveram essa época, mas a receberam como uma memória coletiva, o que nos remete a Halbwachs (2004: 31), quando este escreve que “acontece com muita frequência que nós atribuímos a nós mesmos [essas lembranças e memórias], como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, [são] ideias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo”. E, parafraseando o referido autor, como estamos tão afinados com aqueles que nos cercam, vibramos com eles sem saber por que estamos vibrando e somos, senão, um eco de um tempo outro que não é, necessariamente, o nosso.

### **3.4.1. Das Contradições: o que há de se considerar**

Anualmente, milhares de jovens e suas famílias aguardam, ansiosamente, a divulgação do *Listão do Vestibular* da UFRGS, pois nele se encerra um ciclo de anos de estudos, de investimento familiar, de sonhos juvenis, única oportunidade para muitos alcançarem um diploma de nível superior através do ensino público e gratuito. Há oitenta anos, esse momento se repete, vivido pelos jovens e revivido pelas famílias, pois quem passou por ele, sabe da alegria extravasada em gritos e risos, ou da tristeza lavada em lágrimas ao ver adiado por mais um ano o objetivo desejado.



A UFRGS encerra sobre si muitas histórias junto à cidade que nasceu às margens do Guaíba, que subiu as colinas de Santa Ana, desceu em direção ao Campo da Várzea, construiu cercas e portões de defesa, sofreu com as guerras de fronteira e foi invadida pelos farroupilhas. Porto Alegre foi erguida pelas mãos dos escravos, dos imigrantes portugueses, dos alemães e dos italianos. Para esta cidade, hoje capital dos gaúchos, o gado que a abastecia de carne era trazido de Viamão a Porto Alegre pela Estrada do Mato Grosso, atual Av. Bento Gonçalves, abatido no matadouro localizado no início da atual Av. Getúlio Vargas, e suas vísceras eram lançadas nas águas do riachinho. E nesta direção, muitos dos que circulam pelo Campus Centro da UFRGS, sequer imaginam que sob seus pés existiu um banhado onde jacarés-de-papo-amarelo tomavam sol e maçaricos circulavam entre maricás.

Naquele tempo, o ensino era privilégio dos filhos das famílias com poder aquisitivo para contratar um professor. Ser analfabeto era comum, a mão de obra disponível era eminentemente braçal. Os filhos da elite rural eram mandados estudar na Bahia ou no Rio de Janeiro, quando não no exterior e, ao retornarem, constituíam a elite urbana que se fez apoiada na doutrina positivista de Auguste Comte. O Estado precisava alavancar seu desenvolvimento, necessitando, para tanto, formar mão de obra que atendesse as necessidades de uma sociedade que se iniciava na economia industrial, uma das formas de fazê-lo era através do ensino técnico e superior.

Neste sentido, tem-se que os primeiros cursos de nível superior da UFRGS nasceram da reunião de esforços privados, com recursos vindos dos cofres públicos e doações de pessoas físicas, sendo estas, sempre marcadas, como a história nos mostra por relações políticas e pessoais embebidas na cultura personalista, na meritocracia intelectual ou técnica, nos laços com o poder instituído e na formação de grupos clientelares.

Ao ser municipalizada no ano de 1936, a UFRGS já se constituía num complexo universitário trazendo na sua estrutura acadêmica o sistema de cátedras, ao modo da Universidade de Coimbra e importada por D. João VI. Pelo sistema português, a ocupação das cátedras era vitalícia, os professores de menor hierarquia eram indicados pelos professores catedráticos, prática essa, que levada ao corpo técnico, repassou às gerações futuras o sentido de hereditariedade do trabalho na mesma instituição, incorporando-o a uma memória que se fez coletiva.

Disto decorria que as relações sociais eram marcadas pelo culto a personalidade, não enquanto uma construção psicológica, mas social, onde o status do cidadão era constituído em razão das suas relações sócio-políticas, do seu destaque intelectual ou técnico, dos laços estabelecidos com o poder instituído e da tradição familiar. Aos não possuidores destes dotes necessários a sobrevivência, a ascensão ou a proteção social só era alcançada quando caíam nas boas graças destas personalidades públicas, normalmente pela via da prestação de trabalho, da lealdade incondicional e do respeito humilde.

Assim, tem-se que a profissionalização das carreiras no Serviço Público Federal no Brasil, enquanto segmento da burocracia do Estado, só tomou corpo com a chegada de Getúlio Vargas ao poder (1930 a 1945) por meio do Decreto-Lei nº 579/1938, que criou o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP<sup>14</sup>, com o objetivo de centralizar as questões normativas e as orientações administrativas aos órgãos federais. Na Constituição de 1946, o Art. 65, Inciso IV, atribui competência ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, para criar e extinguir cargos públicos, fixando-lhes os vencimentos sempre por lei especial, enquanto que, no Título VIII – Dos Funcionários Públicos, no Art. 186, mantinha-se a exigência da investidura em cargo de carreira através de concurso, acrescentando a obrigatoriedade da inspeção médica.

Contudo, apesar desta referida normatização já existir, o ingresso no serviço federal acaba por se dar, quase sempre (ou pelo menos na maioria dos casos), através dos denominados extranumerários, chamados de *Barnabés*, e, a partir de 1945, pela via da CLT. Sem a obrigatoriedade de se submeterem a concurso público, os quais, chegavam por indicação de familiares e conhecidos, no que se convencionou chamar apadrinhamento.

Com o retorno de Getúlio Vargas à Presidência do país em 1951, é sancionada a Lei nº 1.711 de 1952, que criou o Estatuto dos Servidores Cíveis da União, qualificando como funcionário a pessoa investida em cargo público, mantendo como forma de ingresso a realização de concurso. Porém, o Inciso II, do Art. 82, informava que quando nomeado em caráter efetivo, **sem concurso e após cinco anos de exercício o funcionário passaria a ter estabilidade** (grifo da autora). Ou seja, embora existisse a determinação legal da posse em cargo público através de concurso, a lei também apontava para a possibilidade de nomeações sem concurso.

Gaetani (2008) afirma que o primeiro plano geral de cargos e salários da Administração Federal de 1936, teve de acomodar no mesmo marco legal as inúmeras tabelas dos extranumerários, assim como os futuros concursados. O autor acrescenta que desde 1934, as sucessivas Constituições traziam dispositivos de efetivação daqueles que, em caráter provisório, prestassem serviços ao Estado por cinco anos. Estas efetivações ocorreram em 1937, 1946, 1967 e 1988, o que contribuiu para a criação de uma visão pouco favorável do servidor público junto à opinião pública.

Em 09/04/1964, a Junta Militar baixou o Ato Institucional Número Um, ou AI-1, contendo onze artigos e dando ao Governo Militar o poder de alterar a Constituição, cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por dez anos, demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que tivesse atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública. E, no período da Ditadura Militar (1964 a 1985), pouco se alterou na forma de ingresso na UFRGS, de modo que, as contratações recaiam

---

<sup>14</sup> O DASP foi extinto em 1986 e substituído pela Secretaria da Administração Pública da Presidência da República (SEDAP).

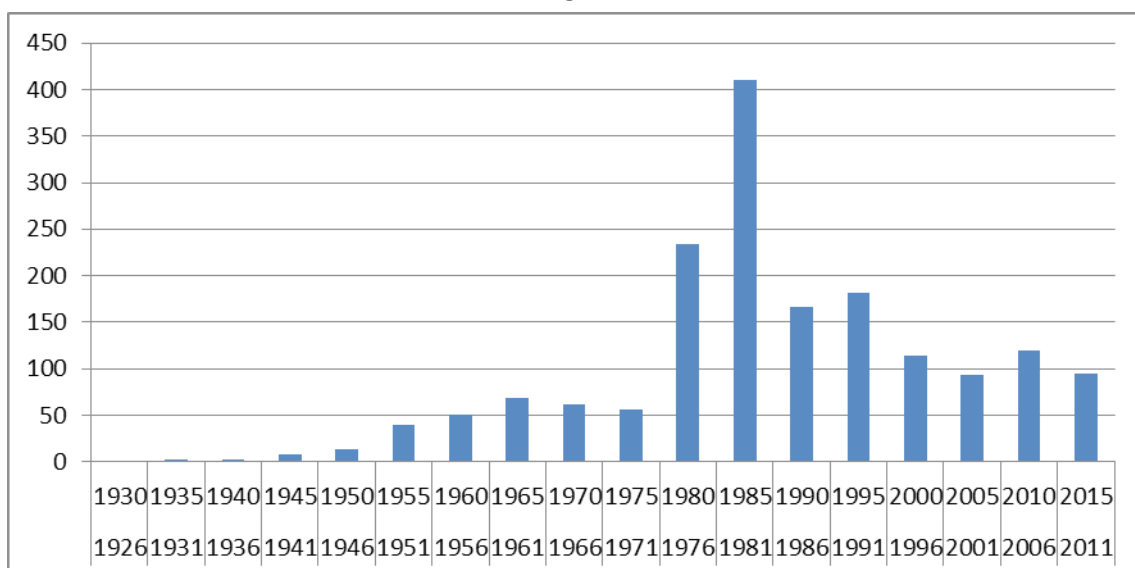
sobre pessoas que dadas as suas relações parentais ou de amizade no âmbito da Instituição, tinham os seus antecedentes comportamentais, ideológicos ou políticos avalizados pelas indicações.

Os espaços de trabalho na UFRGS, assim como nos demais órgãos públicos, eram espaços de confiança. Confiança no fato de que seriam leais aos seus chefes, à instituição a qual serviam, aceitando a falta de uma carreira, da estabilidade (garantida apenas aos concursados), do salário pago e dos seus atrasos, realizando todo e qualquer trabalho que lhes fossem designados. E será somente com a assinatura da Lei nº 8.112/90, o termo *funcionário* é substituído por *servidor público*, este, designativo da pessoa legalmente investida em um cargo público. A investidura, termo utilizado para ocupação de cargo público, só se daria através de aprovação em concurso público.

Este tipo de relação de trabalho forjou uma cultura peculiar no serviço público, que caracterizada por comportamentos que recebem as denominações de personalista ou clientelista, onde os espaços de vida e trabalho (público e privado) se associam. Após os chamados “*anos de chumbo*”<sup>15</sup>, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988, que deu início a chamada abertura política, mais uma vez, normatizou-se a forma de ingresso no serviço público, novos planos de cargos e salários foram criados e a qualificação e escolaridade mínima para investidura nestes passaram a ser exigidas na ocupação de cargos públicos.

Neste sentido, merece destaque a constatação de que o maior ingresso de familiares de servidores na UFRGS, na grande maioria sem serem submetidos a concurso público, se insere nesse momento histórico específico, de modo que é, nos quinquênios de 1976 a 1980, seguindo de 1981 a 1985, que se observa o maior número de ingresso de filhos de servidores, conforme demonstra o gráfico a seguir.

**Gráfico 1: Ingressos de servidores com genitores que pertenceram ao quadro de servidores da UGRGS, por ano de ingresso.**



Fonte: Dados originais da pesquisa.

<sup>15</sup> Denominação dada ao regime militar que se instalou no país de 1964 a 1985,

Dois aspectos chamam a atenção neste gráfico, primeiro que o ápice na contratação dos filhos de servidores se deu no período 1964 a 1985, o que nos leva a deduzir que seus pais ingressaram antes ou logo após a federalização da Universidade. Os filhos vivenciaram e acompanharam a carreira dos pais na Instituição, conviveram com, e no ambiente de trabalho destes e, passaram a trabalhar na mesma instituição. O segundo aspecto demonstra que o aumento no número de ingresso dos filhos de servidores iniciou no ano do Golpe Militar de 1964, e se manteve em crescimento até chegar ao seu ápice em 1985.

Algo que se explica pelo fato de ser nesse período que foi iniciada a construção do Campus do Vale, levando a necessidade da contratação de pessoal, indo de operários de obras a engenheiros de diversas áreas, a arquitetos e a pessoal administrativos. É, também, neste período que foi criado o Escritório Técnico do Campus, em 1975, vinculado a Secretaria Geral do Planejamento, que passou a responder pela administração, gerenciamento e manutenção das obras no Campus do Vale, sendo este, a porta de entrada de um bom número daqueles que hoje são servidores da UFRGS, os quais foram efetivados na época do chamado “trenzinho da alegria” (Espíndola, 1979).

Neste sentido, tem-se que os contratos realizados na época pelo Escritório Técnico do Campus atenderam, não só a nova demanda criada com as transferências das Unidades de Ensino e técnicas para aquele Campus do Vale, mas a necessidade de substituição de espaços de trabalho decorrentes de aposentadorias, falecimentos, exonerações etc. nos diversos Campi da UFRGS. Em função disso, ao longo de décadas, seja pela inexistência de concursos públicos ou planos de carreiras que contemplassem as especificidades das atividades técnicas e docentes da área do Ensino Superior, ou talvez, pela facilidade legal de contratar e dispensar trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o empreguismo, termo que passou a ser utilizado de forma pejorativa para designar contratações sem concurso, foram uma prática recorrente. Prática essa, que inserida em um órgão público, envolvendo a contratação de familiares de servidores, é comumente reconhecida como nepotismo.

Grosso modo, tem-se que o nepotismo é visto como uma prática brasileira, no entanto, a sua presença pode ser encontrada em épocas diversas, tanto na Europa quanto na América do Norte (Santos; Cardoso, 2010), como uma forma subvertida da meritocracia, na qual, a seleção para cargos públicos não se fazia por características de competência técnica, mas por indicação.

Na história brasileira, a prática aparece como uma herança portuguesa, analisada por Costa (2005) em um estudo sobre a arquidiocese de Braga em Portugal. Ao estudar o nepotismo na Arquidiocese de Braga, a historiadora portuguesa salienta que esse tipo de relação de favorecimento transcende os laços de consanguinidade, por envolver, acima de tudo, relações sociais dentro de um determinado grupo que, para manter-se no poder, necessita estabelecer mecanismos de trocas que o leva à construção de redes sociais envolvendo relações consanguíneas ou de afiliação.

Neste sentido, o conceito de nepotismo não se limitaria às relações de consanguinidade, indo além, criando o que chama de adoção de parentela, que no caso brasileiro reconhecemos como apadrinhamento. A prática do apadrinhamento no Brasil não está restrita a pia batismal mas se estende através de uma rede de relações pessoais de favores e proteção, construindo o que chamamos de redes clientelares. Em um dos mais famosos estudos sobre as raízes do poder pessoal e político no país, Leal (2013) salienta a figura do Coronel, personagem que fez parte de uma estrutura de relações de poder desenvolvida a partir da força política dos municípios durante a Primeira República. Sobremaneira, merece destaque o fato de que, na América Latina, principalmente nos países de colonização espanhola e no Rio Grande do Sul, a figura do Coronel é representada pelo caudilho.

Do ponto de vista prático, tem-se que tanto a figura do Coronel quanto a do caudilho representavam os grandes proprietários rurais, responsáveis pela estrutura econômica do país que se fez através do trabalho escravo. No interior, estes eram os únicos capazes de manter homens armados, responsáveis pela segurança de suas terras, propriedades e bens. Sendo, muitas vezes, convocados pelo poder instituído para defenderem, além das fronteiras, os interesses políticos dominantes ou contrários. Algo que, com o processo de urbanização das cidades, irá se reproduzir através das relações de compadrio e apadrinhamento, como escreve Lopes Júnior (2006) quando se refere ao livro *In praise of nepotism*, de Adam Bellow, destacando que tal prática, que teria surgido no século XV, estaria ligada às ambições dinásticas ameaçadas com o declínio do feudalismo e o surgimento da burocracia que levou à delimitação das esferas públicas e privadas, pois, nas sociedades antigas, os indivíduos só existiam socialmente através das suas famílias e do grupo de parentesco a que pertenciam.

Neste sentido, Bellow destaca dois tipos de nepotismo: o paterno, marcado pela primazia da reprodução e o que chama de estendido, onde o objetivo é a transmissão da propriedade de conhecimentos e valores de uma geração a outra. Contudo, na atualidade, as carreiras são escolhidas pelos filhos, e não mais impostas pela descendência, mas, observa o autor de *In Praise of Nepotism*, que nos Estados Unidos, o nepotismo se mantém, sobretudo, associado critérios de mérito em relação ao nascimento do indivíduo. Da mesma forma, na sua concepção atual, o nepotismo, enquanto um privilégio público concedido a parentes, é reconhecido a partir do século XVII, e os estudos do tema ligam-no à questão da corrupção, associada ao comportamento dos funcionários públicos, pertencentes a órgãos públicos, que se desviam das suas funções.

Os órgãos públicos são unidades pertencentes à entidade estatal, são partes integrantes do Estado, dotados de atribuições próprias exercidas por agentes públicos no desempenho de funções estatais. Na concepção de órgão público está inclusa a questão da burocracia<sup>16</sup>, forma de

<sup>16</sup> O termo burocracia é oriundo do latim (*bura*) e do francês (*bureau*), neste último idioma significando escritório. As repartições públicas francesas no século XVIII, assim como o poder e a ação dos funcionários, eram denominadas de burocracia (Cancian, 2007).

organização baseada na racionalização dos meios com os objetivos, de maneira a se possibilitar atingir os fins dados, a priori, com a máxima eficiência. Neste sentido, Maximilian Karl Emil Weber (1864-1920), criador da Teoria da Burocracia, a definiu como uma organização que se baseia em regras e procedimentos regulares, em que cada indivíduo possui sua especialidade, sua responsabilidade e na qual há divisão de tarefas. Dentre as principais características do sistema burocrático estão, segundo Carvalho (2003): a) o caráter legal das normas e regulamentos; b) o caráter formal das comunicações; c) o caráter racional e a divisão do trabalho; d) a impessoalidade nas relações; e) a hierarquia da autoridade; f) a rotina e procedimentos preestabelecidos; g) a competência técnica e a meritocracia; g) a especialização da administração; h) a profissionalização dos participantes; e, h) a previsibilidade do seu funcionamento.

Diante disso, temos que a prática de indicar candidatos é vista como algo que fere a impessoalidade das relações no âmbito do serviço público, mais especificamente, no que se refere ao “item d” destacado por Carvalho, mesmo que essa indicação não envolva laços consanguíneos. O problema reside, sobretudo, na medida em que tal prática favorece o risco da manipulação dos interesses públicos pelo privado, o corporativismo enquanto uma prática que favorece a manutenção de privilégios e o clientelismo, que alimenta redes de dependência e influência. Estas práticas fazem da burocracia uma formalidade ritualística, da legislação uma arte jurídica da interpretação e da ética uma questão utilitária. Dito isto, encerremos o presente livro com algumas considerações acerca da questão que aqui nos propomos a colocar em voga.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante todo o texto, buscamos problematizar a questão que aqui colocamos em tela, qual seja, de verificar se a prática do nepotismo subjaz a forma de ingresso de grupos de familiares na UFRGS. Neste sentido, se considerarmos apenas a dimensão histórica, como vimos na segunda parte do livro, tem-se que, se considerado como um fenômeno ligado à estrutura pública, no caso da UFRGS, esse só pode ser analisado a partir de 1934, quando se dá a municipalização da Universidade.

E, neste sentido, como mostra o Gráfico 1, é possível observar que de 1931 a 1950, quando se dá a federalização da Universidade do Rio Grande do Sul, 26 filhos de servidores foram admitidos, de 1951 a 1965 (um ano após o Golpe Militar) 158 filhos de servidores passam a trabalhar na Instituição, número que sobe para 762 até 1981. As contratações via CLT, neste sentido, vieram apenas a complementar o quadro funcional do serviço público, o qual se mantinha inalterado ao longo dos anos, na medida em que, o aumento de vagas só podia se dar por dispositivo de lei.



Com isso, a partir 1950, até a inauguração do Campus do Vale em 1977, a Universidade cresceu tanto no número de cursos e instalações quanto no número de alunos, de modo que, sem o acréscimo dos celetistas, cuja contratação não ocorreu em afronta ou descumprimento às leis vigentes, seu funcionamento estaria inviabilizado. Neste sentido, e olhando para os dias de hoje, tem-se que, no ano de 2012, 42,96% dos técnicos que atualmente atuam na Universidade são terceirizados, ou seja, pouco menos da metade do seu quadro funcional atual, o que indica que, mesmo hoje, o quadro de técnicos está aquém das necessidades da instituição.

Também merece destaque, que para os entrevistados, como vimos na terceira parte do livro, o ingresso sem concurso é visto como algo natural, hereditário – mesmo para aqueles nascidos em período contemporâneo, onde a busca por igualdade de direitos é nacionalmente defendida. Concepção essa, verificada tanto entre os pais quanto entre os filhos destes, o que coloca em evidência que, no âmbito da Universidade, a prática era tradicional, de modo que as gerações sucediam-se – o quadro social, político, e administrativo no serviço federal sofria mudanças – mas a prática da indicação de familiares para a ocupação de espaços de trabalhos na Universidade se mantinha.

Prática essa que fez eco na memória não vivenciada dos atuais servidores, pois foi sendo repassada pela memória coletiva que se formou à época do regime de cátedras nas universidades, como também vimos na terceira parte do livro. Já no que se refere ao grupo docente, a situação não se fazia diferente, porém, chama à atenção as palavras de F-1, que substitui o termo indicação por convite: “Mas é claro que grande parte dos professores que ingressaram antes, por terem ingressado por convite, eram identificados, politicamente, com a Ditadura Militar”.

O termo convite surge, grosso modo, como uma síntese que tenta dirimir a contradição, na medida em que busca se distanciar da carga histórica negativa envolvida no uso da palavra indicação, ligada à ocupação de um espaço público de trabalho. Um convite sempre é uma deferência feita pelo anfitrião a uma pessoa de sua especial consideração, enquanto que a indicação é feita por alguém para um terceiro, que tem a prerrogativa de aceitar ou não. O termo convite, no contexto dos depoimentos aqui referendados, denota uma percepção qualitativa, distinguindo a forma de ingresso de técnicos e docentes, mas que na prática, não era diferente.

Mais de cem anos após a Proclamação da República, ainda se verifica, na estrutura do Estado brasileiro, uma postura paternalista, onde o grande patrão é o Estado como ente protetor. Enquanto que na sociedade predomina uma cultura valorativa da estrutura de classes tradicionais, ligadas à importância política e econômica que está na origem do grupo familiar, ou no status dos títulos acadêmicos e das origens estrangeiras que, em uma visão etnocentrista, se sobrepõe as origens latinas. De modo que, entre um estado paternalista, uma legislação formalista e pouca possibilidade de ascensão social, o *jeitinho* surge como um recurso praticado pelo povo e aceito, ou incentivado, pelo Estado como uma forma de aliviar as tensões.



E, as contratações de filhos de servidores na UFRGS são mais um reflexo estrutural do que uma prática de nepotismo, pois se valeu do *jeitinho*, de critérios emocionais, de simpatias, de laços de confiança e amizades para aliviar essas tensões, na medida em que, esses laços sentimentais marcam a diferença no relacionamento entre servidores novos e antigos na Instituição. Os primeiros veem nela uma possibilidade empregatícia, logo substituída ao passarem em outro concurso cuja remuneração seja maior, enquanto que para os antigos servidores a Universidade é uma representação identitária, construída historicamente nos laços familiares, de amizades e de trabalho.

Para Barbosa (1996), o uso do *jeitinho* é universal na nossa sociedade, independe da classe social, nível cultural ou grau de instrução, todos podem se utilizar dele, já que é colocado como um ato de boa vontade entre o receptor e o emissor do discurso, e envolve um código de valores reconhecido entre as partes. Mas, se o rígido controle legal e burocrático do Estado confere ao servidor o poder de fazer cumprir e seguir as normas, por outro lado, esse servidor também é um cidadão, que convive com as mesmas dificuldades dos demais diante do sistema burocrático.

No interior desse sistema em que se busca privilegiar a impessoalidade nas relações, cria-se uma série de normas, procedimentos, taxas e tempos de expedição de documentos, tornando lento e moroso o atendimento das demandas. Por essa razão, muitos servidores públicos se tornam sensíveis aos apelos do *jeitinho*, pois sabem trilhar pelos caminhos frágeis que colocam a prática no limite entre a informalidade e a corrupção. Nesse sentido, Barbosa (1996) considera, ainda, a existência de uma sutil diferença entre o *jeitinho* e o favor, na medida em que esse último envolve um grau de conhecimento entre as partes, já que o favor se pede as pessoas conhecidas e não implica, teoricamente, em transgressão de regras. O *jeitinho*, como já comentado, tem uma característica de ser universal e sempre levar a uma quebra de regras, mesmo que essa não seja um ato de contravenção penal.

Nas relações interpessoais, a prestação de um favor envolve reciprocidade, quem o recebe se torna devedor, uma vez que entre o favorecedor e o favorecido se estabelece uma relação de hierarquia e inferioridade, quebrada quando o favor é retribuído e invertendo a situação. Neste sentido, em um ambiente onde as relações de trabalho e familiares se mantinham próximas, onde não raro a residência se fazia no espaço territorial da instituição, as contratações de familiares de servidores eram comuns e vistas como naturais, seguiam práticas sociais que, teoricamente, foram classificadas como apadrinhamento, clientelismo, empreguismo e que se utilizaram do *jeitinho* e do favor.

Mas, enfim, a última geração que chegou aos cargos na UFRGS por indicação está próxima da aposentadoria, suas memórias são bens imateriais da Instituição, por carregarem nos seus relatos particulares a história que se faz de ecos, e lhes atribui uma identidade partilhada. Identidade essa que ecoa e reverbera no tempo presente, neste livro, que, talvez, seja um último registro de tempos outros.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a Memória das Cidades. **Revista Território**, v. 3, n. 4, jan./jun., 1998. Trabalho apresentado no colóquio “O discurso geográfico na aurora do século XXI”, Florianópolis 28-29 de novembro de 1996. Disponível em: <[http://www.revista.territorio.com.br/pdf/04\\_2\\_abreu.pdf](http://www.revista.territorio.com.br/pdf/04_2_abreu.pdf)>. Acesso em: 10./02/2014
- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Livro Décimo, Cap. VIII a XXI. São Paulo: Editora Abril, 1984. (Coleção Os Pensadores).
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1952. (Coleção Primeiros Passos).
- AXT, Günter. **Histórias de vida**. Florianópolis: Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, 2011. (Os Procuradores-Gerais, V. I.).
- AXT, Günter; SCLIAR, Moacyr. **Parque Farroupilha – Redenção**, História de Porto Alegre. Porto Alegre, Editora Paiol, 2011.
- BARBOSA, Andréia Arruda. **O lugar da memória institucional nas organizações complexas**. In: IV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas (Abracorp). 2010.
- BARBOSA, Livia. Meritocracia à Brasileira: o que é desempenho no Brasil? **Revista do Serviço Público**, v. 120, n. 3, set./dez. 1996.
- BENJAMIM, Walter. **A imagem de Proust**. In: Obras Escolhidas. 11. Reimp. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Magia e Técnica, Arte e Política, V. 1).
- BERND, Zila. **Breve panorama de estudos sobre memória**. Disciplina de Memória Social, 2010/1. (Digitado).
- BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Rosana R. Mulheres como Temas das disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 76. p. 50-56.
- BORGES, Jorge Luis. **A memória de Shakespeare**. 2. ed. Lisboa: Veja, 2002. (Tradução Luís M. Bernardo).
- \_\_\_\_\_. **Constituição**. Governo Federal, Presidência da República. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D94664.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D94664.htm) >. Acesso em: 20/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei 200/67**. Governo Federal, Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D94664.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D94664.htm)>. Acesso em: 20/03/2014.

BRASIL. Leis, decretos. **Decreto nº 1.232, de 02/01/1891**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm)>. Acesso em: 05/02/2014

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 8.313, de 23/12/1991**. Governo Federal, Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D94664.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D94664.htm)>. Acesso em: 20 mar 2014.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012. (tradução de Maria Letícia Ferreira).

CANCIAN, Renato, Burocracia: Max Weber e o Significado de “burocracia”. In: **Sociologia**. 2007. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/burocracia-max-weber-e-o-significado-de-burocracia.htm>>. Acesso em: 28/04/2014.

CARNEIRO, Neri P. **Etimologia**. 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/memoria-e-patrimonio-etimologia/21288/>>.

CARVALHO, Daltro de Oliveira. **Teoria da burocracia na visão de Weber**. Disponível em: <<http://daltrocarvalho.webnode.com.br/administra%C3%A7%C3%A3o%20geral/>>. Acesso em: 12 set 2013.

CHAVES, Ricardo. Almanaque Gaúcho. **Zero Hora**, 24/03/2014, p. 42, Blog: <[zerohora.com/almanaquegaucho](http://zerohora.com/almanaquegaucho)>.

\_\_\_\_\_. Almanaque Gaúcho. **Zero Hora**, 14/03/2014, p. 54.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Cidade: Editora Autêntica, 2007. (Tradução de Cristina Antunes).

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Haruyshi. **Indivíduos Trabalho e Sofrimento**: uma abordagem interdisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1993.

CONCEITO de cátedra. Disponível em:<<http://conceito.de/catedra#ixzz31nxBLIJ4>>. Acesso em: 05/05/2014.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE CURITIBA. Caderno de psicologia e políticas públicas, coletânea conexão psi-série técnica. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://crppr.org.br/download/161.pdf>>. Acesso em: 31/03/2014.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/GuiaPAD/Arquivos/Legislacao.pdf>>. Acesso em: 20/02/2014.

CORSETTI, Berenice. Cultura Política Positivista e Educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889-1930). **Cadernos de Educação UFPel**, Pelotas, v. 31, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1740/1620>>. Acesso em: 07 dez 2013.

COSTA da, Alessandra de Sá Mello; BARROS, Denise Franca; MARTINS, Paulo Emílio Matos. **Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens**. **RAF**, São Paulo, v. 50, n. 30, p. 290, jul./set. 2010.

COSTA, Maria Antônia Moreira da. **Nepotismo e poder na arquidiocese de Braga (1245 a 1374)**. Disponível em: <[http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4505/1/LS\\_S2\\_17\\_MariaAMCosta.pdf](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4505/1/LS_S2_17_MariaAMCosta.pdf)>. Acesso em: 01º/07/2013.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**, para uma sociologia do dilema brasileiro, 6ª Ed., j, Editora Rocco, 1997.

DELEUZE, G. **Empirismo e subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. São Paulo: Editora 34, 2011. (Trad. L. B. L. Orlandi).

DOSSE, François. **Os três mastros entre dois recifes**. A história entre a vigilância e a ficção. In: FERREIRA, M.F. **Memória e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DURHAN, Eunice R., **O Ensino Superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo (NUPES), 2003. Doc. Trabalho 3/03. Disponível em: >. Acesso em: 07 dez 2013.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. O espaço vivido e o tempo narrado: por uma etnografia da duração – “Imagens do tempo nos Meandros da Memória”. **Revista Iluminuras**, v.1, n.1, 2000. Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais – NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH e ILEA/UFRGS.

ESPINDOLA, Susana Sodermann. **Implantação Física da UFRGS**: Da Fundação ao Campus do Vale. Porto Alegre: MEC/UFRGS/PROPLAN, 1979.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque, **A Cátedra e o Departamento nas Universidades Brasileiras**, PROEDES/UFRJ e PPGEd/UCP, sem data. Disponível em: < [http://www.historia.fcs.ucr.ac.cr/congred/brasil/ponencias/albuquerque\\_favero.doc](http://www.historia.fcs.ucr.ac.cr/congred/brasil/ponencias/albuquerque_favero.doc) >. Acesso em: 10 maio 2014.

FLORES, Moacyr. Educação e Ensino no Período Farroupilha. In: NEUBERGER, Lotário, org. **RS educação e sua história**. Porto Alegre: Círculo de Pesquisas Literárias, EDIPLAT, 1998. p. 29-41.

FRANCO, Sergio da Costa. **Gente e Espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, 2000.

GAETANI, Francisco. Funcionários Públicos. In: AVRITZER, Leonardo. **CORRUPÇÃO: Ensaio e Críticas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

GÊNESIS, 3:19. In : **Bíblia Sagrada On Line**. Disponível em: < [www.bibliaonline.com.br /acf/gn](http://www.bibliaonline.com.br/acf/gn)>. Acesso em: 07 jan. 2014

GOMES, Laurentino. **1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a Proclamação da República**. Porto Alegre: Ed. Globo, 2013.

GUARESCHI, Pedrinho A.; GRISCI, Carmem Lúcia Lochins. **A fala do trabalhador**. Petrópolis: Vozes, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **Memória individual e memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HESSE, Herman. **Para ler e guardar**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 1975. (Tradução Bêlchior Cornélio da Silva).

LAZZARESCHI, Noêmia. **Trabalho ou Emprego?** São Paulo: Editora Paulus, 2007.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo Enxada e Voto; o Município e o Regime Representativo no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003. (Tradução Bernard Leitão et al.).

LOPES Jr., Felix Garcia. **A meritocracia possível**. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n3/a11v21n3.pdf>>. Acesso em: 23/09/2013.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1993.

MASINA, Renato. **IEPE 1953 a 2003, 50 anos de Estudos e Pesquisas**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/iepe/arquivos/50anoshistoriaiepe.pdf>>. Acesso em: 02/02/2014.

MEIRELLES, Mauro. **Imaginários políticos e religiosos no sul da América do Sul**. 2011. 259 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

MENDONÇA, Tânia Regina Broetti. O Ensino Superior às Primeiras Universidades, Colônia – Império – Primeira República. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL (2: Cascavel: 2005) [Anais] Cascavel: UNIOESTE, 2003. Disponível em: < <http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/educacao/pedu07.pdf> >. Acesso em: 10 dez 2013.

MIRANDA, Cesão. **Menino Deus, Nosso Bairro Histórias e Estórias**. Porto Alegre: Ed. Caravelas, 2013.

MOLINA, Letícia Gorri; VALENTIM, Marta Ligia Pomim. **Memória organizacional, memória corporativa e memória institucional: discussões conceituais e terminológicas**. **Revista EDCIC**, v. 1, n. 1, p. 262-276, ene./mar. 2011. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista>>. Acesso em: 09/09/2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral uma polêmica**. São Paulo: Cia. de Bolso/Cia. das Letras, 2009. (Tradução Paulo Cesar de Souza).

O RIO Grande em Capítulos; Os Bailes da Reitoria, Produção e redação de Marcello Campos, edição de Amilson Silva e apresentação de Vinicius Sinott. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=40926>>. Acesso em: 22 mar 2014.

PAGLIOLI, Elyseu. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul: uma fase de sua história (1952-1964)**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1978. 366 p.

PASSOS, Jonatham Vieira. **Regimes Jurídicos de Trabalho**. publicado em 01/2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/26420/regimes-juridicos-de-trabalho>>. Acesso em: 03 mar 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Visões do Cárcere**. Porto Alegre, Ed. Zouk, 2009.

\_\_\_\_\_. Um dia, um outro tempo. In: OLIVEIRA, Carmen Regina; LICHT (Orgs.). **UFRGS 70 anos**. Porto Alegre, Ed. Gráfica e Editora Comunicação Impressa, 2004. p. 9-73.

QUADROS, Claudir de. **As Brizoletas cobrindo o Rio Grande**. A educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963). Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

QUINTELA, Glória, **A validade do psicotécnico na seleção de motoristas, quando cientificamente aplicado e interpretado o psicodiagnóstico miocinético de Mira y López**. Trabalho apresentado no Seminário Latino Americano de Roscharch, SP, 1976. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/viewFile/17833/16576>>. Acesso em: 02/05/2014.

RAVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. (Tradução Dora Rocha). Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/54081761/Jogos-de-Escalas-jacques-Revel>>. Acesso em: 23 jun 2013.

RICOUER, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Conferência proferida em 08/03/2003 em Budapeste. In: TEXTOS traduzidos de Paul Ricoeur, Universidade de Coimbra, PT. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos\\_disponiveis\\_online/paul\\_ricoeur](http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/paul_ricoeur). Acesso: 18/21/2012.

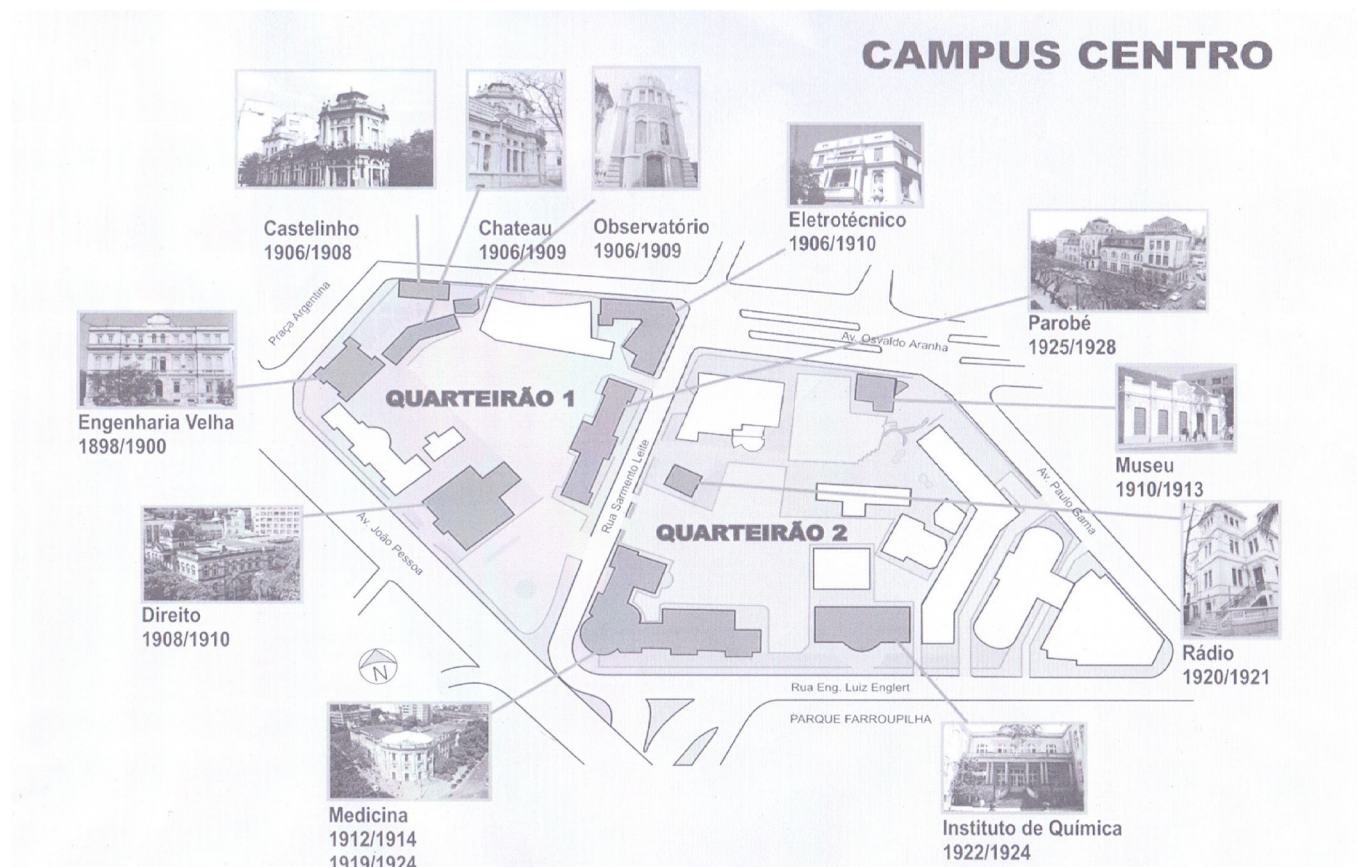
SANTOS, Luiz Alberto dos; CARDOSO, Regina Luna dos Santos. **Corrupção, nepotismo e gestão predatória: um estudo do caso brasileiro e alternativas para seu enfrentamento**. Disponível em: <<http://www.ocotidianodaburocracia.com.br/files/Corrup%C3%A7%C3%A3o,%20Nepotismo%20e%20Gest%C3%A3o%20Predat%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 13/09/2010.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. Dialética e ontologia em Hegel e Marx. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 120, p. 138, maio 2011. Disponível em: <[ttp://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/11639/6978](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/11639/6978)>. Acesso em: 20/06/2013.



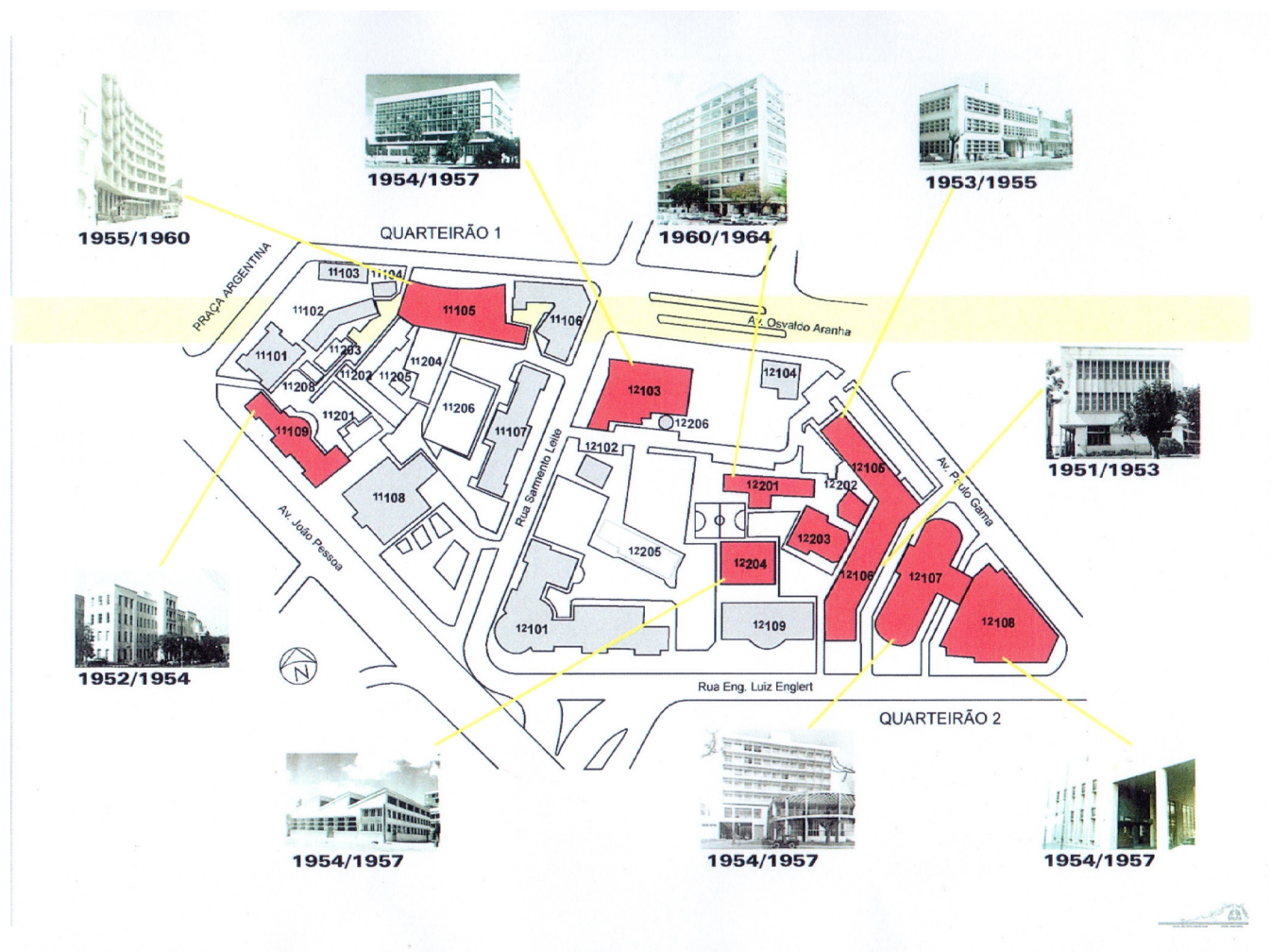
## ANEXOS

### ANEXO 1





## ANEXO 2



# TRABALHO DE GERAÇÕES

UM ESTUDO SOBRE MEMÓRIA DE FAMÍLIAS  
DE SERVIDORES DA UFRGS

Rosângela Gomes da Silva